



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIV — SUPLEMENTO "B" AO Nº 76 'QUARTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1989 BRÁSÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

**Comissão Mista destinada a promover exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.**

**(Art. 26 das Disposições  
Constitucionais Transitórias.)**

Ata da 16ª Reunião, realizada  
em 23 de agosto de 1989.

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às nove horas e quarenta e um minutos, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, objetivando ouvir depoimentos dos senhores Deputados Antonio Delfim Neto e Dr. Mário Henrique Simonsen. Presentes na reunião estavam os Senadores Nelson Wedekin, Wilson Martins e Pompeu de Sousa e os Deputados Waldeck Ornelas, Sérgio Spada, Irajá Rodrigues, Jairo Carneiro e Hermes Zanetti, dando início aos trabalhos do dia, o Senhor Presidente, Deputado Waldeck Ornelas, convidou os depoentes para assumirem seus lugares à Mesa e, comunicando a ausência do Relator Adjunto, Deputados Luiz Salomão, convidou o Senador Pompeu de Sousa para exercer a função. Ato contínuo, passou a palavra ao Dr. Mário Henrique Simonsen, que no tempo regimental fez sua exposição. Em seguida o Senhor Presidente concedeu a palavra ao segundo depoente, Deputado An-

tonio Delfim Neto, que também encerrou suas palavras dentro do tempo estipulado regimentalmente. De posse de uma lista de inscritos para interpelação aos expositores, o Senhor Presidente passou a palavra, sucessivamente, aos senhores Deputados Irajá Rodrigues, Sérgio Spada, Hermes Zanetti, Jairo Carneiro e Irajá Rodrigues, todos arguindo os depoentes sobre questões da dívida externa brasileira. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente passou finalmente a palavra ao Relator, Senador Pompeu de Sousa, que teceu considerações sobre as palavras dos depoentes e o assunto em questão. Em seguida, às 11:21 horas, o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião, convocando a próxima para amanhã, dia 24 de agosto, para ouvir os depoimentos dos senhores Dr. Carlos Sant'Anna, Presidente da Petrobrás; Dr. Agripino Abranches Viana, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce e do Senador Roberto Campos, e, para constar, eu, Márcio Antonio Vieira, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação juntamente com as notas taquigráficas con-

tendo o inteiro teor dos fatos ocorridos na reunião.

**ANEXO À ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA "COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME ANALÍTICO E PERICIAL DOS ATOS E FATOS GERADORES DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO", REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1989, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE PARA PUBLICAÇÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Declaro aberta a reunião que, hoje, constará de exposição dos ex-Ministros do Planejamento e da Fazenda, Professores Antonio Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen.

Peço dispensa da leitura da ata da sessão anterior e, não havendo observações a respeito, dou por aprovada.

Para dar início aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Professor Mário Henrique Simonsen.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, preparei um trabalho que será distri-

buído a todos e, como sei que temos limitação de horário, vou tentar ser breve nessa exposição inicial.

Eu gostaria de abordar alguns tópicos relativos ao endividamento do Brasil, durante o Governo Geisel, e, posteriormente, o Ministro Delfim Netto falará sobre os eventos subsequentes.

As perguntas que eu gostaria de dirigir aqui, em primeiro lugar são as seguintes: uma, que não é uma questão muito importante, mas, freqüentemente, é aventada pela imprensa: "por que que a dívida externa cresceu percentualmente mais no governo Geisel do que em qualquer governo anterior ou posterior?"

É uma resposta muito simples, porque ela era pequena e tudo que parte do zero tem uma taxa de crescimento infinita.

É a mesma coisa que dizermos que os bebês envelhecem relativamente mais depressa que os velhos. Realmente, quando eu faço 2 anos, a minha idade aumenta 5% de 2 para 350%, de 50 para 51, ela só aumenta 2%. Mas, isso não chega a ser um consolo para a velhice.

Então, vamos tirar este argumento fora porque é uma aritmética fútil.

Então, vamos passar para os assuntos substantivos e, primeira pergunta: "por que o governo Geisel se endividou e quais eram os alternativos?"

Vamos voltar a 1974, que foi o ano que assumiu o Ministério da Fazenda. O Brasil, por força do choque do petróleo e também porque a economia estava aquecida, passou, do balanço comercial equilibrado, para um balanço comercial com um déficit de 4,7 milhões de dólares, que era o recorde histórico de déficit de balanço comercial.

Se nós adicionarmos a conta de serviços, fatores e não fatores, tivemos um déficit, em conta corrente, de 7,1 bilhões de dólares, em 1974.

Esse déficit, em conta corrente, foi financiado 800 milhões de dólares por investimentos diretos e 6 bilhões e 300 milhões de dólares, ou por diminuição de reservas ou aumento de endividamento externo, ou seja por aumento da dívida líquida, em qualquer dos casos.

Vamos supor que nós não tivéssemos alternativa de endividamento, quer dizer, vamos supor que o Brasil não tivesse nem reservas, que foi o melhor legado que o Ministro Delfim Netto deixou para a minha administração, eu sempre dizia na época, e vamos dizer que o Brasil não tivesse acesso aos mercados de crédito externo.

O que nós teríamos que ter feito, na época, por falta de alternativa, era simplesmente reduzir em 6,3 bilhões de dólares o déficit em conta corrente, naquele ano, o que significa, na realidade, reduzir as importações que foram 12,6 bilhões de dólares a 6,3 bilhões de dólares.

Ora, havia um detalhe: naquele tempo, o Brasil havia se desenvolvido muito na indústria de ponta, mas, muito pouco na indústria de insumos básicos e bens de capital. Éramos dependentes de petróleo, em 83%; éramos importadores de aço, importadores de papel

celulose; éramos importadores de alumínio, em fim de uma porção de bens, de modo que o que seria necessário, para reduzir, através de um racionamento, as importações a 6,3 bilhões de dólares, seria, pelo que se estimou a época, uma recessão de pelo menos uns 20% do PIB.

E, ali, uma maxidesvalorização cambial pouco utilidade teria, porque a indústria não estava equipada para exportar ainda. Inclusive, nós importávamos bens como celulose, papel, aço, no qual, nós tínhamos vantagens comparativas para exportar. Mas, apesar dessas vantagens comparativas, nós, pura e simplesmente, não tínhamos capacidade instalada.

Então, era visível que o Brasil precisaria investir em substituição de importações, em promoção de exportações, para poder construir um superávit comercial e, evidentemente, teria que haver um crescimento da dívida líquida.

Bom, então, essa estratégia foi deliberada. É evidente que não se previa, na época, nenhum segundo choque do petróleo e muito menos o choque da escalada dos juros internacionais dos Estados Unidos.

Se nós tentarmos fazer, *a posteriori*, um exercício, verificando o que é o Brasil hoje e o que seria o Brasil se não tivéssemos nenhuma dívida externa, a conclusão que nós vamos chegar é de que, apesar dos pesares, apesar do segundo choque do petróleo, apesar da escalada dos juros internacionais, se nós não tivéssemos tido que nos endividar, em 1974, nós estaríamos muito piores hoje do que estamos, quer dizer, estaríamos sem dívida, mas, sem ativos. E aí a conta é relativamente fácil de ser feita. Quer dizer, nós temos hoje um PIB *per capita* de 2.200 dólares, aproximadamente. Nós temos uma dívida externa *per capita* de 800 dólares. Isso nos custa, à taxa de juros de 10%, cerca de 80 dólares *per capita*. Então, vamos dizer, tiradas as transferências para o exterior dos 2.200, sobram 2.120 dólares de produto nacional disponível para a população, *per capita*.

Bom, vamos supor que nós não tivéssemos nos endividado a partir de 1974, e certamente nós teríamos esse encargo de juros. Agora, em compensação nós teríamos "gramado" 5 anos de recessão, de 1974 a 1978, não teríamos tido investimentos, depois, poderíamos ter crescido um pouco mais, já com base nos efeitos de uma desvalorização cambial, nós estaríamos 5 anos, mais ou menos, atrasados em relação a todos. Quer dizer, os 40% de crescimento do PIB que houve no Governo Geisel não teriam ocorrido.

Então, nós certamente hoje, estaríamos, e aí as estimativas variam, mas, enfim, nós não teríamos 80 dólares *per capita* por ano para pagar para o exterior. Mas, em compensação, o nosso PIB seria talvez 1.600, 1.800 dólares *per capita*, dependendo do tipo de estimativa que se faça. O que mostra que, pesados os prós e os contras, apesar de todos os acidentes internos e externos que possam ter havido, globalmente a dívida não foi mal negócio.

Vou deixar a parte de renegociações para o Deputado Delfim Netto, porque isso ocorreu no período, no Governo Geisel a situação de dívida era relativamente simples, porque o Brasil ainda dispunha de amplo crédito internacional e porque os mercados financeiros realmente ofereciam créditos para o Brasil.

Uma pergunta que freqüentemente se levanta — e o Senador Roberto Campos levanta isso freqüentemente — é se não teria sido melhor naquele tempo o Brasil ter se endividado menos e ter recebido mais investimentos diretos. Minha opinião pessoal é que sim. Mas acho que o que seria possível nesse sentido, praticamente, seria muito pouco, por uma razão.

Em primeiro lugar, os investimentos diretos aumentaram durante o Governo Geisel em relação àqueles que vinham ocorrendo anteriormente. Em segundo lugar, a grande fonte de poupanças daquele período eram os *superávits* da Opep, que foram quase todos depositados em bancos comerciais no exterior.

Então, a fonte de poupança externa que havia naquele período eram empréstimos bancários, que foi quando se deu a grande parte da reciclagem de capitais para o mundo todo.

Uma pergunta que também freqüentemente se faz é se o endividamento brasileiro foi para investir ou para consumir ou para, como no caso de outros países, para financiar fuga de capitais para o exterior.

Bom, aí no caso dos primeiros anos é muito claro que o endividamento correspondeu a um esforço adicional de capitalização, e não a uma substituição da poupança interna. E a evidência clara é que a taxa de poupança interna no período de 1974 a 1978 foi superior à taxa de poupança interna do período 1970 a 1973.

Sem querer me alongar demais com essas considerações, acho que nós deveríamos, sobretudo hoje, tentar colocar esse problema da dívida dentro de uma perspectiva de fazer a conta. Quer dizer, verificar o que é que nós poderíamos obter em termos de reajustamento, com uma renegociação que nos conseguisse reduzir uma parcela da dívida.

Diria, até, que o Brasil em matéria de dívida, ao contrário dos outros países da América Latina, poderia ter feito como fez a Coreia ou como fez o próprio Chile, dar uma volta por cima e continuar tendo sempre acessos aos bancos. Mas, enfim, por uma série de fatos a gente não fez isso, o obviamente no momento em que há uma porção de bancos querendo sair do Brasil, com um certo desconto, não há razão para que a gente não aproveite essa oportunidade em potencial.

Agora, é importante notar que isso não nenhuma panacéia. Quer dizer, vamos tentar fazer as contas e verificar o que é que nós conseguiríamos com uma grande renegociação da dívida.

Bom, em primeiro lugar, temos hoje no Brasil, no total da dívida externa, aí orçada em cerca de 114 bilhões de dólares. De fato, temos 4 dívidas: uma com as agências oficiais de créditos: Fundo Monetário, Banco Mundial,

órgãos do Clube de Paris, Exinbank, Bank of Japan, etc.

Sobre essa dívida não se cogita de nenhuma redução, não há redução contemplável, inclusive porque esses órgãos continuam financiando os países. A segunda, que são os 16 milhões de dólares, são as dívidas de curto prazo, os créditos comerciais. Também sobre esses não se aplica nenhum mecanismo de redução, e aí por um motivo óbvio. Esses créditos são adiantamentos de receita de exportação. Então, se nós quiséssemos perdão do adiantamento de receita da exportação, tínhamos que perdoar também as exportações, o que não faria o mínimo sentido.

Bom, a terceira é a dívida do Brasil com agências de bancos brasileiros no exterior, particularmente, o Banco do Brasil e Banesp, se não me engano, ela totaliza cerca de 8 bilhões de dólares.

Aí, se nós vamos pedir perdão dessa dívida, parcial ou não, é muito discutido, o perdão do bolso esquerdo com o bolso direito. Então, a dívida sujeita a abatimentos é dívida de 62 bilhões de dólares, aproximadamente, a médio e longo prazos, com bancos comerciais no exterior.

Bom, quanto é que nós podemos conseguir de abatimento dessa dívida? Isso é objeto de discussão, inclusive porque, provavelmente, seria interessante dividir os bancos em dois grupos, um talvez o maior que queira sair do País, mas o outro, menor, que queira continuar emprestando dinheiro novo ao País.

Mas vamos supor, apenas a título de exercício, depois os Senhores podem mudar uns poucos parâmetros. Vamos supor que nós conseguíssemos numa bela renegociação reduzir essa dívida à metade, ou seja, de 62 bilhões de dólares para 31 bilhões de dólares. Bom, o número seria empolgante, quer dizer, do ponto de vista de anúncio publicitário seria alguma coisa de muito importante.

Agora, de fato, se nós perguntarmos o que é que com isso tudo se economiza para a economia brasileira, economizam-se os juros. Porque os banqueiros não estão pedindo a ninguém que se pague o principal. Ou seja, se economizariam numa operação dessas cerca de 3 bilhões de dólares por ano de juros.

Três bilhões de dólares por ano é uma quantidade que se despreze? Certamente, não! Ninguém vai desprezar 3 bilhões de dólares por ano. Três bilhões de dólares resolvem os problemas do Brasil? Certamente também não. Quer dizer, nós temos aí, conforme as estimativas do PIB que se adotam 0,9 ou 0,8% do PIB. Não digo que não se deva procurar uma negociação nesse estilo. Mas o que hoje o Brasil precisa de ajuste fiscal é muito mais do que isso. É bom lembrar que a poupança do Governo, que era 5,6% do PIB em boa parte da década de 1970, hoje é menos 2, menos 3% do PIB. Quer dizer, nós estamos precisando para voltar a crescer sem inflação, um ajuste fiscal idealmente de uns 8% do PIB e no mínimo aí de uns 6% do PIB. Pela dívida, nós podemos obter 0,9%, 0,8%, 1% que seja, nós temos que ser capazes de verificar onde é que vamos arranjar os outros 5.

Nós temos que nos dar conta de alguns fatores importante que aconteceram na economia brasileira nos últimos anos. Fatos como, por exemplo, a carga tributária bruta no Brasil era 26% durante toda a década de 1970 e princípio da década de 1980. Ultimamente caiu para 22% do PIB. Então só aí temos 4% a menos de arrecadação tributária. Parte disso é o apelidado efeito Thauzi, o efeito da inflação sobre a coleta de impostos, mas parte disso também é, pura e simplesmente, piora da efetividade da arrecadação, que as alíquotas em geral aumentaram.

Tivemos um aumento imenso da defasagem das tarifas dos serviços públicos, produtos feitos pelas estatais, aço, energia elétrica, etc., que talvez contém por 2 ou 3% do PIB de desajuste.

Tivemos, de 1984 a 1988, 3,5% de aumento em outros custeios e pessoal, aos três níveis de governo, 3,5% do PIB. A folha de pessoal da União entre 1984 a 1988 aumentou 100%, em termos reais.

Então, essa é a conclusão muito breve dessa minha explanação inicial. Em primeiro lugar, se o Brasil não tivesse se endividado externamente, e só faria isso em caso de impossibilidade material, por falta de créditos; nós estaríamos hoje sem dívida, mas sem ativos. Não adianta pensar na dívida e esquecer o outro lado da dívida que são os ativos.

Em segundo lugar, é importante notar também que, portanto, estaríamos numa situação muito pior do que estamos. E, pragmaticamente, vale a pena renegociar a dívida externa? Vale a pena explorar as avenidas do Plano Brady? Evidentemente que sim. Mas isso tem que ser feito, dentro de um esforço concentrado, no qual se admite, se reconhece, que o grande esforço tem que ser feito de ajustes internos. Não queria tomar mais tempo dos Senhores, porque sei que o nosso tempo é limitado. Vou deixar o ilustre Ministro Delfim Netto falar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) — Agradeço ao Ministro Mário Henrique Simonsen. Passo a palavra ao Ministro Antônio Delfim Netto.

A preocupação dele é com a sessão do Congresso, mas quando marcamos essa reunião não havia essa programação.

A Secretaria está providenciando as fichas de inscrição.

Tem a palavra o Ministro Delfim Netto.

O SR. DELFIM NETTO — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, tenho pouca coisa a acrescentar ao que o ilustre Ministro Mário Henrique Simonsen já disse. Gostaria de insistir em alguns outros pontos, paralelos, talvez.

O primeiro, é um ponto que ele tocou, e que me parece da maior importância. É que existe uma relação relativamente estável e estreita entre o consumo de energia e o nível de produto. Isso representa um tipo de relação que é sujeita, na realidade, a variações impostas pelo custo real da energia. A relação energia por unidade do PIB pode variar, dependendo do valor real do custo da energia, mas essa relação é relativamente estreita.

Como o Ministro chamou a atenção, quando o Brasil foi confrontado em 74, depois em 1979, com as duas crises do petróleo, a opção era ou deixar de importar ou importar financiado. E o Brasil optou, e na minha opinião optou corretamente, por importar financiado.

Temos que dizer que isso não foi nenhuma medida muito inteligente ou especial que o Brasil tenha tomado: todos os países do mundo fizeram, rigorosamente, a mesma coisa.

O caso brasileiro, ainda na minha opinião, tem algumas peculiaridades. Encontramos alguns mecanismos pelos quais, mesmo quando se importava energia, acabava-se mobilizando algum recurso para financiar a construção, digamos, de uma obra como o metrô e a esperança era de que a taxa de retorno desses investimentos seria superior à taxa média de juros do período em que o investimento estava sendo realizado, de forma que, no futuro, você recobriria os recursos internos através desse mecanismo.

O caso brasileiro, na minha opinião, ainda era mais favorável sob outro ponto de vista. Se compararmos todos os países em via de desenvolvimento, não produtores de petróleo, a relação dívida e produto, a dívida brasileira é consideravelmente menor do que a de todos esses países.

Mais ainda, se fizermos uma comparação da dívida por habitante, a dívida brasileira é consideravelmente menor que a de todos esses outros países que estiveram em situação semelhante.

E não só no mundo ocidental, não. As economias de estilo soviético, todas elas têm dívidas *per capita*, e com relação ao PIB, maiores que a brasileira. A Alemanha Oriental, que é um caso típico, tem uma dívida *per capita* superior à brasileira. E se não pode imaginar que eles tivessem feito diferente, eles precisavam fazer exatamente o que nós fizemos.

Ouçó, de vez em quando, dizer-se que a Austrália é um exemplo. Pois bem, a dívida *per capita* da Austrália é mais de quatro vezes a dívida *per capita* do Brasil.

De forma que, me parece que é preciso ter uma perspectiva sobre isto. Sem a dívida, seríamos hoje consideravelmente mais pobres. Acho que a estimativa do Ministro Mário Henrique Simonsen não está muito equivocada. As informações empíricas que se tem daquela relação entre produto e consumo de energia realmente mostram que se tivéssemos que cortar a importação de energia, digamos em 1974, consumimos 750 mil barris, produzimos 100 mil; importávamos 600, 650 mil barris, se cortássemos a metade, e, portanto, a dívida seria hoje a metade do que é, teríamos tido uma queda de PIB, naquele instante, de pelo menos 20%, que se repetiria, depois, em 1979, teríamos hoje um nível de renda *per capita* que, provavelmente, não seria muito diferente de 1.500, 1.600 dólares *per capita*. O que mostra que a dívida serviu para manter o nível de atividade e nos preparar para modificar a matriz energética.

Uma crítica que ouço também aqui com frequência é de que "o Brasil aceitou taxas de juros flexíveis". Essa é, na realidade, uma

acusação fantástica, porque é a mesma coisa que dizer que o Brasil aceitou a eclipse da Lua. A taxa de juros flexível foi o mecanismo encontrado pelo sistema financeiro internacional para continuar financiando os países em vias de desenvolvimento. Os países árabes depositavam os seus recursos há seis meses — e o árabe é meio desconfiado —, quando chegava ao fim dos seis meses, ele queria ver o dinheiro na mão do banqueiro; aí, ele renovava outra vez o empréstimo. Mas precisávamos de empréstimo — não nós, o mundo subdesenvolvido, o mundo em via de desenvolvimento — e os países desenvolvidos precisavam de financiamento a 8, 10 anos. Como era possível casar essas duas coisas, a não ser com a invenção da taxa de juros flexível? Fico espantado de ver as pessoas aqui dentro dizerem: *deviam ter resistido a isso*. Por que não se resiste a isso quando se compra uma casa hoje, ou quando se faz um empréstimo no sistema bancário brasileiro? Porque a incerteza introduzida por taxas de inflação extremamente variáveis não pode ser suportada pelo sistema bancário, ele quebra se se meter numa aventura dessas.

Então, a taxa de juro flexível foi produto de uma evolução do mercado, que tornou possível o financiamento das importações. Se ela não existisse, provavelmente recairíamos no caso anterior, que era o caso de não ter disponibilidade para importar, e aí, não havia outra saída, fariamos a recessão brutal, como tinha que ser. Seria uma pena, mas teríamos que fazê-la.

Um outro ponto sobre o qual gostaria de chamar a atenção, é que, desde 1982, temos discutido com os Estados Unidos, em 1983, de que existia um contencioso mesmo entre nós. Seria, na minha opinião, absurdo dizer para os Estados Unidos: não aplique a política monetária. Ele tem todo o direito de aplicar a política monetária que ele quisesse; e ele aplicou a política monetária. Teve sucesso, reduziu sua taxa de inflação, mas isso nos puniu, nos puniu de várias formas. Não que ele tivesse esses objetivos, mas foram as consequências de sua política; de um lado, elevou consideravelmente a taxa de juros, de outro lado, essa elevação da taxa de juros produziu uma queda de preços de *commodities* importante. A recessão que acompanhou essa elevação na taxa de juros, nos Estados Unidos e na Europa, prejudicou nossas exportações. De forma que tivemos uma considerável queda nas nossas relações de troca.

São quatro efeitos, combinados, graves. O que queríamos dos Estados Unidos era compreensão para estes fatos. Nós nunca pedimos perdão para isso.

O Plano Brady, na minha opinião, vem e reconhece que esse contencioso é uma coisa razoável, reconhece que não tínhamos o direito de pedir aos Estados Unidos que não fizesse isso. O Plano Brady que vai atingir, no caso brasileiro, a 60% da dívida, mais ou menos, reconhece, na realidade, através do exemplo mexicano, um abatimento da ordem de 30% da dívida, que é praticamente o que havíamos calculado já em 1984, que era um aumento

no estoque da dívida, produzido pelo efeito da taxa de juros. De forma que acredito que o Plano Brady veio corrigir essa dificuldade.

Ainda gostaria de insistir, finalmente, rapidamente, sobre o que disse o Ministro Simonsen, é de que não está aqui realmente o nó do nosso problema de desenvolvimento. O nó do nosso problema de desenvolvimento está em que o Brasil perdeu sua política fiscal, o que nós dissemos hoje, com déficits extremamente elevados, que só podem ser financiados de uma maneira muito precária, com taxas de juros reais muito elevadas. Isso, realmente, prejudica não só o País, como a taxa de crescimento, como cria uma instabilidade enorme.

Acredito que temos que enfrentar esse problema do equilíbrio interno. Não só começaria dizendo que é preciso fazer um corte das despesas, eficaz, temos que transferir para os Estados e Municípios as tarefas que votamos aqui, nesta Constituição, porque já transferimos para eles as receitas. Os Estados vão ter que enfrentar a ideia de que vão ter que fazer as estradas deles. Essa votação no Congresso criando o selo-pedágio, na minha opinião, foi um equívoco, estamos aumentando tributação quando já tínhamos dado para os Estados o aumento de tributação correspondente a construção das estradas. A terceira medida seria a de enfrentar o problema da privatização com inteligência, com uma lei geral, bem feita, mas não onde a Goldenchair tenha poder, como na proposta original do Governo, de intervir na política de salários, na política de preços da empresa, aí, não chegaríamos a lugar nenhum. O Goldenchair tem que se limitar a impedir que a empresa mude de objeto, o seu objeto de negócio, e que seja submetida a um *take over*, ou que seja desnacionalizada sem que haja um entendimento prévio.

E, finalmente, um aumento de impostos, que, na minha opinião, é fatal. Mas isso só se conseguirá fazer quando a sociedade readquirir a consciência de que o Governo fez as três coisas anteriores. Estou convencido de que não vamos sair disso sem uma reestruturação no sistema fiscal.

Na realidade era isso, Sr. Presidente, para que a gente possa conversar um pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldeck Ornêlas) — Agradeço a V. Exª e passo a palavra ao Deputado Irajá Rodrigues para iniciarmos os debates.

**O SR. IRAJÁ RODRIGUES** — Sr. Presidente, eu tenho algumas perguntas ao Professor Simonsen e algumas ao ex-ministro Delfim Netto e quero saber se colocó todas juntas, se vai tomar tempo demais, porque gostaríamos de ouvir também os outros. (Pausa) Faço então todas.

Começo pelo Sr. Simonsen: no seu período, qual era mais ou menos a taxa de juros, já que o Senhor fez a maior contratação de empréstimos externos. Qual foi a taxa de juros nesses contratos? Eles eram fixos ou variáveis?

**O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN** — Na sua maior parte eram variáveis pela razão de que o grosso da oferta de recursos era a taxas variáveis; as taxas variaram. No princípio, foram um pouco mais altas, depois, no final do período, como tínhamos reservas mais amplas, os prazos e as taxas e os *spreads* se encolheram.

**O SR. IRAJÁ RODRIGUES** — Em que bases, mais ou menos, percentuais?

**O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN** — Era a *libor* e os *spreads*. Os *spreads* chegaram a 2% no máximo e a 1% no mínimo.

**O SR. IRAJÁ RODRIGUES** — E a *libor* deu que média?

**O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN** — A média da *libor* de 1973 a 1978 deu 8,35%, segundo estou sendo informado aqui. E a taxa de juros efetiva sobre a dívida externa entre 1973 e 1978, pela informação que acabo de receber, foi de 8,46%.

**O SR. IRAJÁ RODRIGUES** — Nesse período, qual a entrada real de recursos? Não falamos em dinheiro novo, que na verdade não é novo, é apenas a capitalização de juros, mas na entrada real de recursos. Na verdade, no fim de toda essa festa de 1971 para cá, o que entrou, realmente, de dinheiro, aqui no Brasil?

**O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN** — V. Exª não quer incluir os juros, então V. Exª teria que somar. Acho que tenho essa tabela em algum lugar. V. Exª teria que somar o que foi o déficit em conta corrente, menos os investimentos diretos.

**O SR. IRAJÁ RODRIGUES** — O Sr. não tem esses números, aí?

**O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN** — Eu tenho essa tabela aqui, sim. Olha, aqui, a transcrição de um antigo depoimento meu na CPI da Dívida Externa, na Câmara, em 1983. Mas os números estão aqui disponíveis, de qualquer jeito, quer dizer, os déficits em conta corrente e o serviço da dívida. Se V. Exª quiser, depois eu lhe passo os números.

**O SR. IRAJÁ RODRIGUES** — Eu aceito. Uma outra pergunta: no seu período houve também negociações. Pergunto-lhe se em algumas cláusulas contratuais foi colocado que, na hipótese de arbitramento, o juiz desempatador seria um advogado inscrito na Ordem dos Advogados dos Estados Unidos...

**O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN** — Não tenho condições de informar. Posso pedir ao Dr. Cid Heráclito — todas essas cláusulas eram examinadas pela Procuradoria da Fazenda — que informe, porque naquele tempo ele trabalhava lá.

**O SR. CID HERÁCLITO** — (Fora do microfone)

**O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN** — Diz o Dr. Cid que isso não constava, naquela época, e que só surgiu nas cláusulas posteriores de renegociações dos projetos somatórios.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Pergunto, então, se, como dirigente de empresa, o Sr. assinaria um contrato que tivesse esta cláusula, ou — ainda há pouco conversávamos e eu lhe dizia — como dirigente de um time de futebol, o Sr. assinaria um contrato admitindo que o time adversário escolhesse o juiz?

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — Não sei se a analogia é válida. Afinal de contas, o que temos em jogo aí é muito mais do que um jogo de futebol, mas é preciso saber quais eram as regras do jogo internacional. Em 1972, houve um fato detonado com a moratória do México. O fato detonado pela moratória do México foi que subitamente os bancos todos se retrairam em relação aos países em desenvolvimento. Acho que o Brasil foi muito mais apanhado no contrapé, vamos dizer, pela sua posição geográfica propriamente do que pelo seu estado, pelos seus números absolutos da dívida — o Ministro Delfim Netto depois poderá corroborar esta minha impressão. Então, havia uma série de regras gerais que se estabeleceram para as negociações que foram mais ou menos iguais para todos os países, de modo que aí era uma questão um pouco mais complicada.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Eu lhe pergunto, então, novamente, se como dirigente de uma empresa o Sr. assinaria esse tipo de contrato.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — Bom, eu teria que, obviamente, consultar alguns pareceristas jurídicos. Eu não sou jurista e não gosto de emitir opiniões jurídicas e, sempre, o que eu procuraria fazer seria me assessorar da melhor forma possível.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Eu insisto apenas porque o problema me parece não ser nada jurídico. É um problema de vida diária, de vida comum e eu pergunto se, na sua vida comum, o Sr. assinaria um contrato em que a decisão final ficaria apenas adstrita à decisão da outra parte contratante?

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — Colocando, assim, nesses termos, evidentemente a resposta só pode ser não.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Então, muito obrigado.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — Mas é preciso saber exatamente quais eram as circunstâncias; não quero opinar sobre negociações das quais não participei.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Perfeito, eu entendo o seu constrangimento natural.

Pergunto ao Ministro Delfim Netto, que fez uma exposição a respeito dos remédios para a nossa situação: V. Ex<sup>a</sup> fala em aumento de impostos e há um levantamento indicando que, no mínimo, a evasão ilegal é de 50% dos recursos do Tesouro; em segundo lugar, há uma evidência da perda de valor real do Sistema Tarifário de Preço Oficial com benefício para empresas existentes no País. Aliás, lembro ao Ministro Simonsen — já que ele falou nas tarifas —, o próprio contrato da Ele-

tronorte com algumas processadoras de fabricantes de alumínio que gozam de tarifas de energia elétrica especialíssima por contrato, por sinal, da sua época. Então, pergunto ao Ministro Delfim Netto, se ele não acha que em vez de aumentar impostos não seria mais lógico acabar com a sonegação e acabar com os subsídios indiretos, e se somarmos esses dois fatores mais a redução dos encargos da dívida até o seu valor de mercado, se não teríamos, com a junção desses 3 itens a chegada de um equilíbrio fiscal.

O SR. DELFIM NETTO — É óbvio que se há sonegação ela deve ser combatida. Ninguém está imaginando concordar com a sonegação, pelo contrário, temos de combater a sonegação duramente, e é isso que tem sido feito, pelo menos é o que se fazia; acredito que é o que se faz ainda hoje. O que houve foi que com essa aceleração da inflação, realmente, tivemos uma redução do valor do imposto. Claro que se uma medida como esta que estamos imaginando der certo, teremos uma redução desse fato. Também não tenho nenhuma dúvida sobre terminar com os subsídios; acho que há subsídios que podem ser exterminados, suspensos por 2 ou 3 anos para estudá-los com cuidado — subsídios regionais e subsídios a setores. De forma que são coisas que podem e devem ser feitas. Veja que coloquei o aumento de impostos como o 4<sup>o</sup> item, é como se você estivesse raspado todas as suas possibilidades e você ainda deveria fazê-lo. Eu estou convencido que, provavelmente, vamos precisar de um aumento de impostos. Mas, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. até o aumento de impostos, há um longo caminho a ser percorrido, vai-se eliminando todos os vazamentos que existem e acho mesmo que, hoje, o nível de sonegação cresceu um pouco.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — Com relação às tarifas de energia eu não vou comentar porque não foi feito no Ministério da Fazenda. Não era o Ministério da Fazenda que fazia todas as transações; alguma coisa era da órbita do Ministério das Minas e Energia. Agora, sem entrar nesse mérito porque nem conheço o contrato específico.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Depoentes, eu cheguei já no final da exposição do Ministro Delfim Netto, mas numa das suas colocações eu fiquei com uma certa dúvida.

O Ministro falou de que a dívida no Brasil, proporcionalmente à dívida de outros países, inclusive do bloco socialista é pequena. A dívida *per capita* do Brasil é pequena, comparada com outros países, inclusive dizendo que a dívida da Austrália é quatro vezes maior do que a dívida brasileira.

Na sequência, falou que o problema do Brasil não é a dívida externa, e sim a dívida interna, o problema do déficit público. Solucionando o problema do déficit público, pela sua avaliação, estaria solucionado automaticamente o problema da dívida externa no Brasil?

O SR. DELFIM NETTO — Pois não.

Em primeiro lugar eu não disse que é pequena, eu disse que é menor. E é menor mesmo que os outros. E, em particular, dos países que V. Ex<sup>a</sup> citou. Aí estou absolutamente convencido. O nosso problema é de finanças públicas.

O Brasil já gera o excedente externo, que permite honrar os seus compromissos. O que ele não consegue gerar é a poupança interna para se apropriar desses excedentes externos. São dois problemas completamente diferentes.

O Brasil resolveu, com muito maior facilidade o problema do excedente externo, e teve dificuldade para resolver o problema da poupança interna, basicamente por um motivo.

Vamos pegar um caso concreto? O caso do metrô.

A taxa de retorno do metrô eu considero coisa de 16, 17%. O metrô é uma coisa fantástica, o que ele produziu de facilidade de movimentação, de conforto para os trabalhadores, de rapidez de chegar à sua casa, é uma coisa que deve ter, se você calcular a taxa do retorno, então deve ser de 17,18% sabe Deus quanto! E o metrô, se você examinar, o financiamento do metrô foi feito a uma taxa de juro média, no período que deve dar aí 10, 11%. Ou seja, a taxa do retorno do metrô é consideravelmente superior à taxa de juro do empréstimo externo. Logo, não deveria haver nenhum problema para você pagar a dívida do metrô. Desde que você incluisse no custo da tarifa do metrô o custo da dívida externa.

Então, o que é que acontece? Nós, em geral, queremos subsidiar o transporte de metrô, o que é muito bom, não é um mal subsidiar o transporte. Mas quem quer subsidiar o transporte precisa fazê-lo com recursos internos. Se eu quero subsidiar o transporte de metrô eu preciso gerar um excedente no orçamento para financiar isso. Mas não, eu não gero esse excedente, e subsidio da mesma forma a tarifa do metrô. Quando chega no fim do ano o que acontece? Eu vou fazer as contas do metrô e chego à seguinte conclusão: o metrô é deficitário. E aí olho que tem lá a dívida externa que não foi paga, e associo a dívida externa ao déficit do metrô. E aí concluo, de uma maneira triunfal, foi a dívida externa que produziu o déficit.

Não! Quem produziu o déficit foi a nossa disposição de financiar a passagem do metrô sem recursos orçamentários — e seria uma coisa perfeitamente ridícula eu chegar para o banqueiro e dizer: você vai ter que subsidiar a passagem no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

Então, o que me parece é o seguinte: tem faltado clareza nesse processo. O nosso problema é basicamente de finanças públicas. O problema das tarifas das empresas públicas, todos eles estão ligados mais ou menos a isso. E nós usamos o sistema de preços para fins redistributivos, e não apenas para fins alocativos, e aí vamos estendendo as dificuldades. Quando eu não incluo, digamos, no custo do aço, plenamente o custo do empréstimo externo, eu estou subsidiando o preço do aço.

Mas não é a dívida externa que está produzindo o subsídio. Perdão, ela não pode financiar o subsídio. Eu deixei de incluí-la no preço do aço, então eu tenho que levar isso para o Tesouro. Isto é, o Tesouro deveria ter um excedente fiscal equivalente àquele.

O SR. SERGIO SPADA — Mas o Sr. pegou logicamente uma das obras, digamos, que estaria dando retorno à altura para cobrir o custo desse financiamento. É um dos bons investimentos feitos no País.

Agora existem alguns investimentos, é o caso da Ferrovia do Aço, é o caso da Transamazônica.

O SR. DELFIM NETTO — Não, perdão. A Transamazônica não tem nada a ver com isso, foi feita com excedente orçamentário. A Transamazônica foi financiada com excedente orçamentário, não foi financiada com dívida externa coisa nenhuma.

O SR. SERGIO SPADA — Não tem dinheiro externo na Transamazônica?

O SR. DELFIM NETTO — Nada, nada, tem dinheiro do Bird, para fazer colônias de assentamentos agrícolas. A Transamazônica foi feita através de um corte dos incentivos fiscais do Nordeste e do Norte, por ocasião da seca em 1971, e isso gerou um excedente que produziu a Transamazônica. Não tem nada que ver com isso.

Eu acho que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão no seguinte, nem todos os projetos dão altas taxas de retorno.

Eu tinha três projetos dos quais eu tinha particular diferença: era a Açominas, era a Ferrovia de Aço, e era o Programa Atômico. Os outros todos eu estou convencido que têm taxas de retorno superiores à taxa de juros.

Fui agradavelmente surpreendido este ano, lendo o relatório da Açominas, e verifico que talvez estivesse equivocado. A Açominas tem uma taxa de retorno bastante razoável. E na minha opinião é capaz de produzir os seus resultados adequados. No caso da Ferrovia do Aço a situação foi resolvida quando o Governo passou para o setor privado. E quem terminou a ferrovia do Aço foi o Dr. Antunes, e hoje é responsável por aquilo tudo.

O SR. SERGIO SPADA — Parte dela.

O SR. DELFIM NETTO — É aquilo que na minha opinião era para terminar, porque uma das coisas que acontecem é o seguinte: quando você tem o grosso do investimento feito, você só vai comparar o que falta na margem para calcular a taxa de retorno, está certo? Porque aquilo já está lá, se você não fizer nada está perdido. Então você compara na margem. Na margem se transformou numa coisa razoável, não é o que eu gostaria que fosse, mas não é uma coisa trágica.

Resta o programa atômico, que eu acho que este sim, a taxa de retorno é menor do que a taxa de juros. Esse é um programa de Governo, e aí o Tesouro vai ter que arcar com a diferença. No resto não. O resto, na minha opinião, são projetos cuja taxa de retorno é bastante satisfatória.

O SR. SERGIO SPADA — Ministro, só mais uma colocação.

O Senhor até reconhece que a questão da dívida externa tem sido administrada a contento. O problema é déficit público interno.

No entanto, no ano passado, e nesse ano, a Cacex tem publicado saldos da balança comercial altamente positivos, e o ano passado chegou a 19 bilhões de dólares. Este ano os saldos têm sido mais ou menos na mesma proporção. E nós sabemos que a reserva cambial está extremamente baixa, a ponto do Governo ter que decretar moratória, pelo menos implicitamente, e não explicitamente. Quer dizer, só administrar bem a questão das exportações e reduzindo importações, fazendo com que sobre superávit todo mês e todo ano, não tem solucionado o problema da dívida externa. Parece-me que a questão é bem mais complexa. Como é que o País, como no ano passado, envia para o exterior cerca de 19 bilhões de dólares, a título de juros e serviços da dívida, essa dívida continua aumentando, e no ano seguinte, como é o caso deste ano, a situação está insolúvel. Quer dizer, continua baixando a reserva cambial a ponto, como as próprias autoridades econômicas terem dito de que vão ter que obrigatoriamente decretar novamente a moratória.

O SR. DELFIM NETTO — Não, eu não creio. Nós estamos confundindo duas coisas: o saldo comercial com esse movimento de capitais.

O que aconteceu foi que o Governo na realidade, foi prisioneiro de um certo movimento de capitais. Eu acho que no Plano Verão ele inicialmente congelou os juros, congelou o câmbio, recebeu um influxo favorável, todo mundo aplicou no *open*, teve vantagens enormes. Quando ele descongelou houve um movimento ao contrário. De forma, o problema do fluxo de caixa está ligado, de uma certa forma, mas não tão diretamente com um saldo comercial. Não, porque se tem prazos de recimento e uma porção de coisas.

A minha convicção é a seguinte: se você honrasse toda a dívida, ela é um negócio parecido com 3% do PIB, mas quando ela variasse ela poderia produzir problemas sobre a taxa de crescimento, mas se ela permanecer constante, a partir do ano seguinte a taxa de crescimento é independente disso. A taxa de crescimento depende, obviamente, da taxa de acumulação de capital. Desses 3%, vamos supor que fosse dívida interna, com brasileiros, é óbvio que os 3 não seriam tirados de investimento. Se ele fosse distribuído como renda, o que aconteceria? Apenas 20% disso seria o investimento. Portanto, é ponto seis do PIB, o resto seria consumo mesmo.

Ora, se por causa da dívida estou convencido de que o consumo, hoje, é entre 500 e 600 dólares, superior ao que seria sem a dívida, e que a dívida custa, na realidade, 80 dólares por ano e a dificuldade sobre a taxa de crescimento é de ponto seis, não vou poder concluir que o País não poderá crescer por causa da dívida. Muito menos que o País ficou mais pobre por causa dela. O País é mais

rico por causa da dívida. É uma coisa óbvia. Como é que se pode imaginar que alguém que tem uma dívida e não a pagou e, por isso, ficou mais pobre? Como é possível? É um mistério terrível. É melhor não confundirmos. Se eu lhes perguntasse se 20km/h é maior ou menor do que 30km, talvez alguém dissesse que eu não sei o que estou falando. Os juros têm uma unidade de tempo. Um capital instalado gera a cada ano um certo produto; o capital, digamos, combinado com mão-de-obra e com energia. No Brasil, supõe-se que a relação produto-capital é da ordem de 1.3, ou seja, um investimento de um milhão de dólares produz, todo ano, 300 mil dólares de renda. Se eu pago com esse capital um juro de 10%, pago 100 mil dólares e internamente continuam 200 mil dólares. Eu não posso somar 100 mil dólares com 100 mil dólares com 100 mil dólares e dizer que já deu um milhão de dólares, já paguei o capital. É a mesma coisa que eu dissesse 20km/h mais 30km/h mais 50km/h dá 100km. Não pode. O que me parece que é fundamental é o seguinte: vamos pensar no caso do aluguel de uma casa, que, em geral, é 1% do valor da casa, o que significa que, quando um sujeito que mora numa casa tivesse pago 100 meses de aluguel a casa seria dele, pois ele pagou o capital. Qualquer um dos senhores percebe que isso é absurdo. Estamos confundindo o valor do estoque com o valor do serviço, estamos confundindo realmente o estoque com o fluxo.

Essas comparações têm um certo efeito emocional, mas quando se senta na mesa para discutir, esse efeito emocional se dissolve, porque se é obrigado a confrontar a sua racionalidade com a do outro. O que me parece óbvio é que temos que tirar todo o proveito da negociação. Também considero que é óbvio que exista um contencioso, que agora o Plano Brady veio dar uma arrumação. São cerca de 20 bilhões de dólares, e vale a pena brigar por eles, mas insistir, como estão insistindo, que não é nenhum favor, mas uma questão de justiça, do nosso ponto de vista. Nós nos consideramos atingidos por uma política que os Estados Unidos fizeram. Também reconhecemos que não podíamos impedi-lo de fazê-la, porque é a decisão interna deles. Quando os Estados Unidos fizeram isso perderam, em termos de produto potencial, 507 bilhões de dólares. Foi esse o custo da recessão americana de 1983. Essa é uma estimativa da Brooks. Quem iria imaginar que os Estados Unidos iam decidir perder 507 bilhões de dólares, simplesmente para perturbar a vida dos subdesenvolvidos? Não. Era melhor ter perdoado a dívida, ficava muito mais barato. É mais importante: se tivesse perdoado a dívida, certamente as exportações americanas seriam maiores do que são hoje, que é um outro aspecto do problema. Se pudéssemos nos desembaraçar disso, o comércio fluiria com maior facilidade, todos nós teríamos um nível de bem-estar muito superior. Parece-me que temos que continuar lutando como lutamos a vida inteira. Desde 1983 que estou colo-



cando essa questão na mesa de negociações e infelizmente, agora, vejo que as coisas começam a adquirir uma nova feição. Não que o Brasil tivesse importância decisiva. O Brasil era uma voz que sempre repetiu a mesma coisa. Todos os Ministros que foram aos fóruns internacionais disseram a mesma coisa, não só os Ministros da Velha República, os da Nova República foram lá e brigaram pelo mesmo problema, e corretamente, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Com a palavra o Deputado Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI — Sr. Presidente, Srs. depoentes, Sr. Relator *ad hoc*, a primeira questão endereço a ambos os depoentes.

Segundo se tem lido e estudado — penso que seja uma opinião até consensual — o Brasil, e de resto parece que é uma tendência para os países do Terceiro Mundo em geral, tem conseguido preços relativamente menores pelos produtos que exporta, ou seja, por esse quadro internacional, o preço dos produtos exportados pelo Brasil tem sido menores nos últimos anos, na evolução do tempo, do que nós já vínhamos conseguindo em anos anteriores, digamos que isso dentro de um quadro nos últimos 20 anos. Os juros, como já foi debatido aqui, foram evoluindo, chegando a picos de 23%, segundo informações que se tem. Isso levou o Brasil a exportar mais para conseguir os mesmos dólares que conseguiria antes com um volume de exportações menor, e com o aumento dos juros ficar ainda assim em condição desfavorável nesta relação internacional, incluída aí, evidentemente, a famosa cláusula dos juros flutuantes.

O que quero perguntar é o que podemos fazer para enfrentar este problema? O Ministro Delfim Netto já disse que se tentou durante um tempo. O fato é que não se conseguiu resultados positivos. Quero, de forma bem objetiva, tentar ouvir as suas opiniões sobre o que é possível fazer, a nível de Brasil, para enfrentar essa questão. No caso específico do Ministro Delfim Netto, gostaria que agregasse à sua opinião sobre esse assunto um comentário sobre uma estimativa que fez num artigo da *Folha de S. Paulo*, do dia 19 de junho, estimando em 30 bilhões de dólares o que o Brasil teve como prejuízo — vamos falar assim, a palavra aqui é minha — em decorrência dessa questão da arrumação da economia americana. E o autor do artigo poderíamos buscar maiores detalhes, evidentemente.

Gostaria que o Ministro Delfim Netto agregasse a essa opinião geral sobre a questão geral que coloco de como poderíamos buscar esses 30 bilhões de dólares.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — Em matéria de relações de troca com o exterior, na realidade, se fizermos uma curva ao longo dos últimos 20 anos, ela é muito variável. Houve anos em que as relações de troca melhoraram e em outros, pioraram, mas não há realmente uma tendência decrescente de relações de troca no Brasil, ao longo dos últimos vinte anos. Tivemos anos muito bons

de relações de troca. 1977, por exemplo, foi um ano excepcional. Tivemos anos ruins, como por exemplo 1972. O ano de 1974 foi excelente. De modo que, em matéria de preços de exportação e importação, ora sobe, ora desce. A única maneira que temos de nos defender — e fizemos isso — é diversificar mais as nossas exportações. No meio da década de 1960, época em que o Brasil dependia em 50% das suas receitas cambiais de um único produto, o café, o Brasil possuía uma extrema vulnerabilidade às oscilações do preço do café. Na época em que éramos grandes importadores de petróleo, que acontecia até o final da década de 70, éramos extremamente vulneráveis às oscilações do preço do petróleo. Em 1974, por exemplo, tivemos uma vasta piora das relações de troca, depois foi melhorando até 1978; em 1979 piorou de novo, e assim por diante.

No que diz respeito aos juros, é certo que, por efeito da política monetária e fiscal norte-americana, entre 1979, e 1982 o juros se elevaram extremamente. O Ministro Delfim Netto já falou no assunto e eu o deixo continuar. A solução, realmente, para aquilo que o Ministro chama esse contencioso implícito que temos com os Estados Unidos já está sendo reconhecido por todos os bancos, que é aceitar vender a dívida ou renegociá-la como parte de descontos, que é exatamente a idéia do Plano Brady.

Agora, deixo o Ministro Delfim Netto falar sobre o assunto.

O SR. DELFIM NETTO — Acho que esse problema das relações de troca são extremamente variáveis. Se você pegar períodos mais longos não encontrará tendência alguma. Esta foi uma invenção do passado; você pode ter inventado uma teoria de que existia uma deterioração progressiva. Isso não existe. Hoje você tem a experiência de mais de um século; agora, era extremamente variável, e é claro que quando você se concentra num período — digamos, Simonsen levantou a questão de 74 — 74 tenho a impressão que se a gente usar 73 com base, 74 chega a 65; então, você perde 35% do poder de compra do seu produto em um ano.

O preço do petróleo subiu dramaticamente isso, na realidade, é um quociente entre o preço da exportação e o preço da importação — o preço do petróleo subiu dramaticamente e as ações, em troca, vieram a baixo.

Temos que compreender o seguinte: isto é, na realidade, um mecanismo de transferência de renda entre o País e o resto do mundo. Não podemos ter dúvida. Quando os árabes aumentaram o preço do petróleo não fizeram simplesmente porque gostavam de ter preços mais altos, aumentaram na convicção de que a demanda de petróleo era extremamente inelástica como era e que, portanto, isso produziria um aumento da receita nas suas vendas de petróleo, que significavam o quê? Que eles se apropriariam de um pedaço maior do produto dos países consumidores de petróleo. A OPEP é um mecanismo de

apropriação do produto dos consumidores de petróleo.

O fato de que quando há variações de troca desfavoráveis você tem que fazer um esforço maior, é verdade, do mesmo jeito que não há variações de troca favoráveis você faz um esforço consideravelmente menor, como aconteceu em 84, em 77, e assim por diante. Isso era visível quando exportávamos café. Quando o café representava dois terços da exportação brasileira, ano de café escasso era ano em que nadávamos em divisas, as nossas relações de troca melhoravam brutalmente; portanto, trazíamos recursos do mundo para dentro do Brasil com o mesmo volume de fatores brasileiros. Essas flutuações, na média, acredito que não tenham tendência maior.

Gostaria só de acrescentar que desde 64 o Brasil foi seguindo uma linha de diversificar as exportações a que se referiu o Ministro Simonsen. No comércio externo o importante era não ser importante; no mercado mundial quem não tem importância alguma é que é importante. Se você exporta 40% da oferta de café do mundo você está frito; se você exporta 4% tudo bem, porque você estabiliza sua receita. Se você exporta dezenas de produtos, centenas de produtos, a média fica muito mais estável, as relações de troca, portanto, são problemas que tornam a coisa muito mais estável, se você diversifica sua exportação.

Quanto ao problema dos 30 bilhões de dólares, ilustre Deputado Hermes Zaneti, a idéia é a seguinte: ele, como todos os cálculos, partiu de certas premissas. Nós estimávamos, ou estimamos, uma taxa de juro média, num período anterior, 12 anos, e aí supusemos o seguinte: que esta teria sido a taxa que vigiria ao longo daqueles 4 anos de crise e calculamos o excedente dessa taxa como sendo o prejuízo, digamos, que teríamos pelo fato de a taxa ter flutuado por efeito da política monetária fiscal americana, acrescentamos aí as perdas nas ações de troca, por causa da elevação da taxa de juros, e dá os 30 bilhões de dólares. Não é uma coisa muito diferente do que os americanos estão fazendo. Se V. Ex.<sup>a</sup> perceber, vamos supor que fizéssemos um acordo parecido com o do México: íamos ter um abatimento, provavelmente, de 22, 23 bilhões de dólares, que está dentro, porque aí não estão incluídas as flutuações do preço das **commodities**, mas é o que acho que justamente tínhamos direito.

O SR. HERMES ZANETI — Eu queria era saber, e foi a pergunta também, qual é a sua sugestão para buscar esse dinheiro; como? Qual é o caminho? Como fazer? O que fazer da parte do Brasil?

O SR. DELFIM NETTO — É negociar. Acho o seguinte: temos que negociar, se preciso. Primeiro fazer um ajuste interno; não adianta estar com ilusão, não vai haver negociação alguma sem um ajuste interno, porque é inútil. No momento em que se fizer um ajuste interno vamos fazer uma negociação muito parecida com a do México, provavelmente, ou um pouquinho melhor que a do México, porque é assim mesmo, mas não porque somos melho-

res que os mexicanos, mas porque chegamos depois; quem chegar depois de nós ainda vai conseguir alguma coisinha melhor; quando chegar a nossa vez de re-negociar, colharemos os benefícios de todos aqueles que renegociaram. Isto não é uma coisa, é um processo; isto não é uma coisa decidida hoje por todo o tempo, não, isto é um processo. Todo tempo está havendo modificações e todo tempo você está tentando tirar o maior proveito possível.

O SR. HERMES ZANETTI — O art. 44, inciso I, da Emenda Constitucional nº 1, de 69, determinava o envio, ou encaminhamento ao Congresso Nacional, para referendo dos atos constitutivos do endividamento externo brasileiro, não nesta expressão mas neste entendimento.

Eu queria ouvir a opinião de ambos os depoentes sobre esta questão: do porquê não foi atendido esse dispositivo constitucional.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — O dispositivo constitucional não determinava os atos constitutivos do endividamento externo, mas o Dr. Cid Heráclito pode, melhor do que eu, explicar.

O SR. HERMES ZANETTI — Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex.\*

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — Minha opinião, baseada nas opiniões jurídicas, pura e simplesmente o que a Constituição mandava era que os acordos externos fossem aprovados externamente. Um ato de endividamento externo é um ato rotineiro de uma empresa estatal. Quando era endividamento dos estados e municípios, por exemplo, que aí havia previsão na lei para aprovação pelo Senado, era remetido ao Senado.

O SR. HERMES ZANETTI — V. Ex.\* entende que não havia a necessidade?

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — Um empréstimo usual? Vamos dizer, uma operação 63, feita pelo setor privado, por exemplo. Certamente, não.

O SR. DELFIM NETTO — A minha opinião é rigorosamente a mesma. Acho que não cabia enviar para o Congresso os atos normais de endividamento externo; não, porque seria inteiramente absurdo mandar para cá toda a papelada da Petrobrás, que se endivida todos os dias. Como íamos julgar isso? Mais ainda do que isso: cada contrato desse — não sei quantos são, mas devem ser alguns milhares de contratos — foi examinado sempre por dois juristas, ou bacharéis, do nosso lado e dois do lado estrangeiro; acreditado que aí 5, 6 mil pessoas tenham participado desses contratos e nunca ninguém levantou uma questão como essa. Esta é uma questão levantada, inclusive, no Brasil por um advogado, que até fez o seu parecer, moveu, acho, uma ação popular e que foi julgada pelo Tribunal Federal de Recursos. Como vamos poder imaginar que possa prosperar uma coisa como essa. Aliás, vou dizer uma coisa: bem que gostaria que fosse verdade, porque aí a gente mandava cobrar dos advogados deles; é isso que acon-

teceria. Que responsabilidade teríamos? Eles cobrariam dos advogados deles; de nós eles não cobrariam mais; eles que aceitaram os contratos. Se houvesse isso, onde estaria a dificuldade?

Na minha opinião, o que penso, é que esta é uma questão que desmoraliza a própria negociação e falta seriedade nisso; isso é impossível de se levar a sério. Temos que arrumar a nossa situação e caminhar firmemente, com uma lógica impecável; é o único jeito, ilustre Deputado Hermes Zanetti, de a gente vencer, é ter uma lógica realmente impecável. Não podemos supor que um truque como esse pudesse dar resultado; não tem como. E mesmo se ele houvesse, até que eu gostaria que fosse verdade.

O SR. HERMES ZANETTI — Eu, agora, aceitaria que o Assessor do ilustre ex-Ministro pudesse dar a sua opinião, que já foi solicitada pelo Ministro.

O SR. CID HERÁCLITO — Já tive a oportunidade e a honra de prestar esse esclarecimento a esta Comissão, de traduzir a minha opinião.

No regime das Constituições de 67 e 69, como no das Constituições anteriores, o que dependia de aprovação do Congresso eram apenas os tratados internacionais. O fundamento para as operações de crédito externo, celebradas pelo Brasil ao longo desse tempo, estavam na legislação ordinárias, na Lei nº 5.000 e depois no Decreto-Lei nº 1.312 que, por sua vez, foram baixados com base em outros dispositivos constitucionais que davam ao Congresso o poder de legislar sobre operações de crédito. Então, não havia necessidade de submeter ao Congresso cada operação de crédito externo; tanto isso é verdade que o Constituinte de 88 resolveu introduzir uma modificação nessa matéria e tratou dela não no dispositivo, que rege a aprovação de tratados internacionais mas num outro dispositivo, que atribui ao Senado Federal, agora sim, a competência para autorização prévia de cada operação; e é o que vem ocorrendo, inclusive o Senado vem autorizando operações de crédito externo, como as do Clube de Paris, as do Banco Mundial, etc., lastreando-se no próprio Decreto-Lei nº 1.312, que vigora desde a vigência da Carta Constitucional de 1967 e 1969.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Fica registrado que o Assessor-mantém o entendimento que já fez aqui em seu depoimento de que havia uma delegação de competência no Decreto nº 1.312.

Quero ler, para os Srs., um trecho do parecer parcial do ilustre Relator Severo Gomes e pedir, por último, um comentário de cada um dos depoentes sobre esta parte do relatório.

"Renúncia antecipada a qualquer alegação de soberania.

Sem qualquer sombra de dúvida aqui está oculto o mais espantoso dos acordos. É de notar, aliás, a grosseria dos credores ou a pusi-

lanimidade dos negociadores brasileiros, admitindo uma cláusula que, sobre ferir os brios nacionais é fundamentalmente inútil no contexto da negociação. Isso, porque das duas uma: ou as demais renúncias já, antes, focalizadas, tinham albergue no ordenamento constitucional brasileiro e, nesse caso, a capitulação expressa e genérica nada acrescentaria ao pactuado ou, pelo contrário, elas seriam imorais e inconstitucionais o que, *a fortiori*, com muito mais razão fulminaria a renúncia ora focalizada.

Esta cláusula retrata um Brasil de joelhos, sem brios, culpados, inerte e inerte, imolado a irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e a cupidez dos seus credores. Porém, nada há de ser dito sobre essa nefanda cláusula mais expressiva do que o próprio e ilustíssimo Ministro Seabra Fagundes já fez. Este fato de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento, talvez, o mais triste da história política do País. Nunca encontrei — e não sou muito ausente — nos estudos da História do País, em todos os documentos históricos do Brasil, nada que parecesse com esse documento, porque, renúncia de soberania, talvez, tenhamos tido algumas iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do País é a primeira vez que consta de um documento, para mim, histórico.

Este me parece um dos fatos mais graves de que somos contemporâneos.

O eminente jurista refere-se aos acordos elaborados pelo Brasil nas negociações de 1982.

Gostaria de ouvir um comentário.

O SR. DELFIM NETTO — Em primeiro lugar, acho que se tirar os adjetivos desse negócio não sei se sobra sujeito ou verbo, (Risos) porque substantivo não tem. Mas, é uma coisa a que eu já estava acostumado ao feito. O que me parece é o seguinte: estamos fazendo aqui uma pedra falsa, o terceiro árbitro era indicado ou pelo Presidente do Banco Mundial ou pelo Presidente da *American Ambar Association*, pode ser um brasileiro, desde que esteja registrado na *American Ambar Association*. É isso, acho que não temos nenhum brasileiro lá. Os Srs. acreditam que não temos nenhum brasileiro lá?

O SR. — O Sr. Acredita que eles indicariam um brasileiro?

O SR. DELFIM NETTO — Por que não?

O SR. — Comprometido com os interesses do Brasil?

O SR. DELFIM NETTO — Tem o Seabra que é um sujeito perfeito. Por que não?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — V. Ex.\* não quer fazer comentário?

O SR. DELFIM NETTO — Não preciso fazer comentário. Tirem os adjetivos e eu comento os substantivos que estiverem aí, se conseguirem achar um verbo.

O SR. — V. Ex.\* me permite? A renúncia declarada, se não fosse decla-



rada parece-me que seria admitida, o que seria a mesma coisa.

O SR. DELFIM NETTO — A mim me parece o seguinte: estamos procurando uma coisa absurda, é imaginar que algum brasileiro, que existem brasileiros de vários níveis e que o nobre Relator seja um brasileiro excepcional, que a ele está reservada o monopólio da brasilidade, a ele está reservada a defesa da grandeza do País. Ora, isso é falso, vamos respeitar os outros, vamos argumentar, discutir, fazer o que quiser, mas não imaginar com cláusulas nefandas, que conversa mole é esta, isso é uma coisa rigorosamente absurda. Acho que isso nem sequer é próprio de um relator. Vai parecer uma coisa completamente despropositada. Vamos discutir isso, é uma cláusula que se pode ter uma dúvida sobre ela, vamos discutir o que aconteceu com os outros, se o Brasil foi uma coisa especial, se isso era uma cláusula derivada depois que o México declarou a moratória. Quando o México declarou a moratória, fecharam-se todos os mercados e nada mais funcionava. O México, simplesmente, pegou o chapéu e foi embora e, num mês, o mercado financeiro internacional terminou. Vamos ver o que aconteceu com os outros contratos, com os outros países, tão patriotas como nós? Com outros países como a Argentina, o Chile, o Peru ou os outros países que estão envolvidos em negociações desse tipo, verificar a verdadeira extensão dessa cláusula. Isto é o que acho que é correto e importante.

O Brasil nunca aceitou nada que não fosse prática corrente. Não se pode imaginar que alguém ia lá fora para defender mal o Brasil. Isso é inimaginável. Até pode-se ser menos inteligente do que outro e leva-se desvantagem. Mas não imaginar que o brasileiro fosse menos patriota e que fosse aceitar cláusulas que ferissem a soberania nacional. Isso, não! Parece-me que não é por aí, pode-se argumentar: vocês negociaram mal, é uma opinião de valor. E, eu digo: negociamos bem. Vocês dizem: negociaram mal. E fica por isso mesmo. Se levamos isso mais a fundo de repente encontra-se, realmente, um erro lá adiante a sua lógica quebrou o pé. Tudo bem. Agora não é possível imaginar que o Brasil aceitasse alguma coisa especial. Não existe isso.

O SR. — Sr. Ministro, não tenho nenhuma procuração aqui para defender o Relator, Senador Severo Gomes, mas acho que, quando V. Ex.<sup>a</sup> invoca o repeito, V. Ex.<sup>a</sup> também o deve a S. Ex.<sup>a</sup> e, a maneira como V. Ex.<sup>a</sup> se dirigiu ao eminente ex-Relator desta Comissão não me parece suficientemente respeitosa para que V. Ex.<sup>a</sup> mereça também, de nossa parte igual respeito.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que esse é um relatório oficial, aprovado por esta Comissão e, nele, foram levadas em conta, opiniões de eminentes juristas deste País que, como V. Ex.<sup>a</sup>, foram convocados para depor aqui, nesta Comissão, especialmente em relação a três cláusulas, quero informá-lo de que a opinião foi quase unânime à exceção daqueles que vieram aqui com a intenção e os compromissos históricos

de defender os Governos do golpe militar de 1964, os demais que aqui compareceram foram unânimes na condenação a, pelo menos, três cláusulas que foram assumidas, que é a Cláusula da Alienação da Jurisdição, da Renúncia Antecipada da Soberania e dos Juros Flutuantes. Apenas queria informar isso a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. DELFIM NETTO — Permita-me, V. Ex.<sup>a</sup>, que quero informá-lo: V. Ex.<sup>a</sup> tem a seguinte lógica, quem não concorda comigo está comprometido com o passado. Isso não é lógica, também. Não retiro nada do que disse sobre o relatório. Confirmando tudo aquilo que disse. Vamos contar o número de adjetivos que tiver nesse parágrafo e vamos pegar qualquer livro de linguagem para saber se quando passa de 30% de adjetivos ele fala alguma coisa, se falar, tudo bem. O que me parece é o seguinte, vamos argumentar com lógica, com racionalidade. Agora, se o relatório foi aprovado, pela Comissão eu acho perfeito, a Comissão votou em maioria, é isso mesmo. Isso não tira a possibilidade de eu julgá-lo.

O SR. — Acho que V. Ex.<sup>a</sup> fugiu ao conteúdo. Houve a renúncia expressa da soberania e V. Ex.<sup>a</sup> está querendo dizer que isto é adjetivo do Relator. Não é! Isto consta dos acordos. Só isso, Sr. Ministro.

O SR. DELFIM NETTO — Não houve renúncia nenhuma, o que consta dos acordos é o que consta em qualquer acordo...

O SR. — E o que consta em uma das cláusulas é a renúncia à soberania.

O SR. DELFIM NETTO — Não houve renúncia nenhuma.

O SR. — Isto é um fato objetivo registrado e assinado nos acordos, Sr. Ministro.

O SR. DELFIM NETTO — Isto é o que V. Ex.<sup>a</sup> pensa.

O SR. — Isso é o que está escrito.

O SR. DELFIM NETTO — Como V. Ex.<sup>a</sup> interpreta.

O SR. — Isso é como está escrito. A interpretação é literal.

O SR. DELFIM NETTO — Não, não é! Não houve renúncia nenhuma de soberania.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — V. Ex.<sup>a</sup> já concluiu sua interpelação?

O SR. — Quero registrar que não houve, da parte dos dois depoentes o pronunciamento que eu havia solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Com a palavra o nobre Deputado Jairo Carneiro.

O SR. JAIR CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. expositores e ilustres colegas, lamento, profundamente, não ter estado presente durante as exposições. De qualquer modo quero consignar, em primeiro lugar, um registro de

elogio à excelência dos depoimentos que pude ouvir, neste momento. E, quero dizer, como membro desta Comissão, suplente mas no exercício da efetividade, que considero da maior importância que esta Comissão possa indicar à Presidência do Congresso Nacional, a necessidade de este assunto ser levado à apreciação do Plenário, onde estes dois expositores aqui, presentes, considero que seriam personalidades que dariam a maior contribuição para o verdadeiro esclarecimento e elucidação desta questão que é tormentosa e está sendo apreciada — permitam-me e perdoem-me os ilustres colegas, com todo o respeito — num clima de exacerbada paixão política. Há juristas que aqui já estiveram e manifestaram-se em sentido pró e contrário às negociações celebradas.

Temos documentos, que tivemos o cuidado de ler atentamente, de juristas que se detiveram no exame da legalidade e da constitucionalidade das negociações. Cito o Dr. Cid Heráclito que está presente e não o conhecia mas vi, no seu trabalho, algo feito com muita responsabilidade por alguém que deve ter conhecimento profundo de causa, e ali está escrito explicitamente que todos os ritos exigidos pela Constituição ou pelas Constituições foram observados pelos Poderes Executivo e Legislativo com *referendum* do Senado Federal. Cita ilustres personalidades da política brasileira inclusive o saudoso Tancredo Neves que também referendou estes acordos ou negociações internacionais.

Acredito, que como disse o Ministro Delfim Netto, todos somos brasileiros, podemos ter diferenciações no tom das ideologias que podem prosperar na consciência de cada um, mas não admito que estes homens que estão aí, que foram responsáveis significativamente por decisões tomadas em nome do Brasil, que não sejam patriotas, que tenham agido em desfavor dos interesses nacionais.

Não defendo o Governo, nem os defendo em caráter pessoal ou particular, defendo a realidade do que pude ver e constatar em toda a documentação oferecida a esta Comissão até agora, e a ficção ou a fantasia que pudemos trazer à colação pela paixão política.

Precisamos examinar amiúde, com detido realismo essa questão, porque o clima emocional está preponderando nesta Comissão. Estamos dando uma imagem distorcida à Nação e à opinião pública do País.

O SR. — Isto na opinião de V. Ex.<sup>a</sup> Admira-me que V. Ex.<sup>a</sup> que não esteve presente em todos os pronunciamentos esteja sendo parcial no seu pronunciamento, levando em conta um estudo isolado de uma pessoa profundamente comprometida no respaldo jurídico das negociações brasileiras. V. Ex.<sup>a</sup> está sendo parcial na sua intervenção.

O SR. JAIR CARNEIRO — Peço desculpas ao ilustre colega para dizer que não estou atingindo ou ofendendo qualquer ilustre membro desta Comissão.

Estou falando em tese e respeito a sua opinião. V. Ex.<sup>a</sup> é um ilustre colega e combativo

parlamentar que considero e estimo profundamente. É um grande brasileiro que assim considero mas também considero-me como tal.

Tanto amor que V. Ex<sup>a</sup> tem por este País para defender contra a opressão do estrangeiro, contra a prevalência do interesse estrangeiro contra o interesse nacional, estarei na mesma liça, com o mesmo voto igual de V. Ex<sup>a</sup>

Quero dizer que se examinarmos com realismo suficiente não iremos encontrar ilegalidade nem inconstitucionalidade. Mande que os juristas de qualquer partido examinem as questões. Tenho as exposições que foram feitas nesta Comissão. Li todas detidamente e não encontrei um argumento cabal que mostrasse a inconstitucionalidade. De tal modo que na proposta do ilustre colega Irajá Rodrigues, diferentemente do que está constante do parecer que fala em inconstitucionalidade nas negociações, nesta parte que V. Ex<sup>a</sup> leu há pouco, o nobre Deputado Irajá Rodrigues propõe que o Supremo Tribunal suste até que julgue se há inconstitucionalidade.

A decisão da Comissão não foi pela aferição da inconstitucionalidade constatada. Mas submetendo, como deveria fazê-lo, ao órgão julgante, ao Poder Judiciário, à apreciação. Embora tenha eu discordado no meu voto desta proposta porque também considere inconstitucional. No momento em que admiti que o ato jurídico perfeito que foi a negociação celebrado com o *referendum* do Senado Federal não permitiria que o Congresso Nacional assumisse a posição de Poder Judiciário e tomasse essa decisão mesmo que prévia ou cautelar.

O SR. — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, já que fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omelas) — Iria conceder a palavra ao nobre relator **ad hoc**, Senador Pompeu de Sousa, mas a Mesa irá abrir uma exceção e permitir que V. Ex<sup>a</sup> faça a intervenção que deseja, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> havia pedido à Mesa para fazer uma nova pergunta ao Ministro Delfim Netto.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Fui citado nominalmente no discurso no nobre questionador, que na verdade não questionou e não sabia que este período era para breves comunicações.

Não ia perguntar ao Ministro Delfim Netto nada a respeito da dívida e não perguntei, porque S. Ex<sup>a</sup> quando aqui chegou disse que achava um absurdo que depois de um exame de setecentos e tantos contratos por, sabe lá quantos mil advogados aparecia um "gaiato" — a expressão foi dele — que decidia levantar a inconstitucionalidade.

E para evitar de ter que cobrar como estou fazendo neste momento dele, esta manifestação "gaiata", iria evitar de fazer qualquer questionamento a respeito da dívida por parte do ex-Ministro Delfim Netto. Mas agora forçado, trazido à colação, pelo discurso do meu nobre Deputado que tem abrilhantado com a sua presença os trabalhos desta comissão,

gostaria de perguntar já que a manifestação é a do Ministro Seabra Fagundes, do jurista Pontes de Miranda, se o ex-Ministro Delfim Netto considera estes e outros tantos luminários das letras jurídicas do Brasil, se considera "gaiato" simplesmente ou se, na verdade alguma "gaiatice" houve durante o processo negocial.

O SR. DELFIM NETTO — Responderia ao nobre Deputado Irajá Rodrigues, distinguindo as duas coisas. Primeiro, diria que "gaiato" foi quem propôs junto ao Tribunal Federal de Recursos uma ação popular, julgando, pedindo a inconstitucionalidade e o Tribunal julgou improcedente.

Segundo, não tenho a menor razão para acreditar que o que o ilustre jurista Jarbas Fagundes diga, tenha qualquer referência com o que fizemos.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Mas tem toda!

O SR. DELFIM NETTO — Mas o que supomos é uma coisa que irá ser provada. Penso que V. Ex<sup>a</sup> propôs uma única coisa correta: se alguém irá julgar se há alguma coisa inconstitucional é o Supremo Tribunal. Não somos nós. Podemos ter na Casa juristas brilhantes, mas é da condição jurídica nossa, quem irá julgar se é ou não inconstitucional é o Supremo Tribunal. Acho que é isso. Se o Congresso Nacional quiser irá ao Supremo Tribunal. Perfeitamente razoável.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Perfeito. Quero dizer-lhe que, na verdade, a comissão aprovou — creio que praticamente por unanimidade — e agora vejo que se V. Ex<sup>a</sup> estivesse aqui teria votado também a favor do encaminhamento do questionamento ao Supremo Tribunal Federal para que ele decida de uma vez por todas sobre a constitucionalidade ou não dos atos e contratos relativos às negociações ou renegociações básicas da dívida externa brasileira.

Mas a verdade é que gostaria de fazer ainda a V. Ex<sup>a</sup> a mesma pergunta que havia feito ao Ministro Mário Henrique Simonsen. Mas V. Ex<sup>a</sup> já respondeu, dizendo que também acha que a ordem dos advogados dos Estados Unidos nos litígios entre os interesses brasileiros e americanos acabaria por designar, quem sabe, um desempatador brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> sabe também que isto jamais aconteceria. Há casos inclusive até de modificações, de decisões, como por exemplo, com relação à República Dominicana em que houve pressão para modificação de decisão e pressão essa exercida diretamente pelo governo americano sobre um tribunal americano que acabou depois dando ganho de causa aos interesses americanos.

Mas, parece-me que a simples hipótese de entregarem em mãos estranhas a decisão de uma lide que seria fundamental para a vida de um povo, entregar nas mãos de um membro de um outro povo, representando certamente os interesses desse outro povo, só isso representa uma enorme temeridade. Mas gosto de ouvir de V. Ex<sup>a</sup> a manifestação de que, ao contrário de outros aqui que até votaram

contra o encaminhamento para o Supremo Tribunal — e V. Ex<sup>a</sup> nisso está de acordo — e vamos esperar esta decisão.

Só há uma coisa interessante. Se acho que não devo, porque o contrato não é válido, e realmente seria o caso. Eles cobrariam dos advogados deles, nesse caso, o que penso que também é muito bom, mas se acho que não devo, a primeira coisa que tenho que fazer é não pagar. Por isso peço-lhe como Deputado o apoio para a proposta, encampada por esta Comissão, de suspender o pagamento até que o Supremo Tribunal decida se é constitucional ou inconstitucional.

O SR. ANTÔNIO DELFIM NETTO — Infelizmente, eu não vou poder acompanhá-lo neste voto, porque eu acho que nós devemos.

O SR. HERMES ZANETI — Sr. Presidente, eu havia pedido um aparte ao eminente Deputado Zairo Carneiro e, como não fui atendido, eu pediria a compreensão de V. Ex<sup>a</sup> por apenas um minuto. Creio que é importante.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, peço desculpas, porque era da minha intenção conceder o aparte ao ilustre colega.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omelas) — A Mesa concede a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. HERMES ZANETI — Eu percebo que as pessoas, aqui, votaram, porque foi aprovado, por unanimidade, aprovaram, por unanimidade, e não leram o relatório. Então, eu vou ler três tópicos:

"Que a Mesa do Congresso Nacional promulgue as medidas necessárias, junto ao Supremo Tribunal Federal para a decretação da nulidade dos acordos relativos à dívida externa que não observaram o mandamento constitucional do *referendo* do legislativo."

Portanto, Sr. Presidente, este tópico foi aprovado, por unanimidade, portanto, estranho, muito, algumas opiniões que foram colocadas. O segundo tópico aprovado por unanimidade;

"Que a Mesa do Congresso Nacional notifique o Poder Executivo para que promova as medidas judiciais cabíveis visando ao ressarcimento dos danos causados ao Brasil pela elevação unilateral das taxas de juros".

É a tese, também, do ex-ministro Delfim Netto, no conteúdo.

O SR. DELFIM NETTO — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, agora?

O SR. HERMES ZANETI — Pois não.

O SR. DELFIM NETTO — Eu precisava saber qual é o sujeito da ação. Se disser qual é o sujeito da ação, eu concordo.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, peço licença também, para fazer um registro. Peço ao ilustre colega para deixar consignado que a votação não foi por unanimidade. Pode-se ver o registro nas atas.

O SR. HERMES ZANETI — A votação destes tópicos, foi por unanimidade, V. Ex<sup>a</sup> poderá consultar, aí, os registros taquigráficos e verá

que foi aprovado, por unanimidade. A única questão que não foi aprovada, por unanimidade, aqui, foi a do item terceiro. Quanto ao número 5:

"Que o Congresso promova, junto ao Ministério Público a responsabilização dos negociadores da dívida externa pelas irregularidades já apuradas nesta fase dos trabalhos."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Com a palavra, o Relator, Senador Pompeu de Sousa.

O SR. RELATOR (Pompeu de Sousa) — Bem, Sr. Presidente, na verdade, acho que não há praticamente mais, como participar destes trabalhos na qualidade de Relator *ad hoc*, porque, lamentavelmente, o nosso Relator renunciou a esta condição, e, temos, ainda, o problema da sessão solene, em que deveríamos estar presentes, inclusive, eu deveria estar presente na mesa. Portanto, vou ser o mais breve possível, apenas defendendo a figura ausente do Relator. Aliás, o Deputado Hermes Zaneti, realmente, de maneira bastante aguda e bastante rápida, tomou a palavra, eu pretendia ter usado a palavra, mas o Presidente não ouviu, etc., porque, na verdade, os adjetivos que foram usados, com relação ao relatório, já nem digo ao parecer, mas ao relatório, e neste ponto, o Deputado Hermes Zaneti tem toda a razão, quando diz que foi por unanimidade, que o relatório, não só na parte expositiva, mas na parte conclusiva, foi aprovado por unanimidade, à exceção do item terceiro. Foi a única que não foi aprovada.

O SR. JAIRO CARNEIRO — V. Exª me perdoe, mas eu fiz declaração de voto em separado, em relação ao item dois do parecer. Não é possível que minha palavra e minha consciência não tenham reconhecimento da Mesa, que deve ter conhecimento da ata da sessão.

O SR. RELATOR (Pompeu de Sousa) — Bem, V. Exª aprovava, com, declaração de voto.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Votei contrariamente ao item dois. A minha declaração de voto encontra-se, aí.

O SR. RELATOR (Pompeu de Sousa) — Eu confesso que não me recorde deste detalhe.

Mas o que quero, realmente, considerar lamentável é que a figura do Relator ausente tenha sido tratada de tal maneira e esta posição de defesa do Relator tenha provocado, da parte do Deputado Carneiro, um tão tormentoso, quer dizer, ele usa, também, adjetivos. Tão tormentosa a defesa do ataque ao Relator. Eu acho lamentável isso, porque, na verdade, já que estamos...

O SR. JAIRO CARNEIRO — Peço a V. Exª para dizer que não...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Eu não dou o aparte a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — A palavra está com o Relator.

O SR. RELATOR (Pompeu de Sousa) — Bem, já que estamos entrando no domínio do adjetivo, na verdade, nós assistimos, hoje, a um belo espetáculo de pirotecnia intelectual. S. Exª o nobre colega, Deputado Delfim Netto, quando revestido quase que de uma metempsicose Wildeana, Oscar Wildeana, fez uma demonstração de belos paradoxos, aqui, quando defendeu a tese de que no comércio externo, quanto maior, menor se é. E chamou de adjetivo tudo quanto há de substantivo, no Relatório Severo Gomes, quer dizer, abdicação, soberania, renúncia; S. Exª reclama a ausência de verbo e de substantivo. Como velho professor de português que eu fui, quando tinha 18 anos, realmente, não me parece que a nossa gramática esteja tão modificada, a ponto de substantivo se transformar em adjetivo. Na verdade, adjetivo é gaiato, quando se refere ao trabalho do respeitável colega ausente, Senador Severo Gomes. Eu não poderia, na qualidade de Relator *ad hoc*, deixar de dizer estas palavras necessárias antes de dar por encerrada a minha breve atuação, como Relator *ad hoc*.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, peço a V. Exª, por ter sido citado, para deixar o registro de que, em nenhum momento, eu pude, aqui, ter utilizado expressões que venham maldizer o conceito que desfrutava, nesta Casa, e de mim próprio, o ilustre Senador Severo Gomes. Eu faço um reparo às assertivas, aqui, expendidas pelo ilustre Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — A Presidência agradece aos expositores. Ministros Simonsen e Delfim pelas informações e esclarecimentos prestados a esta Comissão, nesta reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 20 minutos.)

#### 17ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 1989

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas e três minutos, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada objetivando ouvir depoimentos dos senhores Dr. Carlos Sant'Anna, Presidente da Petrobrás e Dr. Agripino Abranches Viana, presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Na lista de presença registraram-se as assinaturas dos Senadores José Fogaça, Nelson Wedekin, Wilson Martins, Pompeu de Sousa e Jarbas Passarinho e dos Deputados Waldeck Ornelas, Jairo Carneiro, Hermes Zaneti e Luiz Salomão. Também presentes à reunião estiveram os Senadores Roberto Campos e Leite Chaves. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Deputado Waldeck Ornelas, convidou os dois depoentes para que ocupassem lugar à Mesa, estendendo o convite ao Deputado Luiz Salomão, Re-

lator Adjunto. Neste interim, pediu a palavra o Deputado Hermes Zaneti para fazer registrar sua preocupação quanto ao prazo estipulado para o encerramento definitivo dos trabalhos da Comissão. Após aos depoentes: Dr. Carlos Sant'Anna, que ao terminar sua exposição foi longamente aplaudido, e ao Dr. Agripino Abranches Viana, que durante quarenta minutos fez leitura de seu pronunciamento e foi também saudado com aplausos ao finalizar suas palavras. Iniciada a fase dos debates, sucessivamente usaram da palavra os congressistas Jarbas Passarinho, Pompeu de Sousa, Jairo Carneiro, Roberto Campos e José Fogaça, todos arguindo os depoentes e deles recebendo esclarecimentos. Não havendo mais inscritos para os debates, o Senhor Presidente passou a palavra ao Relator, Deputado Luiz Salomão, que saudou os Presidentes da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce, fazendo questão de lembrar da coincidência, "involuntária, sem dúvida", mas que de alguma forma homenageava o idealizador dessas duas grandes empresas, o saudoso Presidente Getúlio Vargas, falecido nesta mesma data, 24 de agosto, há trinta e cinco anos atrás. Após outras considerações postas pelo Relator e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, parlamentares e visitantes e em particular aos depoentes, encerrando a reunião às 12:45 horas, não sem antes convocar uma próxima para o dia 29 do mês em curso, ocasião em que serão ouvidos os Drs. Mário Pena Bhering, Presidente da Eletrobrás e Manoel Moacélio de Aguiar Mendes, Presidente da Siderbrás. E, para constar, eu, Márcio Antonio Vieira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação juntamente com as notas taquigráficas contendo o inteiro teor dos fatos havidos na reunião.

ANEXO À ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA "COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME ANALÍTICO E PERICIAL DOS ATOS E FATOS GERADORES DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO", REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1989, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE PARA PUBLICAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Declaro aberta a reunião e convoco para compor a Mesa os Drs. Carlos Sant'Anna, Presidente da Petrobrás e Agripino Abranches Viana, Presidentes da Vale do Rio Doce.

Havendo sido distribuída a Ata da sessão anterior, peço dispensa de leitura. Não havendo nenhuma observação a respeito, dou por aprovada.

Tínhamos hoje previsto, como reprogramação, a participação do ex-Ministro Roberto Campos, que foi adiada ontem para data posterior, tendo em vista não acumularmos três exposições no mesmo dia.

O SR. HERMES ZANETI— Estou chegando neste instante. Não sei se já haviam iniciado os trabalhos, mas há uma questão de urgência que gostaria de colocar a V. Exª

Debatemos aqui, na Comissão, há alguns dias, a questão do prazo da Comissão. Conforme havíamos combinado com V. Exª, formulei anteontem uma questão de ordem na sessão do Congresso Nacional. O Presidente da sessão ficou de responder ontem a questão de ordem. No entanto, depois de dizer isto na Presidência dos trabalhos, chamou-me e disse-me pessoalmente que concordava com a tese que eu havia defendido, no sentido de que havíamos deflagrado o processo de realização do trabalho e que o prazo venceria assim que tivéssemos condições de completar os trabalhos, ou seja, o conteúdo determinaria o prazo. Ontem, o Sr. Presidente respondeu a questão de ordem invocando também o nome do presidente efetivo do Congresso Nacional, Senador Nelson Carneiro. E a resposta, Sr. Presidente, foi negativa, dizendo que o prazo termina efetivamente em um ano. Então, apressei-me em pedir a palavra a V. Exª no sentido de colocar essa questão, que considero da maior relevância, porque penso que deve ela determinar uma revisão dos nossos trabalhos ou, eventualmente, alguma posição que implique, por exemplo, em alteração da Constituição, segundo uma proposta com assinaturas já coletadas da parte do Deputado Paulo Ramos. Enfim, quero partilhar com V. Exª, na condição de Presidente, esta preocupação, no sentido de que encontremos aqui, na Comissão, um caminho capaz de assegurar os objetivos dos nossos trabalhos, dentro da interpretação que a Mesa do Congresso Nacional deu à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) — A questão que V. Exª levanta apresenta gravidade também pelo fato de estarmos funcionando com o Relator-adjunto sem a definição do Relator que substituirá o Senador Severo Gomes. Vou solicitar à Secretaria que obtenha junto à Mesa do Senado a resposta da Presidência à questão de ordem para que possamos examinar o assunto, mantermos entendimentos informais e, talvez, discutir formalmente na próxima reunião da Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos Sant'Anna, Presidente da Petrobrás V. Exª dispõe de 30 minutos.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — É com prazer que compareço a esta Comissão Mista destinada a promover o exame da evolução do endividamento externo brasileiro, cumprindo, a Petrobrás, o dever de prestar informações ao Congresso Nacional sobre uma das mais importantes questões relacionadas com o processo de desenvolvimento nacional.

Cabe recordar, inicialmente, as modificações ocorridas no cenário mundial após os dois choques do preço do petróleo na década de 70, nos anos 73 a 79, que provocaram um aumento substancial nos gastos de divisas com as nossas importações.

Com a quadruplicação dos preços do petróleo no mercado internacional, a despesa do Brasil com a importação deste produto passaram de 700 milhões de dólares em 1973 para 2 bilhões e 800 milhões de dólares em 1974, ou seja, um gasto adicional de cerca de 2 bilhões. Além disso, o Brasil teve que absorver também o repasse dos preços do petróleo para os preços dos produtos manufaturados dos países industrializados e, com isso, o total das nossas importações passou de 6 bilhões e 200 milhões para 12 bilhões e 600 milhões, ou seja, um gasto adicional superior a 6 bilhões de dólares.

O período que vai de 1974 a 1979 os preços do petróleo mantiveram-se relativamente estáveis, quando descontada a inflação internacional. A grande massa de recursos financeiros depositados nos bancos internacionais e, devido à acentuada elevação dos superávits financeiros dos países exportadores de petróleo, possibilitou ao Brasil a obtenção de financiamentos para projetos de infra-estrutura energética e social. Nesse período, o Governo brasileiro investiu na produção de insumos básicos, fertilizantes, não ferrosos, papel e celulose sobretudo e de bens de capital, fase que ficou caracterizada como o ciclo de complementação do processo de substituição de importações, cujos resultados contribuíram para os grandes saldos comerciais obtidos a partir de 83.

Em fins de 79 — gostaria de mostrar uma transparência, mas estamos sem luz —, os problemas políticos no Oriente Médio, revoluções iraniana, e o conflito Irã/Iraque provocaram nova escalada dos preços internacionais do petróleo. Os preços nominais cresceram em 80%, passando de 18 dólares o barril, em junho de 79, para 33 dólares por barril em novembro de 80, alcançando 34 dólares o barril em outubro de 81. Nesse ano, em algumas operações no mercado *spot*, o preço chegou a 45 dólares o barril. Deve-se assinalar que esse aumento dos preços viabilizou economicamente a exploração de novas reservas de petróleo, como as do Alasca e as do Mar do Norte, cujos custos de produção eram sensivelmente mais elevados em relação à exploração e produção de petróleo interno.

Ainda nessa mesma época, ou seja, em princípio da década de 80, um elenco de circunstâncias, tais como a queda dos preços e mais matérias-primas no mercado internacional, a política protecionista, a estagnação da economia dos países ricos e do comércio mundial, a valorização do dólar e a altas taxas de juros constituiu-se um sério entrave às possibilidades de captação de recursos externos pelos países em desenvolvimento que tiveram esgotadas suas capacidades de endividamento. Nesse contexto, o Brasil utilizava-se da poupança externa para financiar o seu desenvolvimento econômico foi um dos países mais atingidos, o que nos levou a uma situação de desequilíbrio cambial sem precedência na nossa história.

A partir de agosto de 82, quando a Polônia e o México tiveram dificuldades com o serviço da sua dívida externa, a mudança de atitudes

dos credores, no sentido de não refinanciar as dívidas dos países em desenvolvimento, que já ultrapassava, àquela época, a 700 bilhões de dólares, agravou ainda mais a situação desses países e passou a exigir as gerações de saldos comerciais que permitissem recursos para atender o serviço da dívida externa. No Brasil, o esforço que teve de ser empreendido para superar a situação descrita, envolveu, de forma acentuada, todos os setores da economia nacional.

No setor petróleo, as potencialidades geológicas das nossas bacias sedimentares, especialmente a bacia de Campos, levou-nos a intensificar as atividades de exploração e produção de óleo e gás, de forma a evitar o estrangulamento cambial que ameaçava o País.

Os investimentos da Petrobrás, a partir de 79, foram concentrados na exploração e produção, principalmente no desenvolvimento de importantes jazidas na bacia de Campos, como o Campo de Garoupa, descoberto em 74, os campos de Pargo, também descobertos em 74 e ainda mais os campos de Badejo e Namorados, em 75.

A prioridade concedida a essas atividades, ou seja, de exploração e produção, sobretudo na Bacia de Campos, pôde ser medida pelo nível de investimentos nessas áreas. E passou de 1 bilhão de dólares, em 79, para 3 bilhões e 500 milhões de dólares, em 82. Os elevados investimentos nos anos de 81, 82 e 83 correspondem à implantação do sistema definitivo de produção e escoamento de óleo e gás na Bacia de Campos. O acerto dessa política pode ser aferido pelos resultados alcançados a curto prazo. A produção de óleo cresceu de 170 mil barris por dia em 79 para 470 mil barris por dia em 74. E manteve esse nível durante algum tempo, chegando em 84 a 600 mil barris por dia. E, a partir de 86, ainda nesse ano, estamos prevendo chegar a 700 mil barris por dia no final de 89.

Como os Srs. podem notar, esse aumento de produção ocorreu sobretudo na área marítima, onde a Petrobrás concentrou seus esforços, porque na área terrestre, as nossas possibilidades são muito escassas. E é justamente na área marítima que temos alcançado recordes sucessivos e, pretendendo a Petrobrás, se houver recursos necessários, chegar a produzir esse ano 700 mil barris por dia, podendo chegar em 1997 a um milhão e 500 mil barris por dia.

A produção de gás natural também subiu substancialmente, passando de 5 bilhões e 200 milhões de metros cúbicos por dia para 16 bilhões, o que corresponde a cerca de 100 mil barris por dia de óleo. Esses resultados ganham maior significado quando se constata que juntamente com o aumento de produção, as reservas de hidrocarbonetos, expressos em barris de óleo equivalentes, cresceram de um bilhão e 500 milhões de barris, em dezembro de 79, para 3 bilhões e 500 milhões de barris em dezembro de 88. Se computados os volumes descobertos em águas profundas, acima de 400 metros de lâmina água, nos Campos de Albacor e Naclín, as reservas brasileiras alcançariam cerca de 8 bilhões de barris.

Os recursos que suportaram tais investimentos foram obtidos através dos preços dos derivados de petróleo, única fonte de recursos próprios da companhia. E, complementarmente, por recursos tomados no mercado financeiro internacional. Os recursos oriundos do mercado internacional foram captados na forma de empréstimos e financiamentos de longo prazo quando destinados a investimentos; e, através de linhas de crédito a curto prazo, quando necessários a financiamentos de dispêndios e divisas com as importações de petróleo.

#### As Operações de Longo Prazo

A Petrobrás contratou, no mercado internacional, de 79 até hoje, cerca de 3 bilhões de dólares entre empréstimos de moeda e financiamento junto a bancos privados internacionais. Além de obter empréstimos junto a entidades ligadas ao Governo de países exportadores de bens de serviços para indústria de petróleo: No Eximbank americano, o Eximbank japonês, coface francesa e a SCGD na Inglaterra.

Apenas como informação vale registrar, porque as operações de longo prazo da Petrobrás no mercado nacional ficaram restritas aos financiamentos para construção naval com recursos do fundo de renovação de marinha mercante.

Verifique-se, assim inclusive pela transparência que V. Ex<sup>as</sup> estão vendo, que, a partir de 82, com a eclosão da crise da dívida externa do Terceiro Mundo, as captações no curso do mercado internacional ficaram extremamente dificultadas, reduzindo-se, drasticamente, por consequência, o acesso da Petrobrás ao mercado financeiro internacional. Assim, desde aquele ano, a dívida externa de longo prazo vem sendo amortizada anualmente por parcelas muito superiores às novas e raras captações, resultando em uma gradual e sensível redução do seu montante, como evidencia a transparência.

Já o saldo da dívida externa de longo prazo da Petrobrás, em janeiro de 89, era de 1 bilhão, 104 milhões de dólares. Nessa data, cerca de 79% da dívida correspondiam a créditos contratados a taxas fixas e 21% a taxas variáveis que têm a **libor** como referência.

Quanto à composição por moeda, tem-se que 38% correspondem a dólares norte-americanos; 32% a francos franceses; 15% a marcos alemães; 12% a jens e 3% a outras moedas, mostrando que a Petrobrás soube inclusive distribuir racionalmente a sua dívida, concentrando essa dívida naquelas entidades que puderam, sobretudo a partir da década de 80, financiar compras de equipamentos para a empresa. As compras de equipamento para a empresa

O perfil da dívida externa de longo prazo mostra que, com as amortizações líquidas de 89 a 90, o saldo no início do ano de 91 será inferior a 700 milhões de dólares. Essa situação relativamente confortável levou a direção da Petrobrás a pleitear às autoridades governamentais autorização para rolagem da sua dívida. E, lembrem, essa proposta, no entanto, não mereceu a aprovação do Governo. E jus-

tamente com essa medida que solicitamos e que poderia ser acompanhada da venda de ações preferenciais da Petroquisa, do lançamento de debêntures ou chamada de capital, a companhia procurava conseguir os recursos necessários para executar o seu programa de investimentos, que tem como seu principal objetivo em elevar a produção nacional de petróleo a níveis que assegure a autonomia do País, praticamente, assim, eliminando a possibilidade de qualquer problema de suprimento futuro. Infelizmente, no entanto, essas solicitações da Petrobrás não encontraram eco nas autoridades governamentais.

É importante verificar que embora a utilização de capitais de terceiros já tenha atingido, entre 82 e 83, a 60%. Esse índice situa-se atualmente em cerca de 34%. Isso indica claramente as amplas possibilidades da companhia contar com expressivos recursos de terceiros, de longo prazo, que de forma complementar aos recursos gerados internamente tornaria impossível a execução do programa de investimento da empresa. E eu, inclusive, acredito que qualquer banco, hoje, vendo esse perfil da Petrobrás em termos de capital próprio e terceiro, teria a maior boa-vontade de emprestar à Petrobrás, e financiar a empresa. Temos até sido procurados por entidades financeiras, mas todas batem na mesma barreira no que diz respeito de que, o Brasil enquanto não resolver a sua situação com o Fundo Monetário Internacional, os bancos, embora querendo emprestar à Petrobrás, não têm condições de fazê-lo.

O aumento dos preços de petróleo a partir de 70, praticados pelos membros da OPEP, elevou substancialmente, como eu disse anteriormente, o valor das importações de óleo ao Brasil. O dispêndio com as importações de petróleo de 73, foi de cerca 700 milhões e elevando-se à cerca de 3 bilhões em 74. Em 79, com o segundo choque do petróleo, e 81, os gastos com a importação de petróleo atingiram a quase 11 bilhões de dólares.

É importante assinalar nessa transparência que realmente no princípio da década de 80 as compras de petróleo chegaram a representar a quase 50% das importações brasileiras no seu total. Entretanto, com os investimentos que a empresa fez maciçamente a partir dessa década, estamos hoje abaixo de 25%. Quer dizer, hoje a compra de petróleo não representa mais um vilão na nossa balança comercial. Porém, a manter essa política que vem sendo adotada desde o início deste ano, onde a empresa não tem conseguido preços adequados para seus financiamentos, corremos o risco de a médio prazo voltarmos a ter importações de petróleo crescente, retornando, inclusive, à situação do princípio da década de 80, com agravante: no princípio da década de 80, a Petrobrás não tinha conhecimento das suas reservas de petróleo, ou seja, embora investindo para obter maiores reservas, ela não tinha conhecimentos ainda, no princípio dessa década, do potencial da bacia de Campos, por exemplo. Agora, temos o conhecimento dessas reservas; sabemos que elas podem ser produzidas; sabemos que po-

demos chegar no fim da década com auto-suficiência. Entretanto, estamos totalmente atados, porque não temos recursos suficientes de colocar esse petróleo em produção.

O segundo choque do petróleo aumentou substancialmente a necessidade de captação de recursos a curto prazo. Em setembro de 82, o montante das linhas de créditos sacado atingiu a cerca de 5 bilhões e 242 milhões de dólares. Desse montante cerca de 3 bilhões e 695 milhões estavam depositados no Banco Central.

Evidencia também, esse dado, que a Petrobrás foi utilizada pelo Governo para captar recursos no mercado internacional. E, entretanto, essa alavanca que constituiu a Petrobrás, na obtenção desses recursos, deixou numa situação até certo ponto confortável o Banco Central, porque com isso, mais da metade ficou depositado nessa instituição e o restante foi utilizado realmente pela Petrobrás para os seus investimentos.

A crise da dívida externa em 82, em setembro de 82, e a menor dependência de importações de petróleo em relação à elevação da produção doméstica, determinaram, a partir de então, a redução de captação desse tipo de crédito. Atualmente, o montante de utilização de linhas de crédito de curto prazo no exterior é da ordem de 1 bilhão e 763 milhões de dólares, existindo, como assinalado anteriormente, dificuldades para captação adicional. Desse montante, 950 milhões de dólares estavam depositados no Banco Central. A Petrobrás tem sido compelida a utilizar uma parcela expressiva dessas linhas de crédito para cobrir insuficiência de caixa, decorrentes na defasagem dos preços internos dos derivados de petróleo.

Como já tivemos a oportunidade de trazer ao conhecimento dos Srs. Congressistas, em exposição anteriormente feita aqui no Congresso Nacional, o aumento dos preços do petróleo no mercado internacional a partir de novembro do ano passado, o congelamento dos preços dos derivados de janeiro a abril deste ano e a não recomposição desses preços a nível adequado vêm acarretando perdas expressivas da Petrobrás que, persistindo, colocarão em risco as operações de fechamento de câmbio para pagamentos de petróleo importado aos nossos fornecedores de materiais e equipamentos.

A equiparação entre o custo efetivo de importação e a cobertura recebida através dos preços dos derivados faturados internamente mostram que, no período de janeiro a agosto deste ano, a Petrobrás importou petróleo numa média de 18 dólares por barril. Entretanto, vendeu esse petróleo, transformado em produtos de petróleo, a 13 dólares por barril, registrando, assim, uma perda de 5 dólares por barril importado. Com isso a Petrobrás teve nesse período, ou seja, de janeiro a agosto, uma perda de 510 milhões de dólares com a importação somente de petróleo. Essa perda está registrada no nosso balanço e até agora não houve nenhuma condição, nenhum mecanismo do Governo que pudesse ressarir a empresa. Nós até achamos natural e com-

preensível que o Governo não repasse para o consumidor as variações bruscas e conjunturais dos preços do mercado internacional, mas não se pode exigir de uma empresa, mesmo de uma empresa estatal, que opere sistematicamente com prejuízo.

Cabe ainda registrar a perda de receita relativa ao petróleo nacional, pois a política de fixação dos preços dos derivados estabelece, como princípio, o de atribuir ao óleo produzido no País o valor do custo de importação do petróleo importado. Essa foi a forma encontrada de cobrar da Petrobrás a mesma eficiência das companhias estrangeiras de petróleo. Na medida em que se consiga produzir a custos mais baixos, maior será o seu lucro operacional e, consequentemente, maior será a sua capacidade de investir. É a atividade operacional a única fonte de recursos com que conta a Petrobrás. Essa eficiência tem sido alcançada mesmo praticando a política de nacionalização de suas compras. Hoje, cerca de 94% das compras de materiais e equipamentos da empresa são colocados no mercado interno. E sabemos que os preços dos produtos fabricados no País são de forma significativa mais elevados do que os praticados no mercado externo. Mas, justamente, essa postura de constituir um instrumento da política de desenvolvimento nacional é que justifica a existência da empresa estatal. Infelizmente, a defasagem dos preços dos derivados, a impossibilidade de obtenção de financiamentos e empréstimos a longo prazo e o esgotamento das linhas de crédito de curto prazo no mercado externo estão não só reduzindo drasticamente a capacidade de investimento da Petrobrás, como também colocando em risco a segurança do abastecimento nacional do derivado de petróleo. E isso acontece exatamente no momento em que o País conta, como eu disse anteriormente, com reservas capazes de garantir até mesmo a auto-suficiência de petróleo em meados da próxima década. É lamentável que hoje a Petrobrás não possa colocar em produção esses campos. E para isso nada mais seria necessário do que o simples cumprimento da legislação dos preços dos derivados de petróleo, o que daria cobertura aos seus custos operacionais e garantiria os recursos indispensáveis à execução do seu programa de investimento. Esta transparência evidencia que se a Petrobrás tivesse recursos suficientes, através de uma adequada política de preços, ela poderia já nos anos 90 produzir cerca de 1 milhão e 22 mil barris por dia, aproximando-se do consumo em 96,97 podendo chegar a produzir quantidade equivalente ao consumo nacional. É esse problema ao qual me referi anteriormente, que afeta diversos setores da economia brasileira. Acho que o Congresso Nacional, ao alçar o monopólio estatal de petróleo a nível constitucional, reconheceu a sua importância para a sociedade brasileira. A Petrobrás, como executora deste monopólio, não pode ser privada dos meios que garantem a continuidade do seu papel como elemento propulsor do desenvolvimento nacional.

Srs. Congressistas, a Petrobrás, para bem cobrir a sua missão, reivindica tão-somente sejam fixados para os seus produtos preços adequados, tomando por base o custo da matéria-prima importada no mercado internacional. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornéllas) — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> pela exposição.

Concedo a palavra ao Dr. Agripino Abranches Viana, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, para a sua exposição também. Em seguida passaremos ao debate.

O SR. AGRIPINO ABRANCHES VIANA —

Excelentíssimo Sr. Presidente, Excelentíssimos Srs. Membros desta respeitável Comissão Mista, prezados Srs.:

Em atenção ao chamamento desta digna Comissão, sinto-me extremamente honrado em poder, na qualidade de Presidente da Companhia Vale do Rio Doce comparecer à presença de V. Ex.<sup>a</sup> para trazer o meu testemunho sobre os aspectos econômicos e jurídicos da dívida externa brasileira, na exata dimensão da parcela com que desse endividamento participou a empresa que tenho a satisfação de dirigir.

Permito-me fazer, preliminarmente, por julgar pertinente ao escopo do meu pronunciamento, um breve histórico da Companhia Vale do Rio Doce, e, em seguida, uma apresentação cronológica das principais etapas do seu desenvolvimento que guardaram evidente vinculação com os empréstimos externos contraídos.

A companhia nasceu numa ocasião de intensa turbulência mundial, em meio à conflagração da Segunda Grande Guerra, confrontação internacional que iria modificar radicalmente o mapa geopolítico do planeta e traçar novas fronteiras na carta geográfica europeia.

No início de 1942, quando a Segunda Grande Guerra já assumira um caráter mundial e era impossível prever a sua duração, cresciam as preocupações dos governos americano e britânico (principalmente o último) quanto à disponibilidade de matérias-primas, adequadas às suas indústrias básicas como a do aço. A Grã-Bretanha, com suas reservas de minério de ferro de alto teor praticamente esgotadas, dependia de importações principalmente da Suécia, mas o transporte marítimo do minério era obstado pelos submarinos inimigos. Os Estados Unidos viam diminuir a cada ano suas reservas desse minério de alto teor, e embora sua situação não fosse tão premente quanto à da Grã-Bretanha, já pensavam em fontes alternativas, porquanto após a exaustão dos minérios de alto teor só lhes restariam as reservas de taconita, que embora enormes, requeriam para seu aproveitamento técnicas de beneficiamento, ainda não definidas.

Nesse ambiente de convergência de interesses, realizou-se, logo depois, na capital dos Estados Unidos, uma reunião entre delegados dos governos brasileiro, americano e inglês, tendo desse encontro resultado os "Acordos

de Washington", que, em síntese, obrigavam as partes em relação aos seguintes pontos:

a) o Governo brasileiro encamparia imediatamente a Estrada de Ferro Vitória-Minas e confiaria a sua direção a um dos órgãos do Governo brasileiro ou a uma companhia por ele controlada; providenciaria o prolongamento da ferrovia até as jazidas de minério de ferro em Itabira e restauraria toda a parte já concluída da ferrovia, de maneira a capacitá-la a transportar no mínimo 1,5 milhões de t/ano de minério de ferro das minas até o porto de Vitória, melhoraria ou mandaria melhorar as instalações do porto de Vitória e o próprio porto, preparando-o para embarcar no mínimo 1,5 milhões de t/ano de minério de ferro;

b) do Governo britânico, feita a encampação da EFVM, transferiria ao Governo brasileiro o grupo de jazidas de minério de ferro, situado no Estado de Minas Gerais, pertencentes à Itabira Iron Ore Co., e adquiriria 50% das 1,5 milhão de t/ano de minério de ferro a serem produzidas, transportadas e embarcadas pelo lado brasileiro, durante o prazo de três anos, prorrogáveis por mais três anos à opção do lado britânico;

c) o Governo americano, através de seu agente financeiro o Eximbank, concederia um empréstimo de US\$ 14.000.000 para pagamento de equipamentos, máquinas e serviços técnicos de origem americana, destinados à mecanização das minas, à construção do trecho faltante da estrada de ferro e à restauração da parte existente, e ao equipamento do cais de minérios em Vitória, já que a incipiente indústria do País estava totalmente incapaz de atender.

Logo após a ratificação dos Acordos de Washington pelos governos do Brasil, Estados Unidos e Grã-Bretanha, foi assinado o Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, criando a Companhia Vale do Rio Doce que encamparia a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A e a Companhia Itabira de Mineração S/A (ainda em organização) e daria prosseguimento às obras de construção da ferrovia (trecho Desembargador Drumond-Itabira) e do embarcadouro de minério de vitória.

A companhia seria uma sociedade anônima de economia mista, com o capital de 200 mil contos de réis.

Detalhes que hoje, quase meio século mais tarde, são citados como curiosidade, reflete o estágio incipiente da tecnologia da mineração brasileira à época e a importância que representava a nossa companhia para o esforço de guerra. Referimo-nos ao fato de que os acordos de então exigiram que dois diretores da CVRD fossem de nacionalidade americana e o Departamento das Minas fosse chefiado conjuntamente por americanos e brasileiros.

O decreto-lei que criou a CVRD instituiu, também, um fundo para o melhoramento e o desenvolvimento do Vale do Rio Doce, uma extensa região que compreendia os municípios ribeirinhos tanto no Estado de Minas Gerais quanto em território capixaba.



O início das operações da nova empresa, nas mais precárias condições, foi enormemente difícil não constituindo exagero considerá-lo mesmo penoso. O minério era extraído através da rudimentar associação da picareta com o esforço braçal. O minério era transportado em caminhões, desde Itabira até o início dos trilhos a 22 quilômetros da jazida.

A linha e o material rodante da estrada de ferro Vitória a Minas foram recebidos em péssimas condições. A estrada tinha lastro de terra, sem drenagem e sem defesa, com déficit de dormentes, trilhos bastante desgastados e sem qualquer coeficiente de segurança. Verificaram-se, nos primeiros meses de operação pela CVRD, a desanimadora média de 110 descarrilamentos mensais.

Mesmo às voltas com essa realidade tão desestimulante, a CVRD se deparou com a difícil meta de produção de 1,5 milhão de toneladas, que só seria alcançada dez anos depois da sua implantação.

Na incipiente fase dos primeiros anos de operação, a exportação da Companhia teve altos e baixos, numa oscilação estreitamente sincronizada com o comportamento das atividades econômicas mundiais.

Assim, os negócios no exterior tiveram a seguinte evolução, após o primeiro embarque de 35.406 toneladas: 1943 — 62.928 toneladas; 1944 — 127.194 toneladas (os EUA cederam nesse ano sua cota de minério à Inglaterra); 1945 — 101.694 toneladas (com o final da Guerra as exportações declinaram, o que não impediu a continuação das obras de recuperação, reaparelhamento e reconstrução do sistema Mina-Ferrovia-Porto); nesse ano foi carregado o primeiro navio de minério do novo cais; 1946 — em plena recessão do pós-guerra, as exportações caem para menos de 50 mil toneladas; nesse ano recessivo, EUA e Inglaterra desistem da opção de compra trienal, prevista nos Acordos de Washington, compelindo a CVRD a buscar novos mercados com o estabelecimento dos primeiros contatos com o *traders* internacionais, no triênio 47/48/49 as exportações começam a reagir, influenciadas pela recuperação da economia mundial, há exportações para EUA, Canadá, Holanda e Bélgica, no primeiro ensaio de diversificação de mercados, a Companhia com a modificação do projeto das instalações mecanizadas das minas prepara-se para participar do processo de reconstrução da Europa; 1950 — saída do último diretor americano, com a definitiva nacionalização da Companhia; a Alemanha celebra seus primeiros contratos de compra de minério e a Inglaterra volta a figurar entre os clientes da CVRD; as exportações chegam a 721 mil ton. (está concluída a fase de implantação) 1951 — a economia mundial em franca recuperação e o início da Guerra da Coreia provocam intenso aquecimento da demanda de aço; 1952 — ampliação do leque de clientes da CVRD; atingida a meta inicial de 1,5 milhão de toneladas; 1953/1957 — concluído o lastreamento da ferrovia; o preço do minério aumenta vertiginosamente o que provoca o aumento da produção mundial, com a conseqüente queda

de preço; face a essa desfavorável conjuntura mercadológica a CVRD suspende temporariamente as suas vendas, para reorientar seus negócios com a substituição dos numerosos *traders* por agentes ou representantes exclusivos; abertura de novos mercados, com embarques para o leste Europeu e o extremo Oriente, tendo sido efetuada a primeira venda ao Japão; início de operação de modernas locomotivas diesel-elétricas que praticamente dobraram a capacidade de transporte, colocando a ferrovia nos mesmos níveis de desempenho das estradas de ferro americanas, as melhores do mundo; realizadas exportações de 2 milhões e 960 mil toneladas de minério, sendo considerada cumprida a segunda meta da Empresa; estabeleceu-se nova meta de 6 milhões de toneladas; 1958/59 — entrada em operação do novo cais de Paul no Porto de Vitória, o que permitiu a exportação de dois novos tipos de minério, os finos e os *run of mine*; a excelente reputação da Companhia no plano internacional inspirou as seguintes palavras de admiração do então Vice-Presidente do Eximbank, Lynn Stranbaugh: "Há muito poucas organizações no Brasil cujo desenvolvimento se possa comparar ao da CVRD, no que diz respeito aos grandes benefícios que trará ao balanço de pagamentos daquele País em futuro próximo"; tais palavras ilustram o fim da difícil fase de consolidação da Companhia.

O uso de recursos estrangeiros, nesse primeiro período da existência da Companhia, ou seja, desde a sua constituição até o ano de sua efetiva consolidação, deu-se inicialmente com aqueles financiamentos iniciais do Eximbank Americano, previstos nos Acordos de Washington, os quais totalizaram US\$ 14.000.000,00.

A já mencionada conjuntura mercadológica favorável após o início da Guerra da Coreia com positivos reflexos nas receitas da CVRD e na geração de recursos para investimentos, permitiu à Companhia desenvolver seus programas de melhorias e expansão durante longo período da década de 50, sem grandes necessidades de recursos de terceiros.

A empresa se valeu de alguns financiamentos externos de pequena monta para cobrir aquisição de equipamentos estrangeiros (*suppliers credits* destinados ao reaparelhamento da mina, ferrovia e porto. No final dessa década (1959), entretanto, celebrou com o Eximbank um contrato de financiamento de US\$ 12.500.000,00, recursos esses que se destinavam a lastrear a Companhia na sua arrancada para um novo período de expansão, que deveria ter início após o cumprimento da meta de 6 milhões de toneladas de exportação de minério. A Companhia necessitava imperiosamente dessa incessante busca de expansão para não perder a sua crescente participação relativa no mercado internacional de minério, uma vez que o desenvolvimento mundial demandava cada vez mais maiores volumes dessa matéria-prima, porém, essa demanda exigia também, crescente economia de escala em razão do acirramento da concorrência.

Nesse ponto inicia-se o processo de expansão da CVRD e as operações de empréstimos externos guardam estreita relação com os projetos em desenvolvimento, sem quebrar contudo, o prudente equilíbrio com o capital próprio.

Assim é que 1962, com a constituição da DOCENAVE, a nova empresa de navegação, a CVRD, dava um passo de enorme importância para se sustentar definitivamente como um grande expoente mundial do comércio de minério de ferro. Com a criação dessa subsidiária para operar no transporte marítimo de minério, a CVRD punha a seu alcance os portos dos seus clientes, garantindo uma operação integrada, sob um comando único desde a mina até o porto de destino. Isso traria para a Companhia sem qualquer dúvida, além de outras vantagens, uma grande proteção contra a vulnerabilidade da dependência de transporte marítimo de terceiros.

A esse tempo, a CVRD chegava ao cumprimento da sua terceira meta, exportando mais de 6 milhões e cem mil toneladas e começava a conceber planos de atingir volume de exportação anual superior a 20 milhões de toneladas.

Assinou-se nesse ano de 1962, com as usinas siderúrgicas japonesas, um contrato de longo prazo, para o fornecimento durante 15 anos de cinquenta milhões de toneladas, sendo que 40 por cento desse volume modularia C & F. A validade desse acordo estava condicionada à construção de um novo porto na Ponta de Tubarão, em Vitória (ES) que deveria entrar em operação no dia 1º de abril de 1966, obrigando essa que seria rigorosamente cumprida. Esse evento exerceria profundo e salutar efeito no incremento das relações comerciais entre o Brasil e o Japão.

A Companhia iniciava nova etapa na sua política de vendas, inaugurando a fase de negociações diretas e da sua efetiva maturidade no comércio de minério de ferro.

Através de carga de retorno, a CVRD conseguiu reduzir não apenas os custos de frete do seu minério como também o frete de mercadorias importadas, como o do carvão mineral que transportado no regresso dos navios da DOCENAVE, teve esses custos reduzidos de 6 para 2 dólares e 80 cents.

A confiabilidade da CVRD junto aos consumidores de minério de ferro já era uma realidade incontestável.

Começou a se espalhar pela Europa e Japão a tendência que se verificava nos EUA no sentido de utilização de "pellets" (pelotas de minério de ferro) nos altos-fornos.

Ao consolidar-se essa alteração de perfil do mercado consumidor de minério, a CVRD decidiu, em 1963, construir sua primeira usina de pelotização, que seria definitivamente implantada em 1969 e que lhe traria as seguintes vantagens:

1. — exportação de matéria-prima de maior valor agregado;
2. - aproveitamento dos ultrafinos do minério de alto teor e dos ultrafinos resultantes da concentração do itabirito, que normalmente não poderiam ser exportados;

3. — criação de novos empregos;
4. — maior geração de divisas.

Para a construção dessa usina, bem como para a conclusão das obras das novas fundações das minas, e aquisição de novos equipamentos ferroviários e portuários, a empresa celebrou com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) um contrato de financiamento no montante de 29 milhões de dólares americanos.

Foi criada nesse ano, em Dusseldorf a controlada Itabira Eisenerz GHB, um marco decisivo da comercialização direta de minério no mercado europeu, empresa que viria a substituir a Société Anonyme d'Importation SADI, agente exclusiva da CVRD na Europa.

Em junho de 1966 foi celebrado com o banco KFW contrato de financiamento no montante de 38 milhões e duzentos mil marcos alemães, importância essa destinada ao aparelhamento do novo Porto de Tubarão.

Em 1º de abril de 1966, a inauguração do Porto de Tubarão abriu um novo horizonte na história da CVRD, pois aquele novo terminal marítimo permitia a atracação de navios com capacidade de até 120 mil toneladas.

Em junho de 1966 foi assinado com o KFW contrato de financiamento no valor de 24 milhões e 200 mil marcos alemães, recursos esses destinados ao novo plano de expansão da CVRD e que só começariam a ser utilizados em 1967.

Criação da Itabira International Co. Ltda. para representar a CVRD no mercado americano.

Surgia nesse ano a maior concorrência frente à CVRD, com a entrada da Austrália no mercado mundial de minério.

O ano de 1967 marcou o início da diversificação das atividades da Companhia, com a criação das Florestas Rio Doce S/A, empreendimento esse concebido para a utilização de incentivos fiscais destinados a reflorestamento e que poderia mais tarde atender às necessidades da Vale quanto ao suprimento de dormentes para a EFVM.

Em abril de 1968, contraía-se mais um empréstimo junto ao KFW, este no valor de 22 milhões e novecentos e cinquenta mil marcos alemães que seriam empregados no financiamento parcial de 12 locomotivas diesel-hidráulicas de 4 mil HP.

Em 1968, foi ainda, contraído empréstimo (só formalizado em 1969) de 17 milhões e 700 mil dólares com o Eximbank, destinados à aquisição de trilhos, locomotivas e outros equipamentos ferroviários.

Em junho de 1968 foi assinado com o KFW financiamento no valor de 14 milhões de marcos alemães destinados à aquisição de equipamentos para a montagem da usina de beneficiamento de minérios finos.

Contraíu-se, ainda nesse ano, com o BID, um financiamento no valor de 13 milhões e 300 mil dólares americanos, destinados à aquisição de equipamentos de mineração e ferroviários, bem como de equipamentos empregados na duplicação da capacidade de carregamento do terminal de Tubarão.

Em 1970 foram assinados os seguintes contratos de financiamento destinados à ter-

ceira etapa do programa de expansão: Mitsui Co. Ltda. 3 milhões e 150 mil dólares; VOEST 19 milhões; Commerzbank 4 milhões e 640 mil dólares; Eximbank-USA 31 milhões e 500 mil dólares, Chase Manhattan Bank em co-financiamento com o Eximbank 38 milhões e 500 mil dólares.

Adicionalmente foi contratado com a Mitsui financiamento no valor de 12 milhões e 600 mil dólares, destinados ao fornecimento de um sistema integrado de controle de tráfego e comunicações.

Ainda em 1970, foi constituída, com a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da US Steel Corporation, a Amazônia Mineração S/A, que viria mais tarde a se converter no Sistema Norte da CVRD.

Em 1971 contraíu-se com a Nissho Iwai empréstimo no valor de 8 milhões e 540 mil dólares destinados a financiamentos de equipamentos de procedência japonesa.

Iniciou-se em 1972 a fase de associação da empresa com seus clientes para a constituição de *joint-ventures* que lhe assegurariam a manutenção de mercados cativos. Dentro dessa filosofia surgiram as seguintes empresas: Itabasco (pellets) com os italianos, Hispanobrás (pellets) com os espanhóis, Nibrasco (pellets) com os japoneses e Cenibra (celulose) também com os japoneses.

Em 1972 foi contraído com o Chemical Bank empréstimo no valor de 7 milhões de dólares americanos, destinados à nova fase do plano de expansão.

Ainda em 1972, celebrou-se com a Nissho Iwai contrato de financiamento no montante de 58 milhões e 930 mil dólares destinados à aquisição de equipamentos.

Em 1973 contraíram-se os seguintes empréstimos destinados à aquisição de bens e serviços ou para pagamento antecipado de outros empréstimos cujas condições se tornaram menos atraentes para a época: SUMITOMO 10 milhões de dólares e IBJ 28 milhões.

Deu-se, também durante esse ano, a constituição da Mineração Rio do Norte em associação com a ALCAN (primeiro passo da CVRD em direção à diversificação na área de não-ferrosos.)

No ano de 1974, prosseguiram-se as obras de duplicação e foi concluída a sinalização da linha férrea. Foi ainda em 1974, que se celebrou com o Mitsubishi Bank Ltd., contrato no valor de 21 milhões de dólares destinados ao pagamento de saldos devedores de empréstimos a taxas e prazos menos favoráveis. Negociou-se, ainda, com o Chase Manhattan Bank, empréstimo de 24 milhões e 800 mil dólares em co-financiamento com o contrato celebrado com o Eximbank, no valor de 20 milhões e 300 mil dólares, para aquisição de equipamentos e serviços de origem norte-americana, destinados, igualmente, à terceira etapa do plano de expansão.

Em agosto de 1974 foi constituída a Albrás — Alumínio Brasileiro S/A, que se destinaria a produzir alumínio na Região Amazônica próximo a Belém do Pará.

Em 1975 foram contraídos os seguintes empréstimos, para a CVRD: 45 milhões de

dólares com o London Multinational Bank; Wells Fargo Bank 40 milhões de dólares e Compagnie Luxembourgeoise de La Dresdner Bank 15 milhões de dólares.

Foi constituída, em 1976, a Minas da Serra Geral S/A, em associação com a Kawasaki Steel, para a produção anual de 10 milhões e 500 mil de toneladas de minério de ferro em exploração integrada com o minério de Timbopeba.

Ainda naquele ano, criando alternativas financeiras no mercado europeu, foram captados recursos externos de 170 milhões de marcos alemães, através do lançamento de bônus, operação coordenada pelo Dresdner Bank Ag.

Em 1977 foi adquirida a participação acionária da U. S. Steel na Amazônia Mineração S/A, transformando-a em controlada integral da CVRD, passo decisivo na futura incorporação daquela sociedade que acrescentaria às reservas existentes mais de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro e toda a província mineral de Carajás.

Lançamento, no mercado japonês, de bônus no valor total de 38 milhões de dólares, operação essa coordenada pelo IBJ.

Também nesse ano foram contratados os seguintes empréstimos: Banque Bruxelles Lambert 3 milhões e 600 mil dólares; Norddeutsche Landesbank 7 milhões de dólares; Bank of Tokyo 20 milhões de dólares.

Celebraram-se em 1978 os seguintes principais contratos de financiamento: Bank of América 100 milhões de dólares; IBJ 20 milhões e Union Bank of Switzerland 20 milhões. Também foram lançados no mercado suíço bônus no montante de 50 milhões de francos suíços.

Iniciado nesse ano o primeiro trecho da Estrada de Ferro Carajás.

Em 1979 foram contraídos os seguintes empréstimos externos: Union Bank of Switzerland 20 milhões de dólares; Fuji Bank 30 milhões de dólares; Chase 200 milhões; Eula Bank 20 milhões; Montreal Bank 57 milhões (em dois contratos). Parte, US\$ 100 milhões, para liquidar empréstimo mais oneroso.

Em abril de 1981, preocupada com alguns retardamentos das negociações dos vários contratos de financiamento do Projeto Carajás, cuja estratégia supunha fossem eles fechados simultaneamente, para saques *pari passu*, e para se resguardar contra hipótese de atraso no cronograma físico e financeiro, foi negociado um empréstimo *stand by*, sindicado, liderado pelo Morgan Guaranty Trust, no valor de US\$ 300 milhões. Os recursos foram depositados no Banco Central do Brasil, já tendo sido integralmente pago.

Os empréstimos até aqui apresentados foram todos liquidados com absoluta pontualidade, sendo que os últimos serviram para alavancar os programas de expansão e diversificação da empresa, bem como para reforço do capital de giro.

Esperamos estar evidenciando ao longo desta singela apresentação, a constante preocupação da CVRD com a máxima prudência na administração das suas dívidas.

Assim é que, quando a conjuntura financeira internacional se apresentava mais favorável, a empresa recorria a empréstimos menos onerosos para liquidar aqueles contratados em condições menos favorecidas.

A partir de agora trataremos dos empréstimos que, por se encontrarem ainda em fase de pagamento — alguns já quase totalmente liquidados — constituem parcela efetiva da atual dívida externa brasileira vincenda, e integram os saldos devedores da companhia em 30 de junho de 1989 data que adotamos como limite desta exposição.

Deixaremos para tratar mais adiante dos empréstimos destinados ao Sistema Norte (Carajás) mesmo que isso altere a ordem cronológica desta apresentação.

Em 19 de dezembro de 1979, foi contratado com o Manufacturers Hanover Trust Company empréstimo de 30 milhões de dólares, término para 12/91.

Com o Banco de Tokyo foi contraído, em 26 de janeiro de 1982, financiamento no valor de 10 milhões de dólares, término em 1/92.

Em 1988, foram celebrados os seguintes contratos de empréstimo, ainda em carência, acordos esses que como os anteriores foram firmados com vistas a definir recursos para projetos de investimento submetidos à aprovação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República: Lloyds Bank 5 milhões de dólares; Chase 25 milhões; Commerzbank 20 milhões, além de um contrato de fornecimento, *suppliers*, com a Nisso Iwai, no valor de 900 milhões de ienes, término em 3/95, 3/98 e 2/98.

#### Carajás

Voltamos, agora, a apresentar os empréstimos negociados para a construção de Carajás.

Quando se analisa o endividamento contratado pela CVRD para a construção de Carajás, corre-se o risco de se chegar a conclusões imprecisas, principalmente no que respeita à escolha das moedas e ao volume tomado em cada uma.

As análises de hoje não podem dispensar percorrer de volta as trilhas da perspectiva dessa operação financeira, porque, sem essa visão retrospectiva, perde-se importante plano de referência.

A complexidade do projeto, o volume de recursos exigidos, o cenário financeiro internacional do final dos anos setenta e do início da década de oitenta e a configuração do mercado mundial de minério de ferro e suas projeções, exigiram da CVRD profundas avaliações e reflexões, a partir das quais se estabeleceu uma estratégia para a definição de conceitos que servissem de suporte a uma equação financeira capaz de permitir a implantação, em prazo relativamente curto, sem exercer pressão financeira excessiva sobre a companhia.

Os recursos dos empréstimos e financiamento deveriam atender a algumas características básicas:

1. prazos totais e carências, compatíveis com a longa maturação do projeto;

2. taxas e demais encargos financeiros suportáveis pelas estreitas margens operacionais peculiares à atividade;

3. vinculação, tanto quanto possível, entre o interesse estratégico dos compradores do minério quanto ao abastecimento futuro das usinas e a motivação dos emprestadores;

4. direcionamento das buscas de financiamento para instituições governamentais e multigovernamentais (Bird).

As negociações se desenvolveram enquanto o Banco Mundial fazia as avaliações econômicas e técnicas do projeto, da companhia e dos impactos econômico, social e ambiental.

Aprovado o projeto pelo Banco Mundial, as instituições com as quais a Empresa já tinha estabelecido contatos passaram a celebrar com a CVRD os diversos contratos e documentos básicos de financiamento.

Foram firmados os seguintes contratos:

| Instituição           | Valor Contrato | Vr. Utiliz.   | Término  |
|-----------------------|----------------|---------------|----------|
|                       | US dólares     | US dólares    |          |
| EUA                   |                |               |          |
| Bco Mundial           | 300 milhões    | 235 milhões   | 15.10.97 |
| Morgan Guaranty Trust | 100 milhões    | 100 milhões   | 24.11.92 |
| Morgan (1979)*        | 30 milhões     | 30 milhões    | 11.4.91  |
| Bank of America       | 17,85 milhões  | 17,85 milhões | 6.1.96   |
| Eximbank - USA        | 17,85 milhões  | 17,85 milhões | 7.1.91   |
| Bank of América       | 10,2 milhões   | 7,3 milhões   | 27.1.92  |
| SUBTOTAL              | 475,9 milhões  | 408,0 milhões |          |

\* Negociações de recursos pela Amazônia Mineração S/A

V. Ex<sup>as</sup> têm aí, com os Estados Unidos, o valor contratado e o que é mais importante, do total do valor contratado de 475 bilhões de dólares; a empresa utilizou 408 milhões de dólares, no quadro da página 22. Essas foram negociações feitas ainda pela Amazônia Mineração, quando ainda não tinha sido incorporada à Companhia Vale do Rio Doce. E segue na página 23 mais 494, com os 409 de

utilização. Temos alguns casos aqui como a Nippon Carajás, que são empréstimos baseados em recursos do Eximbank com as usinas compradoras de minério de ferro do Japão.

E na Europa tivemos, desses bancos que estão relacionados na página 23, 515 milhões de dólares, com utilização de 332 milhões, num total geral de 1 bilhão, 485 milhões de dólares e utilização de 1 bilhão 149 milhões de dólares.

| Instituição                             | Valor Contrato | Vr. Utiliz. | Término  |
|---|----------------|-------------|----------|
|   | US dólares     | US dólares  |          |
| JAPÃO                                   |                |             |          |
| Bank of Tokyo                           | 83 milhões     | 83 milhões  | 6.10.92  |
| Bank of Tokyo                           | 83 milhões     | 83 milhões  | 19.11.95 |
| Nippon Carajás *                        | 250 milhões    | 179 milhões | 5.7.97   |
| Eximbank (Japão)                        | 50 milhões     | 36 milhões  | 20.4.97  |
| Nissho Iwai (Export Credit)             | 10 milhões     | 10 milhões  | 14.6.93  |
| Bônus (liderado pela Nomura Securities) | 18 milhões     | 18 milhões  | 19.10.92 |
|   | 494 milhões    | 409 milhões |          |

\* Usinas compradoras de minério, repassando recursos do Eximbank do Japão.

|                    |                        |                        |          |
|--------------------|------------------------|------------------------|----------|
| EUROPA             |                        |                        |          |
| CECA               | 400 milhões            | 257 milhões            | 1994/95  |
| KFW                | 113 milhões            | 73 milhões             | 1994     |
| Crédito à export.) | 2 milhões              | 2 milhões              | diversos |
| diversos           |                        |                        |          |
| SUBTOTAL           | 515 milhões            | 332 milhões            |          |
| TOTAL              | 1 bilhão e 485 milhões | 1 bilhão e 149 milhões |          |

Além de vir sempre honrando com absoluta pontualidade as suas obrigações a CVRD tem-se preocupado em guardar um constante equilíbrio entre o capital próprio e o de terceiros, não apenas no provimento de recursos para a implantação do Projeto Ferro-Carajás, como também na generalidade dos seus empreendimentos.

Ao nos aproximarmos do final desta apresentação, gostaríamos de deixar registrado que a equilibrada combinação entre os empréstimos externos, os empréstimos internos e o capital próprio permitiu à Companhia desenvolver os vários estágios de sua expansão para, de uma fase inicial de 50 mil toneladas exportadas em 1942, atingir exportação prevista de 71,2 milhões de toneladas no ano de 1989, com previsão de um faturamento total (para o Sistema) de 3,5 bilhões de dólares americanos, sendo que, até junho deste ano, a Companhia apresentou lucro acumulado de quase 600 milhões de dólares.

Ainda que não constituindo objeto precípua da apresentação a essa digna Comissão, entendemos oportuno mencionar que a CVRD, ao longo dos anos, estimulou, na elaboração dos seus projetos e na execução de suas obras a preservação das condições ecológicas preexistentes, e seus investimentos carregam parcela apreciável de aplicação nessa finalidade.

No Projeto Ferro-Carajás essa preocupação se acentuou e a sua implantação foi empreendida sem agressão à fauna, à flora e com respeito aos povos da floresta.

Prova dessa constante preocupação foram as elogiosas referências que, sob o plano ecológico, o projeto recebeu do departamento de ecologia do Banco Mundial.

Feita esta singela apresentação, na qual procuramos demonstrar a existência de um sincronia entre a tomada de recursos externos e as sucessivas etapas do desenvolvimento, inclusive os estágios de diversificação da Companhia, desejamos chamar a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para a seguinte particularidade: à medida que a indústria nacional se foi capacitando e alcançando índices tecnológicos compatíveis com as necessidades da CVRD, esta Empresa, que antes utilizava no exterior os recursos contratados, passou a direcioná-los para o mercado interno, adquirindo equipamentos e materiais nacionais, sendo de destacar-se que o índice de nacionalização do Projeto Ferro-Carajás ultrapassou 90%.

Após essas considerações de natureza econômica, impõe-se-nos, dentro do escopo desta apresentação, discorrer sobre os aspectos jurídicos das contratações desses empréstimos externos.

Para melhor desenvolvermos o tema proposto, faz-se necessário um breve pronunciamento, no que diz respeito ao regime jurídico, ao qual estão sujeitas as contratações que espelham o endividamento externo da CVRD.

Sempre que se fala em contratação, contratos, o princípio jurídico básico que primeiro floresce, seja na mente do homem de negó-

cios, o empresário, ou na mente do jurista, o advogado consultor de empresas, é o princípio da livre vontade das partes. A autonomia da vontade das partes, no entanto, não é um princípio absoluto, eis que sempre existirão limitações, mormente quando se trata de aplicá-lo às sociedades de economia mista.

Nas sociedades de economia mista, junto com o princípio geral da autonomia da vontade das partes, princípio fundamentalmente típico das empresas privadas, co-existem outros princípios jurídicos norteadores da atuação, direta ou indireta, do Estado na economia do país. Tais princípios são o da moralidade, o da legalidade, o da impessoalidade, o da publicidade e o da economicidade.

Desta maneira, temos que à CVDR, como a todas as sociedades de economia mista, aplicam-se simultânea e harmoniosamente regimes jurídicos distintos, uns típicos das empresas privadas, outros típicos das empresas públicas, da administração da coisa pública.

É importante ressaltar, porém, que a CVRD quando contrata com terceiros, ou seja, quando concretiza um ato de vontade interna via contratação, ela está atuando diretamente na atividade econômica e, por isso mesmo, não pode ter um tratamento diferenciado das demais empresas que também atuam na economia, muitas das quais competindo diretamente com a CVDR. Um tratamento desigual, para melhor ou para pior, seria, no primeiro caso, uma violação inconstitucional ao princípio constitucional da igualdade, e, no segundo, um contra-senso insuportável, pois condenaria a sociedade de economia mista à ineficiência e à falta de competitividade. Este entendimento, incorporado ao novo texto constitucional é bem claro:

Constituição Federal, art. 173, § 1º:

"A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias."

Na Constituição anterior, também figurava o mesmo princípio:

CF 1969 — art. 170 § 2º:

"Na exploração pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e ao das obrigações."

Assim, as mesmas normas que regem as atividades das empresas privadas aplicam-se à CVRD, quando ela atua na economia e, especificamente, quando contrata com terceiros. Tendo esse conceito fundamental em mente, tentaremos indicar alguns pontos básicos que, refletidos em diversas cláusulas contratuais, constituem o universo contratual que espelha o endividamento externo da CVRD:

#### 1. Capacidade para contratar

A CVRD, empresa criada por força de lei (Decreto-Lei nº 4.352/42), dispõe de auto-

nomia administrativa e financeira que a habilita a contratar com terceiros. Os contratos celebrados pela CVRD são válidos e exequíveis perante a legislação brasileira, eis que tais obrigações sempre foram contraídas de acordo com as normas legais vigentes e obedecendo as suas normas orgânicas (Estatuto Social, deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria, etc.).

#### 2. Legislação aplicável

A Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/42), norma que dispõe, entre outras coisas, sobre os princípios básicos relativos ao alcance e validade das leis brasileiras e estrangeiras, dispõe:

"Art. 9º Para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que se constituírem.

§ 2º A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente."

Desta forma, podemos constatar que, nos contratos externos celebrados pela CVRD com organismos financeiros internacionais, privados ou não, a sujeição à lei estrangeira decorre da aplicação de norma legal brasileira.

#### 3. Foro

A CVRD, enquanto empresa atuante na economia do Brasil e, por isso mesmo, sujeita às mesmas normas que regem as empresas privadas, não possui foro especial, sendo a justiça comum (estadual) o foro competente para conhecer das ações relativas a contratos por ela celebrados. O Código de Processo Civil estabelece, em seu art. 111, parte final, que as partes contratantes podem eleger foro de sua livre escolha para conhecer das ações oriundas do contrato.

#### 4. Garantia prestada pela União

Algumas instituições mutuantes requerem que a União preste garantia aos contratos celebrados pela CVRD. Como regra geral a CVRD não toma crédito com garantia. No entanto, algumas instituições financeiras multilaterais, como por exemplo, o Banco Mundial, o BID, ou organismos oficiais, como, por exemplo, o Eximbank e o KFW, têm, como norma interna para a concretização das operações de crédito, que o governo do país da parte tomadora preste garantia àquele crédito contratado. Nestes casos a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional atua diretamente, não somente na análise das minutas dos contratos que serão celebrados, como, também, nas negociações realizadas. Raros foram os casos em que, em épocas recentes, a CVRD apresentou garantias em contratos de financiamento celebrados com entidades privadas.

Devemos ressaltar que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional emite parecer final sobre a legalidade da operação, no que concerne a aplicação do Direito Brasileiro, e, que, muitas vezes, este parecer é condição para a validade dos contratos celebrados.

Devemos ressaltar, também, para concluir, que toda contratação que espelha o endividamento

mento externo da CVRD, acata, necessariamente, as normas ditadas pela Sest, no que diz respeito à capacidade de endividamento da empresa e às diretrizes fixadas pelo Banco Central do Brasil, concernentes aos prazos para pagamento, taxas de juros aplicáveis e *spread* permitido.

#### ENDIVIDAMENTO DE OUTRAS EMPRESAS INTEGRANTES DO SISTEMA CVRD

Em 30-6-89

A presente informação não estaria completa para a avaliação de V. Ex<sup>as</sup> sem a apresentação do montante da dívida contraída pelas empre-

sas do Sistema CVRD, informalmente também conhecido por Grupo CVRD.

Referimo-nos às seguintes empresas com obrigações de empréstimos contraídos para fazer face à implantação ou expansão dos respectivos projetos, independentemente da parcela de capital próprio dos acionistas:

#### SALDO DEVEDOR

|   |           |       |         |
|---|-----------|-------|---------|
| - Minas da Serra Geral S/A                | US\$      | 26,9  | milhões |
| - Mineração Rio do Norte S/A              | US\$      | 14,04 | milhões |
| - Valesul Alumínio S/A                    | US\$      | 57,6  | milhões |
| - Albrás-Alumínio Brasileiro S/A          | Yen       | 81,7  | bilhões |
| - Albrás-Alumínio Brasileiro S/A          | Marc Alem | 2,21  | milhões |
| - Albrás-Alumínio Brasileiro S/A          | Fr. Fran. | 19,98 | milhões |
| - Albrás-Alumínio Brasileiro S/A          | Fr. Suíço | 2,3   | milhões |
| - Albrás-Alumínio Brasileiro S/A          | US\$      | 3,4   | milhões |
| - Alunorte-Alumina do Norte do Brasil S/A | Yen       | 9,0   | bilhões |

#### REDUÇÃO DA DÍVIDA E PROTEÇÃO CONTRA OSCILAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais entre as diversas moedas em que se encontram denominados os vários contratos de empréstimos da CVRD são fatores de repercussão nos resultados econômicos da Companhia, refletindo, igualmente, no fluxo financeiro da Empresa.

Para atenuar os riscos dessa repercussão, a Companhia tem-se valido da proteção resultante de depósitos voluntários no Banco Central, sob o amparo da Resolução n° 432, redu-

zindo significativamente o montante do seu endividamento líquido, conforme se visualiza nos anexos I e III. Com 860 milhões de dólares depositados sob a citada resolução, o endividamento líquido da Companhia, praticamente resultante de operações para a implantação de Carajás, estava reduzido, em 30-6-89, à quantia de 780 milhões de dólares. Além da substancial redução do endividamento, alcança-se com a providência a proteção desejada.

O serviço da dívida da CVRD e das empresas controladas e coligadas está apresentado nos

anexos II e IV. Nas páginas seguintes há gráficos e a posição da dívida externa. O que é importante o Srs. terem em mente é a dívida líquida porque na realidade já prepagamos no depósito da 432 do Banco Central.

Esperando ter trazido ao conhecimento de Vossas Excelências as informações que consideramos mais ilustrativas das necessidades de contratações de créditos externos pela Companhia Vale do Rio Doce, agradecemos a honra da convocação e continuamos ao inteiro dispor desta egrégia Comissão.

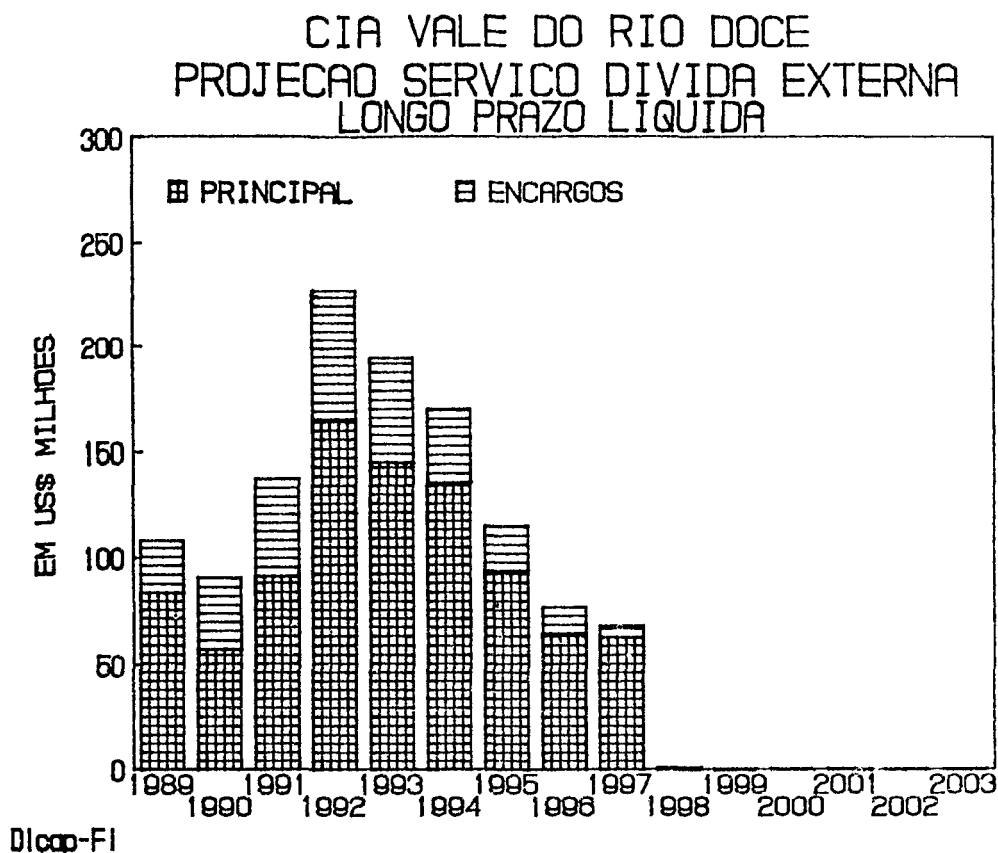
#### CIA VALE DO RIO DOCE

#### POSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

30.06.89

(EM US\$ MILHÕES)

| MOEDAS       | DÍVIDA BRUTA | RESOLUÇÃO 432 | DÍVIDA LÍQUIDA | %      |
|--------------|--------------|---------------|----------------|--------|
| EXTERNA      |              |               |                |        |
| DÓLAR        | 395,6        | 139,7         | 255,9          | 32,67  |
| IEHE         | 661,4        | 416,0         | 245,4          | 31,32  |
| MARCO ALEMÃO | 595,5        | 294,0         | 211,5          | 27,00  |
| FRANCO SUÍÇO | 58,9         | 11,8          | 47,1           | 6,01   |
| OUTRAS       | 23,5         | ,0            | 23,5           | 3,00   |
| TOTAL        | 1.644,9      | 861,5         | 783,4          | 100,00 |

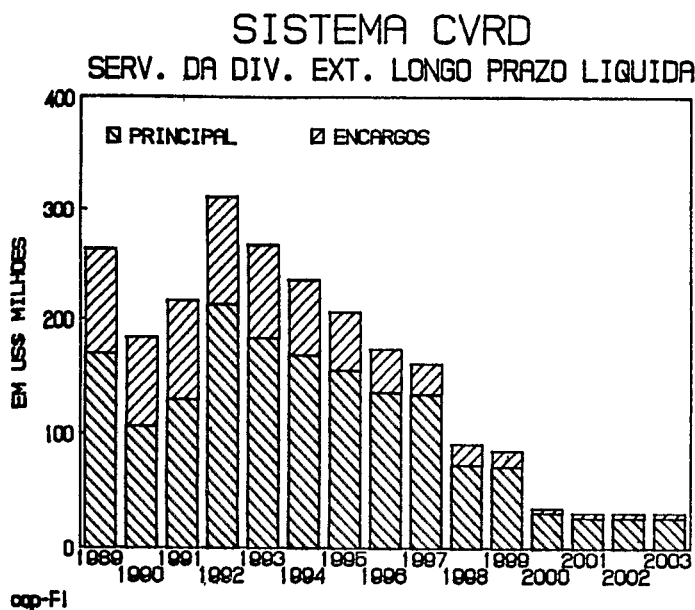


**POSIÇÃO DA DíVIDA EXTERNA**  
**DO GRUPO CVRD**  
**30.06.89**

(EM US\$ MILHOES)

| MOEDAS       | DÍVIDA BRUTA | RESOLUÇÃO 432 | DÍVIDA LÍQUIDA | %      |
|--------------|--------------|---------------|----------------|--------|
| EXTERNA      |              |               |                |        |
| DÓLAR        | 504,8        | 165,7         | 339,1          | 22,47  |
| LENE         | 1.298,7      | 416,0         | 882,7          | 58,49  |
| MARCO ALENÃO | 506,6        | 294,0         | 212,6          | 14,09  |
| FRANCO SUÍÇO | 60,3         | 11,8          | 48,5           | 3,21   |
| OUTRAS       | 26,5         | ,0            | 26,5           | 1,75   |
| TOTAL        | 2.396,9      | 887,5         | 1.509,4        | 100,00 |





O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — A Presidência antecipa seus agradecimentos ao Presidente da vale do Rio Doce pelas importantes informações trazidas a esta Comissão.

Para dar início aos debates, passo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Srs Senadores, Dr. Sant'Anna, Dr. Abranches, pretendo que as perguntas sejam em respostas bem simples para proporcionarmos aos outros Senadores a oportunidade de perguntas mais profundas.

A primeira é feita exatamente aos dois presidentes, porque ela se insere nas duas companhias.

Debateu-se um projeto de resolução da Comissão em que fui vencido em que se recomendava expressamente a suspensão imediata de todos os pagamentos de serviço de dívida, relacionado com qualquer tipo de empréstimo anterior porque não havia diferenciação.

Evidentemente respeito a posição dos meus colegas que pensam diferentemente de mim, mas mantive reservas em relação a isso e ao que pode acontecer como consequência externa na medida em que se declare que é proposta pelo Congresso Nacional uma moratória com a suspensão imediata desses pagamentos.

No dia seguinte li uma matéria, em jornal, dizendo que isso tinha repercutido negativamente em ambas as companhias, tanto na Petrobrás como na Vale do Rio Doce. E vejo agora pela exposição quer do Sr. Santana, quer do Dr. Abranches que é um serviço de dívida que vem sendo pago corretamente, religiosamente. A pergunta a ambos seria a seguinte: uma proposta dessa natureza seria desvantajosa ou inócua em relação ao comportamento de ambas as empresas com seus créditos externos.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Até pela minha exposição, se não houvesse esse afluxo

de dinheiro para a Petrobrás, a partir da década de 80, a Petrobrás não tinha conseguido fazer os investimentos que fez. O relacionamento da Petrobrás com uma comunidade financeira internacional é o melhor possível. Se não podemos obter mais recursos é porque o Brasil está na lista negra. A Petrobrás não vê nenhuma vantagem numa posição radical desse tipo.

O SR. AGRIPINO ABRANCHES VIANA — Senador Jarbas Passarinho, tenho a impressão que o Presidente Carlos Santana respondeu.

Certamente não existiria a Vale do Rio Doce, se não fosse essa cooperação com a comunidade financeira internacional ao longo da sua existência.

Se nós pudéssemos dizer, agora, que não precisaríamos mais de recursos externos poderíamos ficar até numa situação mais confortável. Mas, pelo contrário, nós estamos com projetos ainda para desenvolver, precisamos, temos projetos, no nosso caso, e também no caso de outras empresas, ainda vamos precisar de recorrer a essa comunidade financeira.

O SR. JARBAS PASSARINHO — No caso de ambas as explanações, o que me chamou a atenção também, como um indício muito favorável, creio, é esse da aceitação dos bônus, que foi algo também já muito discutido aqui antecipadamente como sendo inconveniente, deva apresentar ou não os bônus da Petrobrás, por exemplo, o momento em que foi discutida essa matéria. E eu vejo que esses bônus, pela exposição do Dr. Abranches, foram aceitos e corresponderam, portanto, a ingresso de capital. Isso prova confiança externa nas empresas que, indiscutivelmente, estão entre as mais bem administradas do País, tanto que estão fora de qualquer possibilidade de privatização.

Então, esse é um relato.

O Dr. Sant'Anna sabe que, nós fomos companheiros durante algum tempo na Petrobrás, tenho por ele muita admiração. E sou um frustrado, porque na Superintendência Regional da Amazônia, nós chegamos muito perto do que a Petrobrás tem hoje. No poço de Urucu, nós ficamos perto em Coari, perfuramos e não conseguimos resultado. Em Marajó, nós chegamos até 5 mil metros de profundidade com uma sucessão monótona de siltito, arenito continental. Parece que agora há uma perspectiva de 5.500 metros haver um mapeamento que sugere a existência de campo, ou se não uma província petrolífera.

Relativamente à Albras, eu paguei um preço muito alto politicamente, porque defendendo a Albras na sua decisão correta, tecnicamente correta de fazer a exportação de minério de ferro pelo Maranhão e não pelo Pará, naquela altura eu paguei muito caro, porque se dizia que o Dr. Sarney tinha prestígio, e eu não tinha defendido meu Estado, quando na verdade o problema era técnico. E eu dizia a algumas pessoas com as quais era técnico. E eu dizia a algumas pessoas com as quais eu ainda tinha capacidade de dialogar, que realmente eu não tinha tido prestígio. Mas não era junto ao Presidente brasileiro da época, e que o Dr. Sarney tinha tido maior. Ele tinha tido maior justamente com o Criador do mundo. Foi Deus que botou a Baía de São Marcos no Maranhão, e não botou no Pará; ela permitiu uma atividade de navios com calado para até 20 metros de profundidade, sem assoreamento. Então, nós perdemos a oportunidade de transportar esse minério de ferro pela via fluvial, porque não havia nenhum porto capaz de ser exportador, uma vez que a passagem para o litoral, a passagem para o Atlântico permitia calado de apenas 10 a 12 metros.

Então, eu tenho um pouco de crédito, mereço crédito junto a Alobrás, por defendê-la.

E quanto a Petrobrás — agora a pergunta voltada ao Dr. Santana de novo — é provável que ele saiba que eu, aqui, em 1974 ou 75 — quando foi que o Presidente Geisel concordou com os contratos de risco? Foi em 75. Era Vice-Presidente o Senador Petrônio Portella, e disse a ele que a fazer um discurso contra os contratos de risco. E sustentei no Senado um debate grande a esse respeito. Eu mostrava claramente o problema de que, conhecendo a Petrobrás, onde tinha passado três anos, talvez os mais fascinantes da minha vida, eu sabia que não nos faltava capacidade técnica. E, ao contrário, enquanto as multinacionais estavam trabalhando na outra margem do Atlântico, na margem africana, sem resultados maiores, a Petrobrás em sete anos tinha conseguido justamente resultados de *Off-shore*, que o Dr. Santana mostrou ainda há pouco naquele quadro, como eles nos garantiram depois o aumento da produção.

Então, quanto a contrato de risco, inclusive aqui com alguns Deputados e Senadores, eu participei da reunião e mantivemos os contratos de risco só os que estão em execução no momento.

Mas eu tive um projeto, depois, que foi combatido, inclusive, pelo meu amigo, o Deputado

Luiz Salomão, aqui presente, e que agora eu pergunto ao Dr. Santana, diante dessas dificuldades apresentadas. Claro que a minha preferência é que nós tivéssemos todos os recursos para fazer os financiamentos nos blocos geológicos que a Petrobrás tem, com condições excelentes para produzir petróleo.

Mas, como eu já previa, e naquela altura — eu previa não, não era eu que previa — no momento estavam muito claros as dificuldades que o Brasil começava a ter do problema econômico, eu receei, como receio até agora, que a Petrobrás pudesse chegar não mais naquele quadro que o Dr. Santana mostrou, em 1991, começar a produzir acima de 1 milhão de barris e depois chegar a auto-suficiência. Ora, se nós não tivéssemos financiamento para isso, é evidente que nós vamos delongar esse prazo, vamos tornar esse prazo maior. Então imaginei, com a autoridade que tinha tido de combater contratos de risco, imaginei o que chamei de contrato de serviço com cláusula de risco, que foi o que a Petrobrás fez para se defender da decisão dos contratos de risco. Mas aí com uma diferença que me parece vital. E devo dizer ao Dr. Santana que fiz até contratos para saber com empresas estrangeiras se elas aceitariam isso, e me responderam positivamente. O problema seria o seguinte: no contrato de serviço, a Petrobrás poderia, já que ela não pode, no momento, fazer a exploração de todas as áreas para proporcionar essa auto-suficiência mediata se ela pudesse contratar com risco. A empresa que viesse fazer a perfuração que recebesse a indicação geológica ou sísmica, ou gravimétrica, o que fosse, ela corria o risco de, não achando petróleo, perder tudo. E se ela achasse o petróleo, então, aí, em vez de se tornar uma sociedade, o que eu não aceitaria em hipótese alguma, e é para pagamento em óleo, ela receberia indenização das suas despesas, e um pagamento a título de bonificação, que variaria de acordo com a descoberta feita. Isso poderia ser feito de uma vez e poderia ser feito em parcelas. Não haveria nenhuma possibilidade de risco de ferir o monopólio do petróleo, porque não se transformava em sociedade conosco; ela apenas prestaria um serviço e no caso de ser bem sucedida receberia uma remuneração adicional.

Com essa autoridade, que acho que tive de combatê-lo antes, eu pergunto se a Petrobrás, hoje, com a sua direção, teria resistência a esse tipo de projeto que, aliás, já está perdido — estou falando aqui em causa perdida, porque fui derrotado na Constituinte.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Prezado Senador, o problema do contrato de risco tem mais emoção do que razão. Quando a emoção entra no circuito é muito difícil a gente tomar uma decisão racional.

Esse seu projeto, realmente, inclusive em alguns outros países do mundo, esse tipo de esquema é adotado. Mas o que estou entendendo é que a Constituição praticamente afasta a filosofia do contrato de risco, qualquer que seja a modalidade.

A Constituição, como foi votada, a atmosfera que levou a Constituição a proibir os contratos de risco, foi que até aquela data as companhias multinacionais não tiveram sucesso nenhum. O único sucesso foi a técnica da Shell que descobriu gás em Santos. Ficaram aqui mais de 10 anos, investiram mais de 1 bilhão de dólares, e nada encontraram. O que mostra, até certo ponto, que o geólogo brasileiro não é tão ineficiente assim, porque se o geólogo brasileiro fosse mais ineficiente que o geólogo estrangeiro, o estrangeiro teria encontrado. Então, essa atmosfera, eu diria, de falta de êxito das estrangeiras é que levou a Constituição a proibir. O problema do monopólio não é o monopólio em si, porque na hora em que a Petrobrás passa a pesquisar, explorar, ela dá uma prioridade total, exclusiva à empresa nacional. Já a companhia estrangeira, por isso que chama-se multinacional, ela possivelmente vai comprar plataforma, equipamento, tudo aonde ela possa encontrar mais barato.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E que aliás a Petrobrás faz como multinacional também.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Pois é, mas lá fora. Agora aqui dentro, o que é a Petrobrás faz? Ela dá prioridade absoluta à empresa nacional, mesmo que o preço seja três vezes mais do que o preço do similar estrangeiro.

A Petrobrás hoje não está ampliando a sua área, porque não tem preços adequados. Acho impossível, no mundo, uma companhia do porte da Petrobrás ter condições de investir se não tem preços adequados mínimos para esse investimento.

E, como esses preços adequados são cruzados — a Petrobrás não está pedindo dólar, está pedindo cruzados — mas, se, hoje, não tem nem dólar, porque a comunidade internacional fechou o Brasil, não tem cruzados — é quase um milagre a empresa ficar sobrevivendo.

Respondendo a sua pergunta, acho que a sua colocação, em termos de contrato de risco, dentro desse esquema, a Petrobrás podia realmente voltar a estudar. Mas vejo que ela não tem muito estilo, tendo em vista o passado das estrangeiras aqui no Brasil. Se as estrangeiras tivessem descoberto, por exemplo, uma Bacia de Campos, talvez a Constituição não teria proibido os contratos de risco.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ou se a Texaco tivesse correspondido ao discurso do Dr. José Sarney.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — A Texaco já fez cinco poços e até agora nada. Acho que não vai dar em nada.

Como o problema é muito emocional e como não houve nenhum sucesso das companhias estrangeiras, realmente a Petrobrás vai examinar essa nova no projeto com um pouco de, eu diria, pessimismo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, mas a minha proposição foi derrotada. Da maneira que acho que, naquela ocasião — inclusive o meu amigo Deputado Luiz Salomão contribuiu para derrotá-lo, apesar de eu tentar con-

vencê-lo — apenas a preocupação que tinha era essa. E, desde a sua posse, temos lido as informações a respeito dessa defasagem indiscutível que existe entre o que a Petrobrás está produzindo e aquilo que está recebendo como venda de seus produtos.

Eu que passei pela Previdência Social algumas vezes, sei como é o problema quando se depende de caixa do Tesouro. As dificuldades são crescentes. Era apenas uma possibilidade de aproveitar, talvez, uma alternativa que não ferisse aquilo que está caracterizado na Constituição como monopólio.

O outro problema que, mais tarde, pediria a sua informação é, para não demorar aqui com a minha pergunta — porque vejo que os meus colegas querem fazer perguntas também — com relação ao contrato que tínhamos com o Iraque, na Braspetro, e como ele malogrou, como esse contrato foi unilateralmente denunciado pelo Iraque e o que isso correspondeu em prejuízo entre a contratação inicial e o resultado final para a Petrobrás.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Isso respondeu rapidamente, Senador. Com relação a esse contrato do Iraque, realmente descobrimos uma reserva, foi uma das maiores reservas descobertas nesta década, cerca de 10 bilhões de barris. Agora, acho que houve uma negociação que não foi desvantajosa para a Petrobrás. A Petrobrás, além daquela época difícil, ter garantido um contrato de suprimento de petróleo, recebeu uma indenização em dólar, razoável. Além disso, como o contrato situou-se na zona conflagrada do Irã-Iraque, se a Petrobrás tivesse ficado com aquela área, teríamos problemas seriíssimos, porque inclusive essa zona ficou com o Irã durante muito tempo, tanto é que, até hoje, não houve nenhum trabalho de produção desse petróleo. As reservas estão lá.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Isso, se V. S.<sup>a</sup> me permite, e um fato que era imprevisível.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Não, sei disso. Mas estou dizendo que, naquela época, a crise...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ninguém podia prever, naquela altura, que havia guerra Irã x Iraque, com o tempo que levou.

Agora, quando se descobre, como V. S.<sup>a</sup> está dizendo mesmo, uma província petrolífera das maiores do mundo, nós deveríamos ter, se não me engano, naquela altura, 18% de propriedade do óleo, e praticamente nos dão apenas alguma coisa que correspondeu talvez a 300 milhões de dólares, no total entre indenização e ressarcimento, o que aconteceu foi que o máximo que o Governo conseguiu foi a garantia do fornecimento na hora em que estávamos com problema de fornecimento de petróleo.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Só há um fato a acrescentar: aquele campo exigiria um desembolso, na época, de 1 bilhão e 500 milhões de dólares. E o Brasil, na época o Ministro da Fazenda era o Sr. Mário Henrique Si-

monsens, declarou que não tínhamos condições.

Então, como estávamos sem dinheiro para desenvolver...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Tivemos o azar de descobrir um grande campo.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — .. não tínhamos condições para desenvolver e o Iraque, naquela época, pressionava a Petrobrás, porque era a única companhia estrangeira no Iraque. Havia, assim, um problema político no Iraque.

Diante dessas circunstâncias, sem dinheiro para desenvolver e necessitando de garantia de petróleo, realmente, naquela época, chegou-se à melhor conclusão, que foi... Agora, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Houve uma intuição da guerra, porque, realmente, se tivéssemos ficado com aquele campo, não teríamos como tirar, como até hoje não tem, nenhuma produção comercial. Está parado lá até hoje.

Mas a condição que levou a autoridade da época a não prosseguir foi porque não tínhamos recursos para colocar aquele campo em produção.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Com a palavra o Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, começo por me excusar de não ser tão sintético quanto gostaria de sê-lo e inclusive por começar a minha intervenção referindo-me à intervenção anterior do eminente Senador e meu querido amigo Jarbas Passarinho, o que é um perigo, porque qualquer intervenção referente à intervenção de Jarbas Passarinho acaba se transformando em um diálogo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ele não foi do PSD, mas, primeiro, manda as flores, para, depois, ir ao enterro.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Acaba sendo um diálogo, como acabamos de assistir um verdadeiro debate entre S. Ex.<sup>a</sup> e o Sr. Presidente da Petrobrás.

De modo que verifico que toda intervenção do meu querido amigo e eminente colega Jarbas Passarinho, que aliás, já apelidei, há algum tempo, de oráculo da Pátria, e oficializei este apelido, pois, quando estou na Presidência do Senado...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Tenho quase certeza que não é inveja.

O SR. POMPEU DE SOUSA — De maneira nenhuma, é admiração, é a mais profunda admiração.

Ao lado da sua estrutura intelectual, da sua formação cultural, S. Ex.<sup>a</sup>, tendo participado de quase todos os Ministérios do Governo Militar, tendo passado por quase todos os Ministérios, transformou a sua cultura polimorfa num conhecimento polimático.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Afinal, Sr. Presidente, fui eu que fiz a conferência, ou foi o Dr. Carlos Sant'anna e o Dr. Abramches?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Estou fazendo um elogio a V. Ex.<sup>a</sup> V. Ex.<sup>a</sup> não aceita o elogio?

O SR. — O Senador Pompeu de Sousa tem tempo suficiente, mas, se ele já parasse de mandar as flores, já ganhávamos um tempo.

O SR. POMPEU DE SOUSA — De forma que S. Ex.<sup>a</sup>, hoje, que é realmente o oráculo da Pátria em educação, em trabalho, em previdência social...

O Sr. — A Presidência deste Congresso.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Tudo isto.

O que ele revelou na sua intervenção foi o seu inconformismo e o seu revisionismo. Um inconformismo que constitui uma altíssima qualidade intelectual, porque, sem inconformismo, a Terra ainda seria o centro do universo. Mas, por outro lado, há um revisionismo da coisa julgada. S. Ex.<sup>a</sup> não se conforma com a derrota tida nesta Comissão na última reunião e quer rever o que já foi decidido aqui.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Acho que as respostas me satisfizeram perfeitamente.

Peço, agora, que V. Ex.<sup>a</sup>, como um patriota, um patriota dos mais exaltados — exaltado nos dois sentidos: por nós e pelo seu temperamento...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sou e assumo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas, evidentemente, não é o monopolista do patriotismo. Então, pense um pouco na resposta que os dois presidentes deram.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Estou pensando e vou falar.

V. Ex.<sup>a</sup> sempre se antecipa ao pensamento que vamos ter, de tal maneira que corre adiante. Eu não disse que é um perigo falar em Jarbas Passarinho!

Quero assinalar, de início, que o depoimento dos presidentes das duas companhias estatais constitui realmente o mais eloquente argumento em favor das companhias estatais.

Tão eloquente quanto este foi um pronunciamento, outro dia, me deixou muito satisfeito — até pretendia fazer um discurso no Senado, mas não tenho de discursar no plenário, porque fico mais na mesa — que foi o discurso do atual Diretor, não sei se o cargo é exatamente de diretor, da ESG, da Escola Superior de Guerra, o General Oliva, sobre o problema das estatais, que, aliás, resulta de um estudo por ele publicado na própria revista da ESG — pretendo, aliás, pedir transcrição nos anais do Senado — o que mostra que nem sempre a ESG foi um instrumento de certas eminências pardas do passado.

Mas, quero louvar a intervenção de ambos os Srs. representantes das duas companhias e dizer, quanto à Petrobrás, que fiquei realmente impressionado, embora já soubesse disso um pouco ou pensei que soubesse, por informação jornalística — e sou de profissão a vida inteira — com a despojamento de que a Petrobrás está sendo vítima por parte do Governo. A Petrobrás está sendo usada até

como captadora de recursos não apenas si mesma, mas também para o Governo. S. S.<sup>a</sup> o Presidente da campanha acabou de me comprovar esse fato.

Por outro lado, ela é impedida de fazer a rolagem da sua dívida, porque o Governo tem problemas com a rolagem das dívidas mal feitas, o que mostra que a dívida da Petrobrás, assim como a da Vale do Rio Doce, foi muito bem feita. Nisso concordo com S. Ex.<sup>a</sup> o meu eminente amigo Jarbas Passarinho. O que não posso aceitar são as dívidas mal feitas; as dívidas feitas com a violação das leis deste país, com renúncia da soberania nacional, com a abdicação da soberania nacional, que ontem foi chamada aqui por um Ministro — aliás meu colega hoje no Parlamento — de adjetivo. Segundo S. Ex.<sup>a</sup>, ela não é substantivo, é adjetivo.

Que V. Ex.<sup>a</sup> me perdoem a minha exaltação, Sr. Presidente, Srs. companheiros foristas, mas, por um lado, ela capta recursos para o Governo Federal, por outro lado, é proibida de rolar a sua própria dívida. Se não houvesse essa proibição, ela teria resolvido todos os seus problemas.

Hoje, continua sendo onerada pela perda de 5 dólares por barril importado ao revendê-lo no mercado interno, já elaborados esses barris de petróleo; e pelos preços de implementação que ela compra no mercado interno — e está muito certo que ela compre no mercado interno. Mas, não tem nenhuma compensação no sentido de ser isentada a banda boa da banda podre da nossa dívida. Essa é a banda boa, mas ela não pode ser contaminada pela banda podre.

Então, pergunto, resumindo a minha discussão com relação à Petrobrás. Como a Petrobrás, uma companhia que atende a um mercado de consumo para 140 milhões de habitantes, quando não diretamente, indiretamente através da carga e tudo o mais relacionado com transporte, não consegue sucesso nas reivindicações de reajuste de preço junto ao Governo? Pode estar certo, Sr. Presidente, que V. S.<sup>a</sup> conta com o irrestrito apoio deste defensor do País e, portanto, das coisas que neste País funcionam bem. E espero que o Congresso Nacional esteja, nesse sentido, solidário com a Petrobrás. Esta é a primeira pergunta que faço. Como a Petrobrás que atende aos 140 milhões de brasileiros não consegue sucesso nas reivindicações dos seus reajustes de preço junto ao Governo? Ela só tem reajustes de sacrifício, reajustes de perda, sempre reajustes de perda, e não reajustes de preços. Não vou fazer elogios, a V. S.<sup>a</sup>, porque V. S.<sup>a</sup> é bastante elogiado e não fazem falta elogios a V. S.<sup>a</sup>, um abraço.

O que é curioso é que nos tornamos amigos, S. S.<sup>a</sup> ministro da ditadura e eu réu de IPM, réu com esse temperamento que nós ambos temos.

A segunda pergunta é a seguinte. Nos financiamentos contratados, o Tesouro Nacional dá aval a Petrobrás?

Vou fazer todas as perguntas para que V. S.<sup>a</sup> as responda todas ao mesmo tempo. A terceira pergunta é a seguinte. Já houve algum

atraso na Petrobrás na liquidação de sua dívida? E a quarta é, no nível dessa dívida, que seja, sem elevá-la, os recursos necessários aos investimentos da Petrobrás seriam atendidos caso o Governo ajustasse os preços dos derivados, cobrindo a defasagem existente? Seriam gerada se houvesse realmente a famosa reivindicação que os liberais fazem do preço de mercado, e que só vale para o empresário particular e que não vale para as estatais? Seriam essas as perguntas que gostaria de fazer à Petrobrás.

Com relação à Vale do Rio Doce, gostaria de assinalar que, no Brasil, quando as coisas dão certo, trata-se de tal maneira de explorar o que está bem feito que se acaba comprometendo, prejudicando o que está bem feito e se equiparando o bem-feito ao malfeito.

O gigantismo da Vale do Rio Doce tem dado certo até por milagre, pois a Companhia Vale do Rio Doce nasceu como Vale do Rio Doce, porque era para operar no vale do Rio Doce, uma região limitada de Minas Gerais. Hoje, ela é a companhia do vale do Brasil doce, que está ficando amargo. Esse gigantismo é perigoso, sem dúvida é perigoso. Mas ela tem dado conta do recado. É realmente um milagre. E faço ao Sr. Presidente da Vale do Rio Doce uma indagação semelhante às perguntas que fiz em relação à Petrobrás e gostaria de ouvir a resposta. Talvez V. Sª tenha que dizer a mesma coisa.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O SR. CARLOS SANTANA — As suas perguntas são muito oportunas, porque vão possibilitar que possamos esclarecer e informar a esta Comissão.

É uma contradição, realmente, que a Petrobrás, que é considerada a maior empresa do Brasil, que está entre as quinze maiores refinadoras do mundo, que está entre as vinte maiores companhias de petróleo do mundo, que está colocada entre as quinze companhias que detêm um mercado significativo como é o caso do mercado brasileiro, esteja nesta situação atual.

Penso que há uma mistura de desinformação com preconceito com relação à Petrobrás. Diria que há um xintoísmo ideológico, porque, quando se fala em Petrobrás, sempre vem na cabeça daqueles que não concordam com a sua atuação, críticas muito românticas nessa briguinha de quem é mais eficiente se a empresa estatal ou a empresa privada. Conheço empresas privadas ineficientes. A história da Petrobrás é pontuada por várias empresas privadas que começaram privadas e se lançaram, depois, nos braços da Petrobrás. A Petrobrás nem as queria. Posso dar três exemplos. A Petroquímica União, que começou suas atividades em 1966, era o baluarte da empresa privada em São Paulo e, depois, foi praticamente à falência e a Petrobrás teve que absorver a Petroquímica União. O Grupo Ultrafértil, que era Phillips mais o Grupo Ultra, que também iniciou suas atividades dentro do conceito da iniciativa privada e, depois, teve que passar para a Petrobrás. E recentemente tivemos que absorver a Companhia Nacional de Alcalis, a qual não tínhamos nada que ver porque

somos uma indústria de petróleo. Estamos lá, sob o manto protetor da Petroquisa, tentando recuperar a Companhia Nacional de Alcalis. Quer dizer, além de ter que descobrir petróleo, além de dar apoio total à indústria nacional, temos que absorver esses "abacaxis". Depois nos cobram eficiência. O pior é que somos eficientes.

Ser eficiente com preços inadequados realmente é muito difícil. Penso que nem a Esso nem a Shell teriam condições de sobreviver.

Nesse apoio que pedimos ao Governo temos ainda esperança que seremos atendidos. Daria até como exemplo que, na pátria do capitalismo, o Governo chegou a ajudar as empresas privadas americanas. No fim da década de 70 a Chrysler estava falida, o Sr. Iacocca foi ao Presidente Carter e disse que, se o governo não lhe desse um bilhão e quinhentos milhões de dólares, S. Sª teria que fechar a Chrysler. Então, na pátria do capitalismo, o Presidente Carter enviou ao Congresso Nacional uma mensagem e o Congresso Nacional fez um empréstimo à Chrysler a perder de vista. Os Estados Unidos auxiliaram também o banco Continental Illinois, que foi à falência e que foi auxiliado pelo governo americano.

Se os Estados Unidos, que têm essa ideologia privatista, chegam até auxiliar as empresas privadas, por que o Governo brasileiro, por que o Congresso Nacional não vem em socorro da Petrobrás, já que, na área de preços, estamos praticamente limitados.

Com respeito à segunda pergunta de V. Exª, realmente, para mostrar que a Petrobrás não é uma companhia qualquer do Terceiro Mundo, nenhum dos empréstimos que a Petrobrás fez tem o aval do Tesouro Nacional. As entidades financeiras emprestam à Petrobrás por ela mesmo.

Com respeito aos atrasos nunca a Petrobrás deixou de cumprir os seus compromissos, pagou e paga sempre em dia seus compromissos financeiros.

Com respeito à última pergunta de V. Exª, se houvesse um reajustamento de preço, eu acho que mesmo com reajustamento de preço a Petrobrás não teria condições esse ano de poder retomar o seu investimento porque afinal de contas nós temos um furo de caixa, de janeiro até agora, de 500 milhões de dólares.

Só para terminar, para mostrar como a Petrobrás está sitiada, o Tesouro Nacional deve à Petrobrás hoje 84 milhões de dólares. Se o Tesouro Nacional deve à Petrobrás, se o Governo não reajusta os nossos preços, quer dizer, é realmente uma tarefa difícil.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Dr. Santana, quero dizer a V. Sª que agradeço muito a sua intervenção e quero lhe dizer também que fiz as perguntas agora este débito do Tesouro Nacional, de um modo geral eu sabia da resposta mas queria apenas que isso constasse do acervo desta Comissão.

O SR. AGRIPINO ARANCHES VIANA — Senador Pompeu de Sousa, quanto à primeira parte, pagamos pontualmente as nossas divi-

das e não temos garantia do Tesouro a não ser com as instituições oficiais de crédito, nesse caso há garantia. É uma exigência geral.

Com relação à segunda parte, pediria permissão a V. Exª para evitar a palavra gigantismo porque temos sofrido com isso, porque nos acusam de estender os nossos tentáculos a outras áreas que não especificamente o minério de ferro, mas, isso há uma razão de ser, qualquer empresa do mundo o importante é ter grandes empresas, empresas importantes sejam elas do Estado, sejam elas privadas, os países precisam ter suas grandes empresas.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Isso é uma lei básica do capitalismo. Marx já disse isso há muito tempo.

O SR. AGRIPINO ARANCHES VIANA — Não queremos ter uma diversificação indefinida, mas somos concessionários de ferrovias, de portos, temos empresas de navegação e queremos encher todo esse sistema na medida em que se encontra um sinergismo dentro do próprio sistema e que possa um reduzir o custo dos outros e nos momentos de depressão de um produto pode-se estar trabalhando com outros produtos.

O SR. POMPEU DE SOUSA — "Em Roma como os Romanos". Capitalismo com Capitalismo.

O SR. AGRIPINO ARANCHES VIANA — Estamos num mercado extremamente competitivo que é o minério de ferro, uma substância em que a crosta terrestre é extremamente rica, temos uma concordância muito forte e ainda assim chegamos a ser a maior empresa produtora de minério do mundo, exportadora com concorrência, até o ponto de nós podermos ter o segundo maior cliente da Vale do Rio Doce hoje felizmente é o Brasil com as nossas indústrias siderúrgicas, vendendo a maior parte das nossas receitas oriundas do comércio das exportações podemos inclusive ajudar a sustentar as usinas da Siderbrás aqui, vendendo o minério a preços bem mais acessíveis e às vezes os preços que vendemos no mercado interno não cobrem sequer os custos desembolsados da Companhia.

De modo que conseguimos atingir esta posição, há uma diversificação mas sempre voltada para esses interesses do conjunto das empresas. Temos algumas épocas difíceis em que os preços estão deprimidos e temos então a possibilidade de apresentar o mercado com outras mercadorias, com outros produtos. Só para V. Exª terem uma idéia quando falamos em minério de ferro não é bem só a a companhia de minério de ferro. Para se ter uma idéia, o minério de ferro representa no total do faturamento do grupo CURD 40% apenas. Dos 3,5 milhões, 40% disso é de minério de ferro. Com esse programa de diversificação que conseguimos ao longo do tempo desenvolver.

Então, na época difícil, na época de turbulência, o Brasil consegue ou ferindo receitas cambiais, mesmo nesses períodos críticos, porque temos contribuição de outros setores, e estamos contribuindo para o desenvolvi-

mento nacional. E não temos nenhum fanatismo por estarmos sozinhos nesse mercado. Praticamos associações, associações com empresas nacionais. Em algumas somos até minoritários, estamos construindo agora uma fábrica de celulose em que o setor privado nacional é majoritário, mas temos um núcleo forte, um núcleo que fala de igual para igual, isso então que talvez tenha permitido à Vale formar a sua imagem, o seu conceito ao longo do tempo, sem contudo dar essa dimensão do gigantismo, não queremos ser gigantes, queremos ser importantes, competitivos, modernos, dar contribuição tecnológica para o Brasil, investir em tecnologia. Gastamos, como a Petrobrás temos os nossos centros de tecnologia, investimos em longo prazo, investimos em riscos, ela como nós. Gastamos 20% do total da pesquisa geológica feita no Brasil anualmente, que são feitas pela Vale do Rio Doce. Com isso contribuindo para que o Brasil conheça melhor o seu potencial mineral que hoje tem seu valor total dessas substâncias minerais, não atinge 3% do Produto Interno Bruto, estamos apenas começando a descobrir aquilo que temos em nosso subsolo.

Não sei se me fiz claro.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Muito obrigado. Agradeço ao Presidente ter-me dado o tempo necessário para fazer as minhas perguntas e gostaria de fazer um pequeno comentário. V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, agiu como um sábio ao colocar a audiência de hoje depois da audiência de ontem. Que reposta magnífica!

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Com a palavra o Deputado Hermes Zanetti. (Pausa.)

Ausente.

Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Expositores, Srs. Congressistas:

Eu gostaria de solicitar, acredito que não seria propriamente uma arguição, tenho a necessidade de dispor de informações do Sr. Presidente da Petrobrás sobre os aspectos jurídicos como foram aqui oferecidos pelo Presidente da Vale do Rio Doce, os aspectos jurídicos dessas negociações.

Eu pediria que fomescesse à Comissão para que possamos nos debruçar sobre estes elementos e também sobre as condições com as bases financeiras dessas contratações.

Solicito ao Presidente da Companhia Vale do Rio Doce o fornecimento das informações sobre as bases ou condições financeiras das contratações.

E às duas empresas, ainda, peço que forneçam as informações sobre o foro para dirimir contravérsias nas diversas contratações realizadas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — O Sr. Carlos Santana com a palavra.

O SR. CARLOS SANTANA — Como a solicitação do nobre Deputado vai exigir um detalhamento eu me comprometo enviar à Comissão a solicitação feita pelo nobre Parlamentar.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, eu lhe pediria ainda, por obséquio, indagaria se nas negociações celebradas em 88, mencionadas pela Companhia Vale, se houve contratos ou operações celebradas a partir da vigência da nova Constituição e qual o procedimento adotado pela empresa.

O SR. CARLOS SANTANA — Vou pedir o socorro do meu diretor financeiro, se não tivermos todos os dados em mãos enviaremos depois a V. Ex.<sup>a</sup>

Dr. Wilson Bruner, nosso diretor financeiro, por favor, a primeira pergunta que diz em que condições esses contratos foram celebrados. Não sei se seriam todos, numa lista extensa que mandaríamos depois. Poderemos dar alguns exemplos...

O SR. JAIRO CARNEIRO — A mim satisfaz que sejam enviadas posteriormente, a não ser que haja interesse de qualquer membro da Comissão em conhecer agora.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Dr. Rui Barbosa, aliás, é um descendente do nosso Rui Barbosa, nosso advogado, ele poderia falar sobre o foro.

O SR. RUI BARBOSA — Srs. membros desta Comissão aqui estão os foros. Nesse contratos normalmente o foro que nós temos escolhido é o foro de Nova Iorque, que como V. Ex.<sup>a</sup> sabem é o foro mais conhecido das empresas que têm procurado recursos no exterior, quase sempre como está demonstrado no trabalho que foi apresentado. A Companhia tem procurado empréstimos em dólares, o Banco Mundial que foi uma espécie de Banco capitânia do pacote financeiro do Projeto Carajás prefere também esse foro e como não há na legislação brasileira nenhum impedimento, o próprio Código do Processo Civil permite que a empresa escolha de comum acordo com seu prestador esse foro, nós temos dado preferência sempre a um foro neutro.

Como essas entidades, Banco Mundial etc, são entidades supranacionais, então o foro de Nova Iorque foi tido como o melhor dentro desse elenco que se pode escolher esse elenco que se pode escolher. Não sei é esse o aspecto que o Deputado queria quanto à escolha do foro; mas mesmo para os contratos celebrados com os bancos japoneses alemães. Dentro dessa linha de procurar sempre um foro neutro. Quanto ao Banco Mundial e aos bancos japoneses, o banco japonês não tem nenhuma reação quanto a aceitar o foro federal americano, preferindo sempre as cortes federais americanas sediadas em Nova Iorque. Não sei era só isso que o Deputado queria saber.

O SR. — Quanto aos contratos após a vigência da nova Constituição, Dr. Wilson, tenho a impressão de que não temos. Por favor, queira nos esclarecer.

O SR. WILSON — Temos apenas um pequeno contrato de supplier's credit no valor de 2 milhões de dólares, e o prosseguimento,

neste caso, foi a obtenção da aprovação do Senado, de acordo com a Constituinte.

O SR. — Peço que esclareça se já foi obtido este referendo.

O SR. WILSON — Já foi obtido.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — A Presidência vai valer-se da oportunidade para perguntar ao Dr. Barbosa se, no caso do foro de Nova Iorque, a empresa utiliza advogados estrangeiros ou advogados brasileiros.

O SR. RUI BARBOSA — Bom, até o momento, graças a Deus, a companhia não precisou utilizar nenhum recurso de apoio de escritório. Evidentemente que no desenrolar da negociação, é claro que nos valem de um advogado americano, sediado em Nova Iorque que nos dá o empuxo da legislação americana, mas na parte judicial, propriamente dita, ainda não temos nenhuma experiência e vamos esperar que não a tenhamos no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Com a palavra o Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, eu dirigiria a primeira pergunta a ambos os Presidentes. A resposta pode ser sintética.

Quantas são as subsidiárias da Petrobrás e em que áreas operam?

Quantas subsidiárias tem a CVRD e em que áreas elas operam?

O SR. CARLOS SANT'ANNA — A Petrobrás tem seis subsidiárias: a Petroquisa, na área de petroquímica; a Petrobrás Distribuidora, no mercado de derivado do petróleo; a Petrobrás Internacional, que é a Braspetro, que opera na exploração e produção de petróleo na área internacional; a Petrobrás Comércio Internacional, Interbrás, que atua no comércio internacional, conjugada com a compra de petróleo da Petrobrás; a Petrofértil, que atua na área de fertilizantes; e a Petromisa, que é uma companhia ligada à mineração, sobretudo de potássio.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Quantas subsidiárias ou coligadas têm essas grandes subsidiárias da Petrobrás?

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Realmente, Sr. Senador, de memória, não conheço, não posso dizer agora, porque são inúmeras as coligadas e controladas. Posso mandar até para o senhor a relação, mas não tenho condições de dizê-lo ao senhor, de memória.

O SR. ROBERTO CAMPOS — A última vez que vi a lista, elas eram oitenta, operando nos mais diversos campos.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — O Diretor Belotti ele tem aí uma publicação que demonstra isso.

O SR. PAULO VIEIRA BELOTTI — Estou com um relatório anual aqui, e, na Petroquisa, temos 34 empresas controladas e coligadas. É o que se chama de Sistema Petroquisa, que é o maior de todos.

Acredito que com as da Petrofértil deve ir a umas 40, 42, empresas coligadas.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Várias dessas empresas, a grande maioria, aliás, está fora

da área do monopólio. Ao mesmo tempo, a Petrobrás reclama recurso para investimento que quer extrair do consumidor na bomba de gasolina.

Quais são os planos da Petrobrás para levantar recursos por via de privatização? Privatização no sentido de transferir o controle das propriedades, e não meramente vender participações minoritárias, de vez que as vendas das participações minoritárias são mais um capítulo de estatização da poupança.

O SR. CARLOS SANTANNA — V. Ex\* não estava presente quando aqui declarei que um dos ônus do monopólio é ter que suportar companhias ineficientes.

Sem que a Petrobrás o desejasse, tivemos que absorver várias empresas, algumas do setor privado e outras do setor do Governo. A última aquisição da Petrobrás, que foi praticamente colocada pela goela abaixo, foi a Companhia de Alcolis, companhia que tem nos dado um conjunto petroquímico, está junto com a Petroquímica.

Ocorre que a empresa, em tempos idos, funcionou como um hospital de empresas privadas; empresas privadas que tiveram administrações desastrosas e a Petrobrás teve que absorvê-las. Em algumas delas, a Petrobrás conseguiu sarar o doente, que foi o caso da Petroquímica União. Era o balaúste da companhia privada em São Paulo, a Petrobrás conseguiu absorver e, hoje, é uma companhia rentável. Não é mais rentável porque o CIP não deixa, isto é, as tarifas não são reajustadas convenientemente.

Na constelação de controladas e subsidiárias da Petrobrás, existem realmente empresas eficientes e ineficientes. Mas o que se quer é que a Petrobrás privatize as eficientes. Não vejo nenhum interesse do setor privado em tentar recuperar as ineficientes.

Darei, como exemplo, em Camaçari, a Copemi, que começou como estatal e hoje a Copemi é uma companhia privada. Apesar de toda essa campanha em relação à privatização de empresas, por mais que a Petrobrás queira privatizar alguns setores, ela não consegue. Quer dizer, a Petrobrás quer privatizar, ela está querendo que algumas empresas possam ser privatizadas.

Há mais de um ano que a Petrobrás encaminhou inclusive ao Governo uma solicitação para privatizar a Petroquímica União. Há mais de um ano que a Petrobrás solicitou ao Governo permissão para vender ações preferenciais da Petroquímica. Até agora não recebeu nenhuma resposta concreta.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Ações preferenciais não significam privatização.

O SR. CARLOS SANTANNA — Sim, mas estávamos querendo, através dessa venda, pelo menos aliviar a situação de caixa, provocada, inclusive, pela defasagem de preços.

Agora é dentro até desse espírito, que gostaríamos de privatizar os setores não monopolizados, recentemente, em julho deste ano, o Congresso Nacional aprovou uma medida no sentido de que o pólo do Rio tinha que ser construído a partir da ação da Petroquímica, ou

seja, a Petroquímica está entrando realmente no pólo do Rio quase como uma exigência do Congresso Nacional. Agora não é do Congresso Nacional, mas do capital estrangeiro também — japoneses, americanos afirmam à Petrobrás que só entrariam no pólo do Rio se a Petroquímica entrasse primeiro e de capitais privados. Ou seja, a Petrobrás é uma companhia que até gostaria de ficar mais leve, mas não deixam, de um lado, fica com esse problema de querer nos aliviar; de outro lado, com esse ônus terrível de tentar levar a empresa com preços defasados.

O SR. ROBERTO CAMPOS — A razão pela qual se deseja a participação na Petrobrás é simples: ela tem monopólio ilegal, inconstitucional da produção de insumos básicos. Qualquer indústria *downstream* deseja associar-se à Petrobrás simplesmente para ter uma garantia do suprimento de insumos básicos, que foi um monopólio criado não por via legal e sim por via administrativa. Se a Petrobrás abandonar o monopólio de insumos básicos, que não lhe cabe, haveria muito mais disposição das empresas estrangeiras de dispensar essa ilustre contribuição.

O SR. CARLOS SANTANNA — Mas, ilustre Senador, esse monopólio ilegal, ela recebeu. Por exemplo: no setor de fertilizantes, a iniciativa privada foi convidada insistentemente para participar, inclusive, da Ultrafertil. Não quis participar porque os níveis de riscos são muito elevados. No fim, levaram a Petrobrás a criar uma companhia subsidiária, que é a Petrofertil.

Se o monopólio é ilegal ou não, até caberia ao Congresso rever as leis que foram feitas, os decretos-leis que deram à Petrobrás a subsidiária Petrofertil, a Petrobrás Mineração, a Petrobrás Comércio Internacional. Mas o que acontece é que, de fato, ela teve que exercer a sua função já que essas companhias foram criadas a partir ou do Executivo ou do Legislativo. Então, temos essa obrigação.

O mesmo ocorre com o monopólio do petróleo. A Petrobrás exerce o monopólio, o monopólio é da União. Se a União, ou Congresso Nacional algum dia resolver cancelar, acabar com o monopólio, a Petrobrás vai ter que tomar outro rumo, mas atualmente ela tem que cumprir um preceito base que foi dado pelo Congresso Nacional.

Agora, eu realmente gostaria de enfatizar que a empresa nos setores em que ela se dedicou, como no caso da Petroquímica, como no caso da Petrobrás Distribuidora — Petrobrás Distribuidora, por exemplo, é um setor que não é monopólio, ela compete com a Esso, com a Shell, com as grandes companhias multinacionais. É um setor onde não é a Petrobrás que diz que ela é eficiente, não. Uma publicação, inclusive isenta de qualquer preconceito, como é o caso da revista *Exame*, pertencente ao Grupo Abril, todo ano, praticamente, dá a Petrobrás Distribuidora como a melhor companhia do segmento de distribuição. Em 1983, quando a revista *Exame* fazia 10 anos, ela colocou a Petrobrás Distribuidora como a melhor companhia no setor privado. Então demonstra que quando o setor estatal,

ou semiestatal é bem administrado, ele compete em igualdade de condições com a empresa privada e às vezes até melhor.

Então, essa questão de empresa privada e empresa estatal para mim é uma questão adjetiva, porque mais monstruoso, do que a Petrobrás é o conjunto EMI na Itália. A Companhia francesa de petróleo e a ELF Aquitaine são companhias poderosas no mercado internacional e são companhias estatais.

O SR. ROBERTO CAMPOS — São companhias estatais, porém não monopolísticas. Isso é um excelente argumento em favor da eliminação do monopólio. Se a Petrobrás consegue ser eficiente sem monopólio, por que não renuncia ao monopólio em outras áreas?

O SR. CARLOS SANTANNA — Mas não cabe à Petrobrás discutir isso aí, porque quem deu o monopólio a ela foi o Congresso Nacional. Como o Congresso Nacional deu à Petrobrás o monopólio, ela tem que exercer com eficiência o monopólio estatal.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Tem que fazer duas coisas: exercer com eficiência o monopólio do petróleo e afastar-se daquelas áreas em que a Constituição limita a intervenção do Estado. Os dispositivos relevantes eram o art. 168, da antiga Constituição, e o art. 173, da atual Constituição, que diz:

"Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessário a aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei."

Não vejo imperativo para a Segurança Nacional. Parece que o que acontece é exatamente o contrário.

Criou-se no Brasil o tabu de que monopólio estatal é indispensável à segurança nacional.

O que acontece? Praticamente todos os países que têm monopólio estatal de petróleo estão falidos, portanto inseguros. Monopólio há no México, o México está falido; monopólio existe na Venezuela, e o país está falido; monopólio existe no Brasil, e o país está falido; monopólio existia na Argentina, parece que vai ser agora modificado, e a Argentina está falida; monopólio existiu durante certo tempo no Peru e o Peru está falido. Já os países que não têm monopólio de petróleo estão solventes. Chile não tem, está solvente; Uruguai não tem, está solvente; Colômbia não tem, está solvente; Tailândia não tem, está solvente; Malásia não tem, está solvente.

Os países mais ricos do mundo, por consequência também os mais capazes de prover a sua segurança, nenhum deles tem monopólio. Estados Unidos não têm, Japão não tem, Alemanha Federal não tem, França não tem, Inglaterra não tem, Itália não tem e Canadá não tem.

Esse mito brasileiro de vinculação do monopólio à segurança é uma simples falsa correlação. A Petrobrás reclamou vários monopólios administrativos que não são constitu-



cionais e que conflitariam com o art. 173 da Constituição. Reclamou o monopólio da importação, não de cabotagem, da importação de petróleo a longo curso; reclamou o monopólio da tancagem do álcool, de que agora, aparentemente, se arrepende; reclamou o monopólio dos insumos básicos. Esse monopólio ela o retém inconstitucional e ilegalmente e explica porque as empresas que operam na transformação secundária e terciária gostam de ter como sócios a Petrobrás, imobilizando recursos governamentais que melhor seriam destinados a pesquisas. É que querem garantia de suprimentos.

Eu queria fazer uma indicação: quando terminou o Governo Castello Branco, foi dada uma instrução de um grupo interministerial à Petrobrás; essa instrução tinha três capítulos: primeiro, a Petrobrás só devia investir em distribuição os lucros da própria distribuição; a Petrobrás o que fez? Passou a expandir a sua distribuição utilizando o capital que deveria estar sendo aplicado em prospecção; segundo, para diversificar riscos, buscasse também fontes de petróleo no exterior, na seguinte graduação: América Latina — região mais próxima e politicamente, para nós, mais segura —, África Ocidental e Oriente Médio. A Petrobrás foi direto para o Oriente Médio, investiu pesadamente no Irã e teve os seus campos desapropriados. A terceira instrução era que a função da Petrobrás na Petroquímica fosse meramente residual, o *quantum satis* para viabilizar a operação.

A Petrobrás impôs, em alguns casos, participação de 50%, e em outros casos, estabeleceu a regra de que ela não teria participação menor que a de nenhum outro acionista. Foi a fórmula tripartite. Isso foi uma violação das instruções recebidas pela Petrobrás. Há alguma explicação para isso?

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Senador Roberto Campos, eu acho que as questões que V. Ex.<sup>a</sup> levantou exigiram quase uma outra reunião desta comissão, porque realmente são pontos importantes, mas os esclarecimentos demandariam muito tempo. Mas eu gostaria apenas de enfatizar, em primeiro lugar, o seguinte: a Petrobrás não reclama, não impõe. Dá a impressão que a Petrobrás é uma prepotente que fica ditando leis dentro do País, quando é o contrário. Como eu disse anteriormente — eu estou dando esse exemplo recente, agora, de julho — a Petrobrás, desde o início, declarou que gostaria de entrar, se fosse entrar no Pólo Petroquímico do Rio, de forma minoritária, ou então que deixassem com a iniciativa privada. Mas a iniciativa privada internacional e nacional praticamente exigiram a participação da Petrobrás, e o Congresso Nacional decidiu que a Petrobrás, através da Petroquímica, devia participar do pólo do Rio de Janeiro.

Então ela não reclamou. Ela quer se afastar, muitas vezes, mas ela é levada, ou pela iniciativa privada, ou pelo capital internacional e até pelo Legislativo, a participar de uma série de empreendimentos dentro deste País.

A Petrobrás Distribuidora, que V. Ex.<sup>a</sup> citou aí, não é exatamente como V. Ex.<sup>a</sup> afirmou, que a Petrobrás Distribuidora está absorvendo recursos do monopólio para investir. Ao contrário, a Petrobrás Distribuidora, com os lucros que tem, é que está ampliando e sustentando as atividades do monopólio. Aliás, os lucros das duas subsidiárias mais importantes do grupo Petrobrás, que são a Petrobrás Distribuidora e a Petroquímica, nos dois últimos anos, é que propiciaram maior recurso para o monopólio. Então, o monopólio está, até certo ponto, se valendo das suas subsidiárias, porque o monopólio tem tanto ônus, o monopólio é um cabide de ônus, que ela tem que se valer da Petroquímica e da Petrobrás Distribuidora. As grandes companhias internacionais não fazem de forma diferente. Nas crises de petróleo, quando o preço do petróleo recentemente caiu, e quase todas elas tiveram ameaçadas as suas receitas financeiras, e se valeram da sobrevivência da indústria petroquímica. Como a Petrobrás, que tem a indústria petroquímica, que foi um fator de desenvolvimento para o empresariado nacional, nesta hora, iniciará um processo de privatização. Eu reafirmo, mais uma vez, não vejo o capital privado, ou o capital financeiro interessado em recuperar empresas ineficientes. Aquelas empresas que a Petrobrás tomou eficientes, empresas essas que, hoje, sustentam, praticamente, grandes segmentos da área do monopólio, seria um contra-senso que essas medidas fossem alienadas. Então, só o fato do capital estrangeiro, a comunidade internacional ter emprestado à empresa, durante todos estes anos, sem o aval do Governo, demonstra que a empresa tem um poder de aglutinação muito grande, inclusive na área internacional.

Então, esses pontos todos que o Sr. levantou, eu acredito que poderiam, até, ser objeto de discussões posteriores. Mas eu gostaria de deixar bem nítido que não existem monopólios onde o Sr. mencionou, nestes países, mas existem monopólios não legais, disfarçados. Seria um exagero dizer que o Brasil está falido por causa do monopólio da Petrobrás. É justamente o contrário. Eu demonstrei, aqui, na minha exposição, que se não fosse a Petrobrás, no princípio da década de 80, o Brasil passaria por uma crise de combustíveis sem precedentes. Enquanto, em 79, na Califórnia havia filas tremendas para abastecer os carros americanos, porque as companhias multinacionais não conseguiram petróleo suficiente para colocar gasolina nos postos norte-americanos, o Brasil passou esta fase toda, apesar de todas as suas deficiências, de sua crise, do "Setembro Negro", nunca houve, na história do Brasil, desde que a Petrobrás foi formada, nenhuma crise de abastecimento de petróleo. Nenhuma.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Mas a feitura do fenômeno é completamente diferente. Não só não tivemos crise porque nos endividamos. A dívida brasileira foi feita, em grande parte, porque a Petrobrás não tinha, adequadamente, investido em petróleo, e a crise de petróleo se desenhou, não em 73, mas em 67 e nós

preferimos, ao invés de conter o consumo de petróleo, como fizeram outros países, com vastas altas de preços ou por racionamento, preferimos manter uma relativa normalidade no consumo de petróleo, importando com financiamento. Em suma, através da Petrobrás, nós construímos a dívida e a dívida é parte da nossa insolvência. Quanto foi importado de petróleo entre as duas crises de petróleo pelo Brasil? Sessenta bilhões de dólares. Some-se a isso os juros, e você tem a crise.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Eu diria o seguinte: se não fosse a Petrobrás estaríamos importando a mesma coisa, só que com preços mais elevados. Quando a Petrobrás — vou dar um exemplo ao Sr. — assumiu o monopólio de importação, que o Sr. diz que é ilegal, em 1954, nas negociações, em 48 horas, houve redução de 80 a 100%, porque todo o petróleo vendido à empresas particulares era superfaturado. Com a presença da Petrobrás, em 24 horas, fez com que o preço, naquela época era de 3 dólares, passasse para 1 dólar e cinquenta. Então, a presença da Petrobrás, pelo menos teve esse mérito, já que outros não seria o caso, aqui, de citar, reduz violentamente o custo do petróleo; ela teve acesso as fontes fornecedoras de petróleo, por ser uma companhia atuante no Oriente Médio. Não fosse a Petrobrás atuante no Oriente Médio não teríamos petróleo para trazer ao Brasil, e não foi a compra do petróleo que gerou a crise da Petrobrás. A crise financeira, a dívida externa era de 100 bilhões de dólares. Não se pode atribuir a Petrobrás, por que comprou matéria-prima essencial para o país, que essa compra é que ensejou a crise brasileira.

Mas, como disse, Sr. Presidente, acho que poderíamos continuar, aqui, este diálogo com o Senador, mas acho que estou exagerando.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Na verdade, Sr. Presidente, os vários erros estratégicos brasileiros que compuseram a crise. Em 1967, o petróleo passou a ser um bem político, com o fechamento do Canal de Suez. Imaginava-se que a Petrobrás desviasse maciçamente seus investimentos para a área de prospecção. Não, senhor. Os investimentos na área de prospecção, até a primeira crise de petróleo, em 73, ficaram em 23% do orçamento total. Mesmo depois da descoberta da Bacia de Campos — isso levou 20 anos, durante 20 anos — a Petrobrás não descobriu nada de significativo. Mesmo depois da descoberta da Bacia de campos, a participação de investimentos no orçamento total de investimentos da Petrobrás subiu, minimamente, de 24 para 29%. Só com a segunda crise de petróleo é que esses investimentos saltaram, primeiro para 50% do orçamento total e, depois, em 1984, cerca de 82%. Uma singular falta de visão estratégica. Nem se podia dizer que faltava tecnologia para a exploração marítima, porque a exploração do Mar do Norte começou em 1964. Em 1978, a Inglaterra já era grande produtor. Isso foi, pura e simplesmente, um erro de planejamento estratégico. Surpreendemos V. Ex.<sup>a</sup>, aí, ao acusar o fato de que a Petrobrás tem altos custos de produção — e até hoje não sei bem quais

são esses custos de produção — porque tem que comprar equipamentos nacionais a três vezes o preço. Acho que os consumidores não autorizariam semelhante desperdício. Isso é um subsídio disfarçado às indústrias, anti-econômico. Por que a Petrobrás compra equipamentos a três vezes o preço? Nós poderíamos admitir uma proteção em favor da indústria eira de 30, 40, 50%, mas não de 300%. A Petrobrás está desperdiçando dinheiro, e com isso não tem recursos para investimentos, e, com isso, quer sacrificar o consumidor na bomba de gasolina. Mundialmente, o petróleo se financia no mercado de capitais e não na bomba de gasolina.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Mas não posso resistir a responder a V. Exª outra vez.

Primeiro, a Petrobrás, quando declara que tem que pagar mais pelo equipamento nacional, está estimulando uma indústria nacional. A indústria nacional, em dois, três anos, não pode fazer um equipamento mais barato. Qualquer indústria, no mundo inteiro, levará tempo para ser competitiva. O que dizer, então, da indústria automobilística brasileira? O que dizer, então, da indústria de bens de capital das multinacionais que estão aqui? Compare o preço do carro brasileiro com o carro americano. O carro brasileiro é duas ou três vezes mais alto. Então, a multinacional estrangeira é ineficiente? Por que só a Petrobrás é ineficiente? Porque quando a Petrobrás compra, aqui, do fabricante nacional, ela está estimulando uma tecnologia nova. Quando ela vai para a Bacia de Campos e leva para lá os empreiteiros, os fabricantes de equipamentos, ela está estimulando esses empresários a serem competitivos. Agora, como ser competitivo se a carga tributária que esses empresários absorvem é exagerada? Então, não deve o Senador acusar somente a Petrobrás. Deve acusar, então, todas as multinacionais que estão, aqui, no Brasil, porque todas elas têm preços, no Brasil, maiores do que os preços internacionais. Então, não é o monopólio. O problema é o sistema. Até porque no Terceiro Mundo não existe nenhum país, fora os países industrializados, que tenha uma indústria estruturada como tem o Brasil. E ainda digo mais, Senador: benditas as empresas estatais do Brasil, porque se não fosse a Eletrobrás e a Petrobrás, a hiperinflação já teria chegado aqui há mais de um ano, é o congelamento dessas tarifas que está evitando a hiperinflação. Como a Argentina é um país desestruturado, que não tem indústrias, onde a empresa estatal foi levada à falência, porque deixaram o preço mais baixo, é por isso que a hiperinflação argentina grassou. Agora, o Brasil está aí. A Vale do Rio Doce, a Eletrobrás, a Petrobrás, sustentando congelados os seus preços e, assim mesmo, sobrevivendo. Então, eu acho que essa questão que V. Exª colocou, de que o preço é alto porque devemos ter um preço mais baixo, é isso mesmo; no Mar do Norte, quando começaram aquelas empresas do Mar do Norte, os equipamentos eram muito caros. Depois que o petróleo começou a produzir, chegou a dois milhões de barris

por dia, três milhões de barris por dia, é claro, com o aumento de produção caiu, inclusive, o custo unitário. E a Petrobrás, se não investiu na prospecção até o fim da década de 70, porque o que ela investiu demonstrou que em terra não tinha petróleo. Tanto é assim que as multinacionais ficaram aqui de 75 até 1986 e não descobriram nada, em terra. Se as multinacionais não descobriram, como a Petrobrás descobriria, na década de 70, quando a tecnologia era, inclusive, insuficiente? Agora, quando a tecnologia de água profunda começou a se aprimorar no Mar do Norte, aí, ela foi para a orla marítima, e, hoje, ela é uma companhia pioneira em águas profundas. Os campos produtores de lâmina d'água mais profundas estão situados aqui na Bacia de Campos, em conjugação com a empresa e o empresariado nacional. É claro que uma exploração que começou em 1982/83, esse custo de material é caro mesmo, e a Petrobrás está absorvendo esse custo e por isso que o preço do custo do petróleo é mais caro, às vezes, do que o preço do mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Concedo a palavra ao Senador Jarbas Passarinho.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Não é função da Petrobrás subvencionar a indústria nacional, isso é parte da política industrial em geral, ela deve ser feita através da proteção das tarifas moderadas, como se faz em toda parte do mundo.

Em segundo lugar, ninguém defende que a Petrobrás seja um instrumento de combate à inflação mediante retenção de preços. O que se quer é que a Petrobrás demonstre que ela tem aumento de produtividade e que reclama tarifas e preços adequados para financiar seus custos operacionais. Expansão de investimentos é algo que deve ser buscado no mercado de capitais, como acontece no mundo todo.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Tendo em vista o tempo decorrido, a Presidência vai passar a palavra ao próximo interpellante, o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, a minha intervenção é um tanto quanto tardia porque a minha inscrição foi posterior à fala do Senador Jarbas Passarinho, que condenou aqui a decisão recente desta Comissão, que foi, a meu ver, uma posição de efeito e de caráter político, a de recomendar a suspensão do pagamento da dívida. Esta Comissão seria megalomaniaca se supusesse que a sua decisão redundaria num imediato efeito de suspender, concreta e efetivamente, o pagamento dos juros da dívida. Assim como há uma megalomania inversa, ao contrário, ou seja, um realismo maior do que o do rei de parte do Senador Jarbas Passarinho, quando os reis não estão falando sobre a realidade e os realistas estão falando em nome deles, ou seja, antes que os banqueiros internacionais, antes que os nossos credores se pronunciassem, muito antes deles, se pronunciou o Senador

Jarbas Passarinho com uma veemência bastante apressada, a meu ver.

O que eu apenas queria registrar é que no perfil de captação de recursos externos, aqui exposto pelo Presidente da Petrobrás, há um dado que me parece impressionante. Em 1980, a Petrobrás captou um bilhão e sessenta e quatro milhões de dólares como empréstimos e financiamentos, quase que numa proporção de 50%. Em 1989, neste ano, não há empréstimos, não há entrada de dinheiro propriamente dito, o que há são financiamentos, cuja natureza desconheço, não foi explicitada mais detalhadamente, mas vê-se que são financiamentos da ordem de apenas 23,7 milhões de dólares. Eu chego à conclusão de que, em 1989, a Petrobrás está conseguindo captar no mercado internacional de financiamento, de recursos, apenas 2% daquilo que captou há 9 atrás. Eu não creio que isso tenha acontecido por nenhum endurecimento do Congresso Nacional; eu não creio que isto tenha acontecido por nenhuma postura rígida do Poder Executivo do Governo brasileiro. Esta queda brutal de entrada de recursos se deve a fatores de outra origem. Agora, quer transformar na razão única de uma catástrofe da entrada de recursos a decisão política tomada por esta Comissão, de uma parte quem supõe que isto vai gerar este resultado, está sendo megalomaniaco. Agora, quem supõe que isto vai gerar uma catástrofe, é mais realista do que o rei, ou seja, é um megalomaniaco ao contrário, é um paranóico. Neste caso, o Senador Jarbas Passarinho está sofrendo dessa paranóia política; de supor que nós aqui acabamos abrindo espaço para uma catástrofe absoluta.

Ora, todos sabemos que, hoje, 3/4 dos investimentos externos no mundo se dão dentro dos próprios países industrializados. Os investimentos estão preferindo, hoje, os mercados em vias de unificação os investimentos estão preferindo, hoje, os mercados em vias de unificação, que são um campo fértil, propício, promissor para um futuro muito recente. A América Latina é, hoje, um mercado cada vez mais estreito, cada vez mais abandonado por essas fontes de empréstimos e financiamentos. Portanto, quando os recursos deixarem de vir, como já estão deixando, e hoje nós estamos perversamente sofrendo um fluxo inverso de financiamentos e de investimentos, ou seja, somos nós que, através de transferência líquida de capital, estamos financiando, por exemplo, o déficit americano, eu não tenho nenhuma dúvida de que isso ocorrerá por outras razões, não por nenhuma atitude maior de rigidez, um posicionamento mais duro, mais frontal, como um instrumento inicial de negociação que possa ter o Congresso Nacional. Eu queria fazer este registro porque me pareceu extremamente mal intencionada a pergunta que o Senador Jarbas Passarinho dirigiu aos presidentes das empresas aqui presentes. Faço este registro apenas porque creio e entendendo ser nossa responsabilidade.

Quanto às exposições que aqui foram feitas pelos dois palestrantes, eu as considero absolutamente ilustrativas, elucidativas. E hoje o

que se verifica no Brasil não é uma estatização da economia, é uma privatização do Estado. Se o Estado avançou em amplos setores econômicos, o conjunto de decisões que ordenam essa política econômica como um todo, e aí as empresas estatais isoladamente não têm responsabilidades, elas se orientam por esta condução global da política econômica, toda a orientação nos últimos anos foi a de colocar o Estado a serviço de corporações privadas, através do subsídio indireto das tarifas. Isso é o que ocorre com a Eletrobrás, com a Siderbrás, e é o que traz como denúncia, agora, o Presidente da Petrobrás nesta Comissão. O que nós estamos vendo neste País é rigorosamente uma transformação do Estado em *cosa nostra* de alguns grupos econômicos privados.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Consulto aos dois depoentes se desejam fazer algum comentário a respeito. (Pausa)  
Com a palavra o relator.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — Sr. Presidente, Srs. Convidados, Srs. Membros da Comissão, não sei se foi algo programado, mas o fato é que esta sessão produz uma coincidência extremamente feliz. Hoje estamos recebendo representantes da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás exatamente no dia 24 de agosto, quando se comemora o 35º Aniversário da morte do Presidente Getúlio Vargas, o Estadista que teve de criar essas duas empresas para viabilizar o desenvolvimento nacional. E 35 anos após a sua morte, o que se pode observar é que esse visionário tinha razão, porquanto a Petrobrás e a Vale do Rio Doce têm se revelado os estímulos da economia nacional, têm constituído em verdadeiro motores do nosso desenvolvimento, não apenas na medida em que gera demanda para a nossa indústria nacional, com também estimula o desenvolvimento tecnológico, fato que não foi abordado de forma detalhada aqui, mas que é do conhecimento de todos os presentes.

O que me pareceu de certa forma aparentemente despropositado nesta convocação é de que nós temos nos dedicado a examinar os problemas relativos à dívida externa, e o que observamos é que a Vale do Rio Doce e a Petrobrás são problemas, são soluções para a questão da dívida externa. Seja porque substituem importações, como é o caso da Petrobrás, e sem ela certamente que as nossas contas externas teriam conduzido a um estrangulamento grave da economia nacional, como mostrou o Presidente Carlos Santanna. O fato de que a Petrobrás tem crédito internacional, o fato de que a Petrobrás tem projetos cuja viabilidade econômica é clara e nítida e são aceitados pelas fontes de financiamento, porém, o nosso País, pelas condições em que se encontra, está na lista negra, está no "index" das agências de financiamento e, por conseguinte não tem condições de captar recursos à Petrobrás para realizar esta meta indispen-

sável da auto-suficiência do País na produção de petróleo.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, eu creio que ficou bem caracterizado que a Petrobrás e a Vale do Rio Doce são instrumentos fundamentais para a solução do nosso problema da dívida, seja porque elas garantem a dinâmica do desenvolvimento brasileiro, evidentemente, depois de superada essa etapa de política econômica caótica que vem sendo praticada pelo atual Governo, mas à despeito de toda erosão de sua saúde financeira, particularmente da Petrobrás e outras empresas estatais.

Creio que falta pouco tempo para o encerramento desse governo e essas empresas por sua pujança, pelas suas dimensões resistirão a esse flagelo que tem sido a política econômica do Governo José Sarney. É claro que o que tem sido feito em matéria de preços para o setor público produtivo tem sido algo como verdadeiro crime de lesa-pátria. A Petrobrás com "deficit" de caixa de quinhentos e dez milhões de dólares, se não me falha esta cifra, tem experimentado um sacrifício enorme pelos seus investimentos, mas ao mesmo tempo, está fazendo uma transferência de renda brutal para vários setores, inclusive multinacionais, a exemplo do que vem acontecendo com as empresas do grupo Siderbrás.

De modo, Sr. Presidente, que não teria nenhuma aos depoentes dessa manhã, apenas gostaria de registrar a oportunidade da convocação dessas duas empresas no dia de hoje, homenageando, talvez até involuntariamente, a memória de Getúlio Vargas e, ao mesmo tempo, reafirmando que a despeito dessas dificuldades, Petrobrás e Vale do Rio Doce são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldek Ornelas) — A Presidência agradece aos ilustres depoentes desta manhã desta sessão pelas importantes informações trazidas ao conhecimento da Comissão, as quais demonstraram, sem dúvida, a pujança econômica desses baluartes de nossa economia, que são a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. A contribuição que prestam à economia nacional, com índice de nacionalização, suas compras em ambos os casos situados em patamar acima de 90%, bem como é o fato que aqui se sobressai de serem, mais propriamente vítimas, ou seja, pelos reflexos da crise econômica, da crise da dívida, pelas restrições que estão tendo de acesso aos mercados financeiros internacionais, o que levou o nobre Senador Pompeu de Sousa a identificar uma dívida boa.

Convoco sessão para a próxima terça-feira, às 9h e 30 min quando ouviremos os Presidentes da Eletrobrás e da Siderbrás.

Está encerrada a sessão.

O Sr. Presidente acolheu e determinou a publicação do Quadro de resumo sobre a legislação aplicável a que se refere o Presidente da Petrobrás.

### 18º Reunião, realizada em 29 de agosto de 1989.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas e cinco minutos, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada para ouvir os depoimentos dos senhores Dr. Mário Penna Bhering, Presidente da Eletrobrás e Dr. Manoel Moacélio de Aguiar Mendes, Presidente da Siderbrás. Presentes na reunião estavam os Senadores José Fogaça, Wilson Martins, Jutahy Magalhães, Pompeu de Sousa e Jarbas Passarinho e os Deputados Waldeck Ornelas, Presidente da Comissão, Sérgio Spada, Raimundo Bezerra, Luiz Salomão e Gastone Righi. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente convidou os preletores para que ocupassem seus lugares à mesa, estendendo o convite ao Relator-Adjunto, Deputado Luiz Salomão. Solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada e imediatamente passou a palavra, sucessivamente, ao Dr. Mário Bhering e Dr. Manoel Moacélio. Encerrada a fase expositiva, o Senhor Presidente fez iniciar a fase dos debates, ocasião em que solicitaram e usaram da palavra os congressistas: Jarbas Passarinho, José Fogaça, Jutahy Magalhães e Gastone Righi, todos interpelando os depoentes e deles recebendo os devidos esclarecimentos. A seguir, tomou a palavra o relator, Deputado Luiz Salomão, que teceu considerações sobre os pronunciamentos havidos e questionou os depoentes sobre determinadas colocações suas, obtendo de ambos respostas às questões arguidas. Não havendo mais inscritos, o Senhor Presidente fez breve relato sobre as últimas reuniões da Comissão e da variada gama de informações obtidas. Agradeceu a presença de todos, parlamentares e visitantes, e em especial aos depoentes. Convocou nova reunião para amanhã, dia 30 de agosto, às 9h e 30 min, informando que a mesma seria para ouvir os depoimentos dos senhores Senador Roberto Campos e Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior. Às doze horas e cinquenta e quatro minutos o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da Comissão. E, para constar, eu, Márcio Antônio Vieira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação juntamente com as notas taquigráficas contendo o inteiro teor dos fatos ocorridos na reunião.

ANEXO À ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA "COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROMOVER EXAME ANALÍTICO E PERICIAL DOS ATOS E FATOS GERADORES DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO", REALIZADO EM 29 DE AGOSTO DE 1989, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE PARA PUBLICAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Declaro aberta a reunião.

Convoco para compor a Mesa os Drs. Mário Penna Bhering, Presidente da Eletrobrás, e

Manoel Moacélio Mendes, Presidente da Siderbrás, que serão nossos depoentes de hoje.

Peço dispensa da leitura da ata da sessão anterior, uma vez que foi distribuída. Não havendo nenhuma observação a respeito, dou-a por aprovada.

De logo anuncio que teremos reunião amanhã, dia 30, às 9h e 30 min, para ouvir os depoimentos dos Drs. Paulo Nogueira Jr. e do ex-Ministro Roberto Campos.

Com a palavra o Dr. Mário Penna Bhering, Presidente da Eletrobrás. S. S. dispõe de 30 minutos.

O SR. MÁRIO PENNA BHERING — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é uma grande honra estar aqui, neste momento, para prestar à Comissão Mista, destinada ao exame do endividamento brasileiro, algumas informações sobre o setor elétrico brasileiro e a Eletrobrás de um modo geral.

Antes, para definir o contorno do problema, seria interessante lembrar que o setor elétrico brasileiro é descentralizado e não tem características como o setor petroleiro. Em outras palavras, a Eletrobrás não detém monopólio e o setor elétrico brasileiro compreende as companhias do grupo Eletrobrás, que são Furnas, Chesf, Eletrosul, Eletronorte, chamadas de regionais, e mais a Light e a Excelsa. As companhias estaduais, em que a Eletrobrás é minoritária e o controle pertence aos Governos Estaduais. As empresas privadas e mais a Itaipu, cujo capital é 50% da Eletrobrás e 50% da Ande, do Paraguai, mas que é regido por um instrumento especial, e que portanto, geralmente, em muitas das estatísticas, a Itaipu não entra como empresa brasileira, mas binacional. Então, o setor elétrico brasileiro é descentralizado.

No documento que vamos apresentar aos senhores é feita uma análise bastante detalhada, com todos os números relativos ao endividamento, principalmente do grupo Eletrobrás, com algumas informações também sobre a Itaipu. Não estão incluídos nesse documento as dívidas das companhias estaduais. São muitas. Algumas não têm dívida nenhuma em moeda estrangeira, mas outras, como a Cesp, a Cemig, a Copel, a Cergs, do Rio Grande do Sul, têm dívidas ponderáveis em moeda estrangeira. O setor elétrico brasileiro, só para lembrarmos, tem uma capacidade instalada de 50 milhões de Kilowatts, comparável à capacidade instalada da Inglaterra, e esse porque está lançado a um preço depreciado, que corresponde a uma média mais ou menos de uns 600 dólares por Kilowatt. Em outras palavras, o setor elétrico brasileiro representa uns 30 bilhões de dólares, fora Itaipu, dos quais cerca da metade corresponde a empresas federais.

As obras novas estão saindo muito mais do que esse preço. Então as obras que estão entrando custam muito mais, aí tem obras de vinte, trinta anos atrás, feitas com um custo muito reduzido.

Fui Presidente da Eletrobrás durante quase nove anos, oito anos e meio, e saí no primeiro ano do Governo Geisel. Em seguida, voltei

a presidir a Eletrobrás a convite do meu saudoso amigo Tancredo Neves. Nesse período em que estive fora foi o período em que o Brasil, no setor elétrico, e a Eletrobrás se endividaram muito. Quanto saí da Eletrobrás a dívida da Eletrobrás não chegava a um bilhão de dólares, eram oitocentos milhões de dólares. Quando voltei era da ordem de quase dez. Então, hoje nossa grande dificuldade tem sido administrar essa dívida, pagar o que seja possível, rolar uma parte, e procurar, através principalmente das entidades multinacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano, conseguir alguns recursos. Na realidade, como os senhores sabem, em matéria de recursos externos de bancos privados o Brasil, no setor elétrico, e as outras empresas não têm conseguido grande êxito. O único grande empréstimo que foi feito pelo Banco Mundial ao setor foi feito indiretamente, foi feito ao Tesouro, que repassou os recursos à Eletrobrás.

Nesse documento que vou aqui deixar existe uma introdução, e em seguida todas as tabelas que mostram como essa dívida aumentou. Ela começou realmente a aumentar de maneira acelerada em 1976, 77, e muito mais aceleradamente nos anos de 79 a 80, 81, 82, chegando de 84 a 85, a um número da ordem de dez bilhões de dólares. Em seguida ela começou a cair, começamos a repagar e hoje se situa por volta de oito bilhões de dólares — dívida aos bancos externos. Desse total, uma parte ponderável foi tomada para financiar não só as nossas obras como também Itaipu que foi construída com pouco capital, muito empréstimo, e além dos recursos fornecidos pela Eletrobrás, Itaipu também se endividou diretamente. Dessa dívida de dez bilhões de dólares, do grupo Eletrobrás, diria que 90% foram tomados a juros variáveis e os 10% a juros fixos.

Mesmo hoje, o Banco Mundial, ao emprestar, empresta através de cesta de moedas e de certa maneira as taxas de juros são ajustadas. Quer dizer, o Banco, quando empresta para o Brasil ou para a Eletrobrás, ele expressa o empréstimo em dólar, mas na realidade, como ele capta dinheiro no Japão, na Suíça etc., há uma cláusula em que diz que o custo do dinheiro do Banco resultará de uma combinação ponderada dessas diversas moedas.

Com relação ao que aconteceu no período de endividamento mais rápido, que foi aquele período que se estendeu a partir de 77, 78, até 83, mais ou menos, sabem o que ocorreu porque já ouviram outros depoimentos. O Governo brasileiro decidiu captar recursos no exterior a um ritmo muito rápido. E era estratégica naquele tempo, devido à crise do petróleo, manter a tarifa de energia elétrica baixa, para de certa maneira forçar uma eletrificação maior e modificar o perfil da matriz energética brasileira, que estava dependendo muito do petróleo. Como resultado desse plano, o setor elétrico se endividou muito, as tarifas foram contidas em valores muito baixos, e quando no início do Governo do Presidente Sarney, para enfrentar essa situação, preparamos um chamado "plano de recuperação setorial".

Esse plano previa, em linhas gerais, um programa de obras da ordem de 5 a 6 bilhões de dólares/ano e uma recuperação tarifária lenta, de modo que, partindo de uma rentabilidade muito baixa que existia na época, da ordem de 2 ou 3%, pudéssemos chegar à rentabilidade da lei, que é da ordem de 10% a 12%. Entretanto, nunca conseguimos chegar perto dos 10% a 12%, porque houve muitos problemas de natureza macro e o único momento em que o setor conseguiu uma rentabilidade média da ordem de 8% foi durante o Plano Bresser. Em seguida, a inflação foi acelerando. Se V. Ex.<sup>as</sup> têm acompanhado as diversas declarações; a inflação hoje está num nível tal que, para que o setor elétrico pudesse, de novo, recuperar a sua rentabilidade, seriam necessários aumentos muito significativos, acima da inflação, até o fim do ano. O que os Ministros da área econômica acham inviável. Então, é possível que o setor elétrico chegue ao fim do ano com a seguinte situação, uma dívida mais ou menos, vamos dizer, menor do que o ponto máximo, mas um nível tarifário muito baixo. Esse nível tarifário baixo reduz a capacidade de investimento.

Quando eu ainda estava na Eletrobrás, os recursos gerados internamente pela venda de energia e pelos impostos sobre a energia permitiam financiar na ordem de 50% a 60% do nosso programa. Hoje, como nós não temos a capacidade de gerar recursos suficientes através da venda de energia, quase todo o programa está sendo custeado com restos de empréstimos externos, empréstimos internos e dotações orçamentárias. O programa está todo atrasado. V. Ex.<sup>as</sup> têm acompanhado a luta para manter Xingó no prazo, para terminar as obras de Samuel e Balbina, que são essenciais ao cumprimento da área de Rondônia e da área de Manaus e as linhas de transmissão de Itaipu, que são essenciais para trazer a energia de Itaipu para São Paulo.

Não vou repetir dados, porque há excessos neste documento. Trouxe comigo vários assessores, inclusive o Diretor Financeiro da Eletrobrás, também o Dr. Ailton que foi componente da Diretoria Financeira da Eletrobrás na época da contratação desses empréstimos, principalmente durante o período de governo do Presidente Figueiredo. Ele poderia esclarecer alguns dados que eu não pude esclarecer.

Gostaria, antes de terminar, de esclarecer aos Srs. Deputados que a única novidade dos últimos tempos, que ainda está em curso de regularização, foi a extinção, pelo governo, da Nuclebrás, cujas dívidas evidentemente não estão aqui, porque a Eletrobrás não participava da Nuclebrás. A Nuclebrás foi extinta, foi dividida em várias empresas, e, está sendo transferida para Furnas a construção da Angra II e Angra III. Entretanto, essa transferência não se faz junto com a transferência das dívidas, principalmente com a Alemanha, a Siemens e com os bancos alemães. A União ficou com essas dívidas. Cabe agora ao setor elétrico terminar essas duas usinas, mas, hoje, não temos recursos nem para terminar o progra-

ma hidrelétrica, e, portanto, estamos em grandes dificuldades de manter principalmente Angra II no cronograma.

Angra III é uma usina que está muito atrasada, muito pouco investimento foi feito, embora grande parte do equipamento tenha sido comprado pela Nuclebrás.

Então, esses números que V. Ex<sup>as</sup> estão recebendo não poderão conter dívidas de companhias estaduais e dívidas da Nuclebrás — não temos nada com isso — e tem uma referência à dívida da Itaipu, contratada via Eletrobrás. Creio que, como introdução, seriam essas as minhas palavras. Estou às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Concedo a palavra ao Sr. Manoel M. Mendes, para sua exposição.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

I — Aspectos Gerais

É uma satisfação para nós, da Siderbrás, comparecermos mais uma vez a esta Casa e, nesta oportunidade, reiterarmos nosso mais profundo respeito pelo Poder Legislativo e pelo trabalho que aqui se realiza.

Nas ocasiões anteriores, aqui estivemos para informar a Vossas Excelências sobre os rumos, problemas e objetivos da Siderurgia Estatal Brasileira. A oportunidade de hoje destina-se a um tema específico — o endividamento externo do país, e os desdobramentos deste tema em conexão com a Empresa que dirigimos.

A matéria que ora nos ocupa é complexa e controversa, como ficou demonstrado pela multiplicidade de opiniões e enfoques aqui mesmo expostos, nas etapas anteriores do trabalho desta Comissão. Por isto mesmo, não poderíamos deixar de trazer nossa colaboração ao debate, esperando contribuir, de modo positivo, ainda que modesto.

Ao fazê-lo, inspira-nos somente o propósito de trazer à consideração do nobre plenário os desdobramentos da questão do endividamento externo no campo da siderurgia estatal.

II — O Sistema Siderbrás

Permitimo-nos, neste ponto, lembrar e fixar o segmento siderúrgico a que nos referiremos doravante.

Figura 1

A Siderbrás é uma empresa de economia mista, com sede em Brasília, criada em 17 de setembro de 1973, pela Lei nº 5.919, inicialmente para "gerir as participações acionárias e os interesses da União em novos empreendimentos siderúrgicos e atividades correlatas". Esta disposição foi modificada pela Lei nº 6.159, de 6 de dezembro de 1974, determinando que não só os novos empreendimentos, mas também os já existentes, viessem a compor o Sistema Siderbrás.

A Missão fundamental do Sistema Siderbrás é:

Garantir o abastecimento ordenado do mercado interno, com a quantidade e qualidade de aço adequados, a preços competitivos, de forma a remunerar os investimentos realizados, e

Assegurar uma presença forte, integrada e contínua das empresas do sistema no mercado internacional, através de seus produtos e serviços.

Como Empresa Líder do Sistema Siderbrás, o papel da "holding" é.

Assegurar que os interesses da União Federal no setor siderúrgico, sob a responsabilidade do sistema, sejam adequadamente identificados, planejados, executados e preservados; Promover e controlar o desempenho empresarial de suas controladas, criando condições, a nível de sistema, para vencer os obstáculos que se interponham à melhoria dos resultados;

Assegurar que as prioridades de investimento em expansão, modernização e opções tecnológicas das empresas do sistema sigam o princípio da maior rentabilidade e benefícios sociais, garantindo sua permanente competitividade a nível mundial;

Viabilizar os fluxos de recursos financeiros, sob quaisquer modalidades, necessários ao cumprimento dos orçamentos e programas das empresas do sistema;

Definir políticas para o desenvolvimento de atividades que, quando balizadas e coordenadas a nível de sistema, tragam benefício ao conjunto integrado das empresas; e Assegurar que a utilização e crescimento do patrimônio humano, tecnológico e físico do sistema estejam coerentes com o seu objetivo final de desenvolvimento econômico e social do País.

O ingresso do Governo Federal no setor siderúrgico resultou da pressão do próprio desenvolvimento industrial do País. Era a maneira de se fazer face às maciças inversões, baixa rentabilidade e lento retorno, características do setor. A batalha pela industrialização, substituidora de importações, teve na siderurgia pesada a sua grande alavanca. A CSN ainda é o grande marco da industrialização brasileira e ela, juntamente com as grandes usinas estatais que se lhe seguiram — Usiminas e Cosipa — eram mostradas como símbolos de modernidade da economia brasileira, de um Brasil Industrial, que se concretizou na indústria automobilística, naval, de eletrodomésticos, de bens de capital e outros.

Nesse processo, não houve embargo ao surgimento de empresas siderúrgicas privadas que, ao contrário, contaram com forte apoio governamental. Algumas estatais de hoje surgiram como empresas privadas que, por razões diversas e apesar do apoio oficial, vieram a ser encampadas.

Figura 2

A participação do Estado na siderurgia impulsionou e viabilizou um parque siderúrgico caracterizado por elevada eficiência operacional, cujo porte o posiciona hoje como o 3º maior grupo siderúrgico do mundo, responsável por 69% da produção nacional, tendo registrado, em 1988, um volume de 17 milhões de toneladas de aço bruto, recorde de exportações de 7,2 milhões de toneladas, no valor de 2 bilhões de dólares, e saldo na balança comercial de 1,5 bilhão de dólares.

A importância do Sistema Siderbrás no contexto da economia brasileira pode ser comprovada pela sua geração de impostos, número de empregos diretos e faturamento bruto consolidado.

Figura 3

Em 1988, a contribuição tributária do sistema atingiu a expressiva quantia de 529 milhões de dólares e o faturamento bruto quase 5 bilhões de dólares, com um efetivo próprio total de 75 mil empregados.

Figura 4

No cenário siderúrgico mundial, o quadro aponta para uma redistribuição geográfica da produção de aço. A figura projetada mostra que os países industrializados vêm reduzindo sua participação percentual no total mundial, enquanto os países em desenvolvimento têm necessidade estratégica de aumentar sua capacidade produtiva de aço para fazer frente às suas necessidades de crescimento interno. Ao mesmo tempo, precisam manter-se tecnicamente atualizados, em face das crescentes exigências de sua própria indústria.

O Brasil não pode perder a oportunidade que lhe está aberta de consolidar-se como um dos líderes do mercado internacional de aço.

Entretanto, o desenvolvimento da siderurgia estatal brasileira, para o futuro, terá necessariamente de passar por uma política de preços internos capaz de proporcionar cobertura dos custos e remuneração dos ativos operacionais das empresas, a fim de gerar os recursos necessários para fazer face aos novos investimentos para sua atualização tecnológica e atender ao crescimento da demanda de aço nos próximos anos.

III — Perfil da Siderurgia Brasileira

A — Pontos fortes

A.1 — Nível da Produção — Figura 5

A.2 — Posição internacional relativa — 6º lugar — Figura 6

A.3 — Custos operacionais competitivos — Figura 7/Figura 8

A.4 — Modernidade relativa de seu parque siderúrgico

A.5 — Grande mercado potencial em face do baixo consumo de aço **per capita** — Figura 9

A.6 — Penetração no mercado internacional — Figura 10

A.7 — Cuidados especiais com o meio ambiente — Figura 11

B — Pontos Fracos

B.1 — Altos custos financeiros — Figura 12/Figura 13

B.2 — Elevado endividamento do Sistema Siderbrás — Figura 14

B.3 — Baixa produtividade da mão-de-obra — Figura 15

B.4 — Baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento — Figura 16

C — Situação Econômica Atual

A Siderurgia Estatal encontra-se hoje na difícil condição de todos conhecida, apesar da indiscutível importância econômica e eficiência operacional de nossas usinas. As causas da crise que se abate sobre as empresas devem ser buscadas nas suas dificuldades e ge-



ração interna de recursos, seja pelos baixos preços domésticos, seja por problemas estruturais ainda existentes em algumas empresas. Com efeito, o segmento estatal da siderurgia brasileira tem-se defrontado com problemas específicos dos mais complicados, nos últimos doze anos, que acabaram conduzindo as empresas a situações muito próximas da inviabilidade. Falando genericamente, poderíamos apontar, entre tais dificuldades, duas idéias equivocadas em que se basearam as decisões governamentais no passado: primeiro, o conceito de que os preços do aço deviam ser comprimidos como instrumentos auxiliar no combate à inflação e, segundo, a incorreta avaliação da escala de prioridade dos investimentos do setor siderúrgico, em face dos demais investimentos públicos.

Figura 17

A primeira ideia deu origem à sistemática compressão de preços do aço, conduzindo à descapitalização das empresas, vítimas de um processo continuado de transferência de renda, do setor público para o setor privado. Cálculos de nossos especialistas estimam que tenha sido assim transferida, em pouco mais de 10 anos, importância superior a dezoito bilhões de dólares.

Figura 18

O segundo equívoco resultou na escassez e irregularidade dos recursos canalizados aos projetos do I Plano Siderúrgico Nacional. Tais projetos compreendiam o Estágio III de expansão da CSN, Cosipa e Usiminas, e a implantação das novas usinas: CST e Açominas.

E aí temos a grande ligação entre o tema do endividamento e a siderurgia estatal.

Examinemos as consequências desta inadequada postura. Desejamos enfatizar a atenção de Vossas Excelências para um fato básico, raramente reconhecido explicitamente nas análises do segmento siderúrgico: o Brasil pôde tornar-se um grande país industrial porque sua demanda de aço foi atendida adequadamente. Mais, o Brasil conseguiu crescer a taxas históricas acima de 7% ao ano, até a década de 80, porque nossa indústria, entre outros fatores favoráveis sempre dispôs de aço fornecido a preços, quantidades e qualidade compatíveis com suas necessidades.

Nosso aço tem sido produzido a custos baixos, o que vem a significar ainda uma efetiva contribuição à eficiência da economia como um todo. Este fato foi registrado pelo Banco Mundial, em relatório de janeiro de 1987.

O desempenho operacional conseguido, bem como o nível tecnológico já alcançado, justificam os pesados esforços do Governo Federal, nos últimos anos, para recuperar a viabilidade econômica e financeira da siderurgia. O Plano de Saneamento do Sistema Siderbrás, além de justificar-se por si mesmo, adquire importância estratégica, na medida em que prepara as usinas para as próximas iniciativas, destinadas a expandir sua capacidade em estrita consonância com as necessidades de mercado, corretamente avaliadas, que se vislumbram no futuro

#### IV — Endividamento externo dos anos 70

Como afirmamos antes, nosso endividamento tem origem nos anos 70, com a implantação do Plano Siderúrgico Nacional. A avaliação então vig- levou a decisões de investimento que não equacionaram adequadamente o "fundig" dos projetos.

É sabido que o investimento siderúrgico, além do prazo dilatado de maturação, exige ainda estruturas conservadoras de fontes de financiamento, com predomínio de recursos próprios sobre os de terceiros. A causa disto é bastante simples — a economicidade da produção industrial, de todos os segmentos que utilizam o aço como matéria-prima, repousa nos custos competitivos deste insumo. Ademais, sendo uma indústria básica, estratégica, a siderurgia se desenvolve tradicionalmente em todos os países de razoável porte econômico, o que a transforma num segmento altamente disputado, em que as exportações são conquistadas efetivamente à base de vantagens reais obtidas no processo produtivo.

Tudo isto impede que os preços do aço possam oferecer melhores níveis de remuneração. Esta nossa compreensão dos fatores de formação do preço do aço, entretanto, não pode jamais ser confundida com o equívoco que mencionamos, que levou o Governo a estreitar as margens de rentabilidade de nossas usinas de aços planos, a ponto de promover a brutal transferência de renda e descapitalização das empresas. À luz dessas considerações, compreendemos mais claramente o que se passou na década de 70.

Os numerosos atrasos nos projetos e a falta das condições adequadas ao financiamento dos investimentos foram as causas que mais contribuíram para o desequilíbrio econômico-financeiro do Sistema Siderbrás.

Ao iniciar várias frentes de trabalho de grande parte — Estágio III de expansão da CSN, Cosipa e Usiminas, implantação da CST e da Açominas — o programa deixou de estabelecer prioridades nítidas para o aporte de recursos. Onerados por crescentes custos financeiros, os projetos sofreram paralisações, e o fluxo de fundos apresentou irregularidades, desbalanceando-se a proporção entre recursos próprios e de terceiros.

Cumprindo orientação do Governo Federal, as empresas passaram a utilizar, em escala crescente, na compra de equipamentos e contratação de obras, financiamentos externos, seja contratados no País, através da Operação 63, seja no exterior pela Operação 4.131, além dos créditos para importação — "supplier's credit" e "buyer's credit", sempre tomados a taxas variáveis — praxe corrente — em função das condições favoráveis do mercado financeiro internacional, na época.

Esta estratégia foi adotada como instrumento de equilíbrio das contas externas do Brasil, através da captação intensiva de recursos que, uma vez internalizados, foram via de regra, realocados para pagamento da dívida externa.

O crescimento desse endividamento, motivado originalmente pelas condições favoráveis

de financiamento externo, passou a sofrer uma aceleração mais intensificada, em virtude da elevação brutal das taxas variáveis de juros internacionais, que se seguiu

Todos esses fatos, aliados à escassez interna de recursos, provocaram paralisações nas obras, atrasos nos cronogramas e crescimento dos encargos.

O desequilíbrio econômico-financeiro ocorreu, então, com a tomada de novos financiamentos em substituição aos aportes de capital, para fazer face aos investimentos já contratados e em andamento além de cobrir as necessidades geradas pelos prejuízos.

#### V — Endividamento nos anos 80

Nos anos seguintes, o quadro se agravou pelas sucessivas prorrogações de pagamento, quer das amortizações, quer dos juros dos financiamentos e empréstimos contratados. Na medida em que os juros passaram a ficar cada vez mais altos (atingindo a taxa Libor, nos anos 1981/1982, o nível recorde de 20%), as empresas tiveram de absorver todos esses novos encargos, prejudicando ainda mais seus resultados.

Figura 19

Em consequência, o custo global dos projetos foi acrescido de montante equivalente a três bilhões e novecentos milhões de dólares substancialmente em função do aumento dos juros durante a construção

Por outro lado, o atraso na conclusão dos projetos implicou uma frustração de realização de vendas, cujo montante não é praticável determinar, mas que, se realizadas, teriam reduzido a necessidade de rolagem das dívidas das empresas, reduzindo também os prejuízos.

A postergação dos aportes de recursos para investimentos — tanto de implantação, como de expansão — foi justificada, na época, pela retração do mercado interno. Alegava-se, então, que não adiantaria concluir os empreendimentos previstos, uma vez que não haveria mercado para os produtos. Esta alteração das prioridades levou a atrasos de até 10 anos, prejudicando pesadamente os projetos.

Pior, porém, aconteceu com os preços. Até 1978, os preços domésticos dos produtos siderúrgicos do Sistema Siderbrás, fundamentalmente os dos aços planos, foram administrados pelo Governo Federal de tal forma a acompanhar, com pequenas aceitáveis variações, a evolução da inflação.

A partir de 1979, o Governo passou a conter os reajustes dos preços dos laminados de aço, temeroso de uma explosão inflacionária.

Desde então, esse equívoco tem penalizado sistematicamente a siderurgia. A contenção real elevou a proporção do custo sobre a receita e, praticamente, eliminou a capacidade de geração interna de recursos das empresas.

#### VI — A situação atual

Todos estes fatores, operando sempre no mesmo sentido, levaram, como temos observado, à exagerada descapitalização das empresas, chegando a "holding" a ponto de apresentar patrimônio líquido negativo em seu balanço consolidado de 1986.



Os efeitos de tais orientações, adotadas ao longo de toda uma década, são visualizados na tabela que voltamos a projetar, e que mostra a evolução do endividamento do sistema Siderbrás.

Figura 20

Importante observar que o grande salto no endividamento externo se deu entre 1976 e 1982; neste período, se concentrou a maior demanda de financiamentos para a cobertura dos investimentos exigidos pelo programa de expansão anteriormente mencionado, sobretudo para implantação das duas novas usinas: da Açominas e da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Não se pode deixar de observar, também, que nos 2 últimos anos, há uma significativa redução no endividamento, tanto externo (27%), como no total (19%), graças às medidas adotadas pelo Governo Federal no âmbito do Plano de Saneamento, em especial aquela que se refere à capitalização dos créditos da União na "holding", oriundos dos pagamentos de dívidas externas, tanto da Siderbrás, como das empresas controladas, através do mecanismo do Aviso MF-30 e seus sucedâneos.

Ocorre que, se de um lado, temos um endividamento crescente a partir de 1976, não menos verdade é que temos também um parque siderúrgico estatal, que evoluiu de algo em torno de 4 milhões de toneladas/ano de capacidade instalada, para mais de 17 milhões de toneladas/ano, nossa atual capacidade.

Isto significa aumento de mais de 4,25 vezes na capacidade, enquanto o endividamento está hoje ao nível de 3,5 vezes o daquele do início do período.

Parece óbvio que o ideal seria o crescimento se fazer de forma diversa, pois o máximo de endividamento considerado para empreendimentos no setor siderúrgico, aceito internacionalmente, é de um terço do investimento total, o que não foi possível no caso brasileiro, pelas razões já apresentadas.

Outra consideração significativa diz respeito ao perfil dessa dívida.

Figura 21

Nota-se que mais de 60% do endividamento externo no sistema vence nos próximos 30 meses.

É verdade que isto significa uma pressão concentrada no fluxo de recursos do sistema.

Mas é verdade, também, que o alívio se dará exatamente quando o sistema estiver empenhado na execução dos seus planos de melhorias, modernização e expansão. O Plano de Desenvolvimento do Sistema Siderbrás, ora em análise, aponta, para o final deste século, uma necessidade adicional de 10 milhões de toneladas/ano, o que demandará investimentos de outros dez bilhões de dólares nos próximos 7 anos, enfatizando, assim, a importância vital da geração interna de recursos para a implementação dessa meta.

Nosso dever como homens públicos, portanto, é o de procurar alternativas justas para sanar a atual e incômoda situação; tratando, ao mesmo tempo, de evitar a repetição dos equívocos do passado nos futuros planos de expansão. A primeira ação concreta, factível

hoje, é a consolidação de política de preços que efetivamente consiga estancar a sangria já demonstrada.

As demais ações passam, necessariamente, por uma definição clara, da sociedade brasileira, sobre a participação do capital privado — nacional e estrangeiro — na produção de aços planos, objetivando, além de outros méritos, pelo menos a quebra do monopólio estatal nessa fatia do setor siderúrgico.

Insistimos, para finalizar, que não se pode negar importância ao parque siderúrgico, que aí está, moderno e competitivo, servindo ao País, gerando mais de 75.000 empregos diretos, cerca de meio bilhão de dólares em tributos anuais, exportando produtos equivalentes a 2 bilhões de dólares anualmente, além da garantia do abastecimento ordenado do mercado interno, missão primordial do Sistema Siderbrás. Obrigado. (Palmas)

FIGURA - 1  
SISTEMA SIDERBRÁS

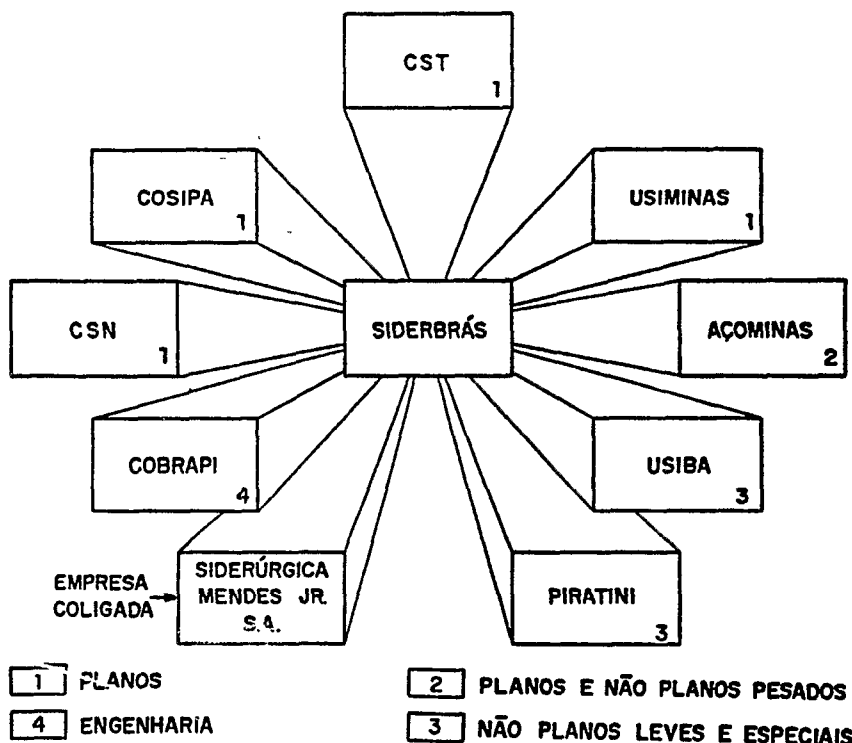


FIGURA - 2  
SISTEMA SIDERBRÁS

- 3º MAIOR GRUPO SIDERÚRGICO DO MUNDO
- 69% DA PRODUÇÃO NACIONAL
- 17 MILHÕES DE TONELADAS DE AÇO BRUTO
- 7,2 MILHÕES DE TONELADAS EXPORTADAS
- US\$ 2 BILHÕES DE EXPORTAÇÕES
- US\$ 1,5 BILHÃO DE SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

FIGURA - 3

### SISTEMA SIDERBRÁS

- US \$ 529 MILHÕES EM TRIBUTOS
- US \$ 5 BILHÕES DE FATURAMENTO BRUTO
- 75 MIL EMPREGADOS

FIGURA-4

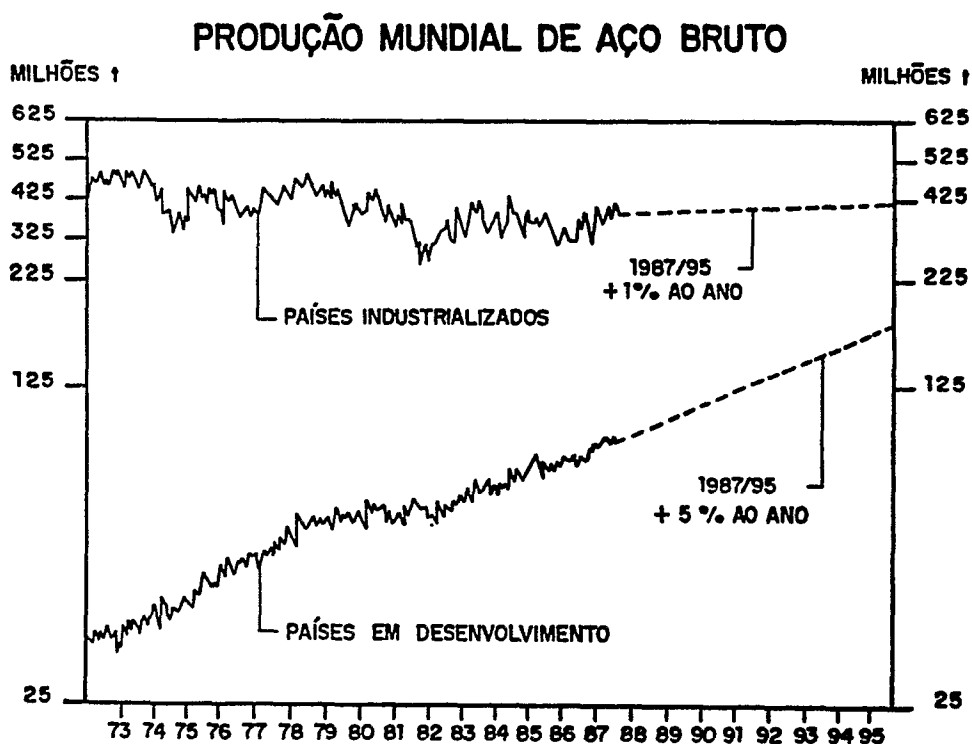


FIGURA - 5

**BRASIL**  
**PRODUÇÃO E CONSUMO DOMÉSTICO**  
1970 - 1988

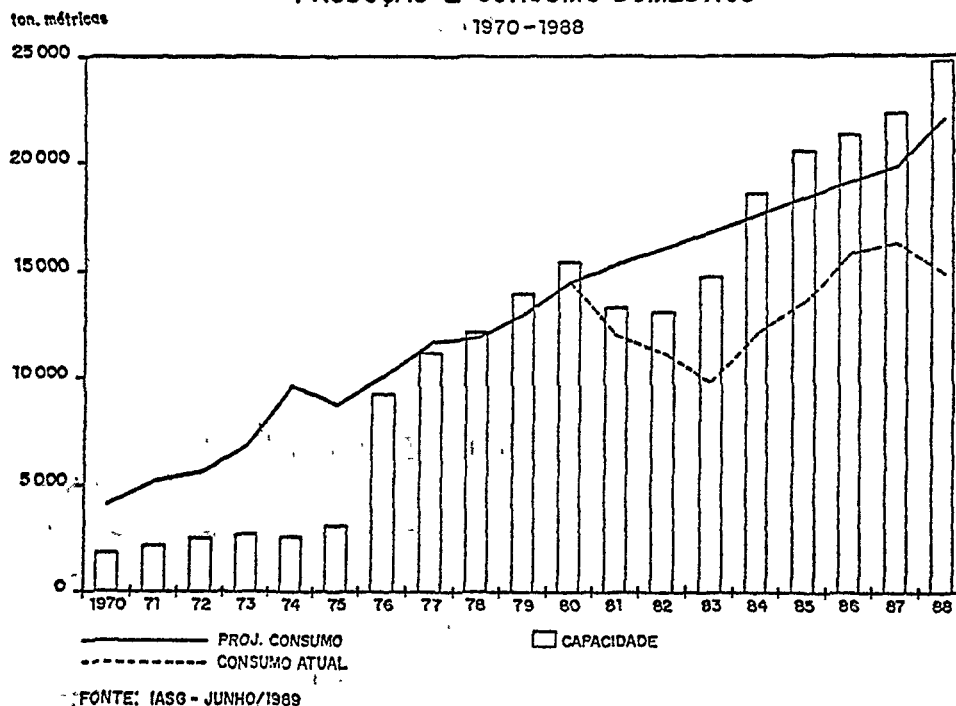


FIGURA - 6

**PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO**  
**MILHÕES t**

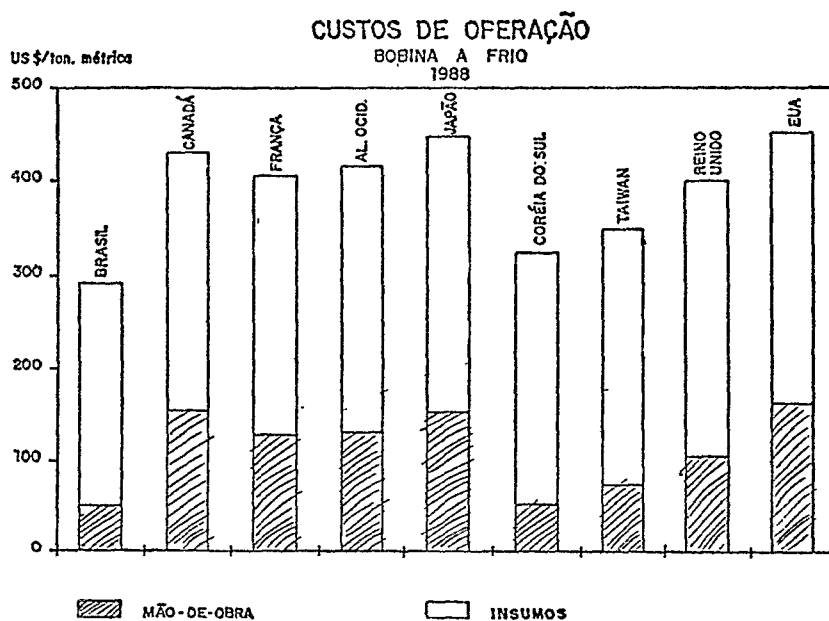
| PAÍS              | 1976 | 1980 | 1987 | 1988 |
|-------------------|------|------|------|------|
| 1 - URSS          | 145  | 148  | 162  | 164  |
| 2 - Japão         | 107  | 111  | 99   | 106  |
| 3 - EUA           | 116  | 101  | 81   | 91   |
| 4 - China         | 21   | 37   | 56   | 59   |
| 5 - RFA           | 42   | 44   | 36   | 41   |
| 6 - Brasil        | 9    | 15   | 22   | 25   |
| 7 - Itália        | 24   | 27   | 23   | 24   |
| 8 - Coreia do Sul | 3    | 9    | 17   | 19   |
| 9 - França        | 23   | 23   | 18   | 19   |
| 10 - Reino Unido  | 22   | 11   | 17   | 19   |
| Subtotal 10 mais  | 512  | 526  | 531  | 567  |
| Total Geral       | 675  | 717  | 736  | 780  |

Fonte: IISI

a) Participação do Brasil (já ocupa o 6º lugar)

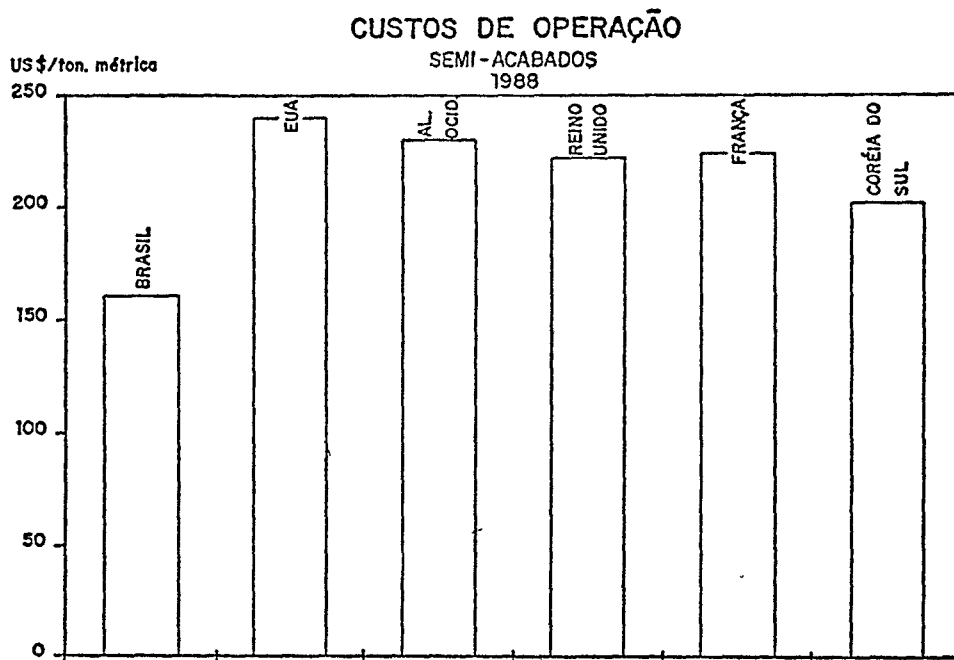
b) Reação recente de produção mundial (aumento de 10% da produção nos últimos 2 anos).

FIGURA - 7



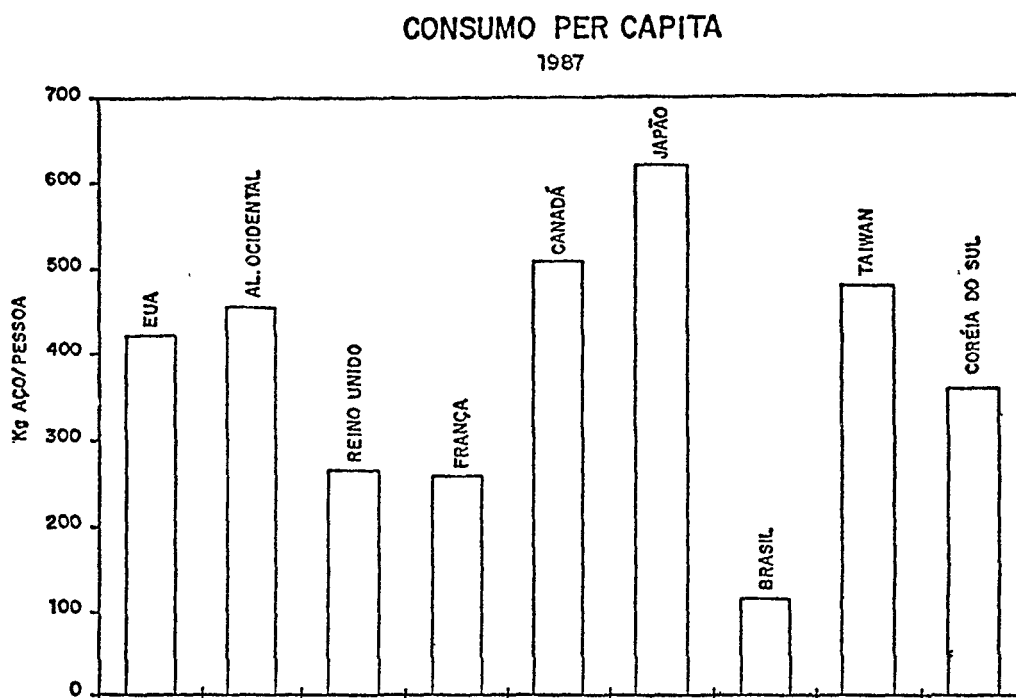
FONTE: IASG - JUNHO/1989

FIGURA - 8



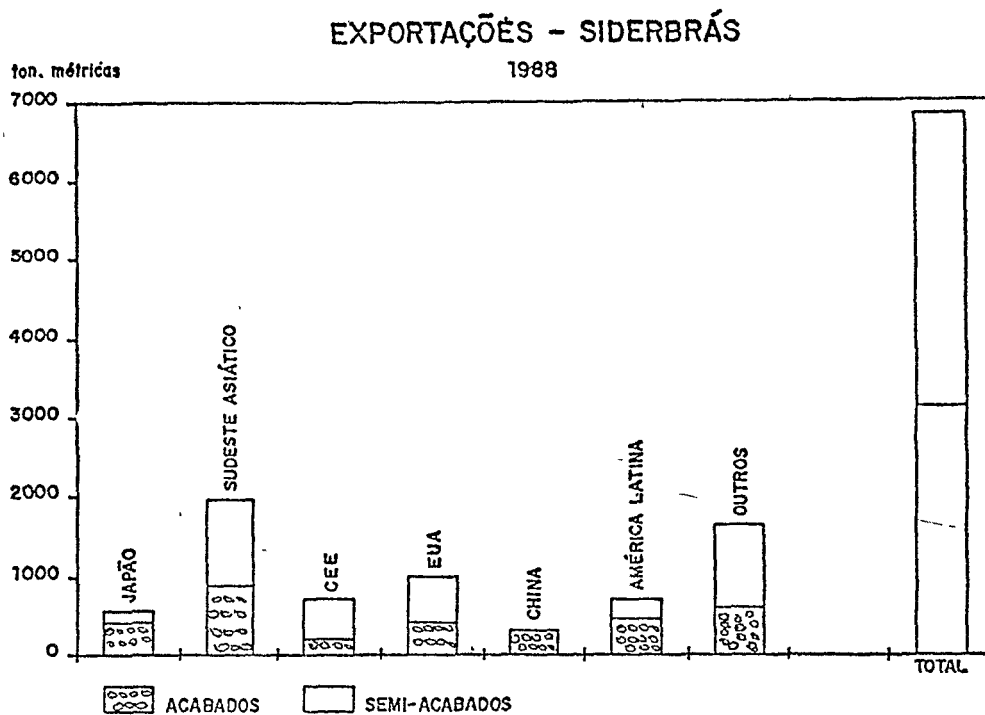
FONTE: IASG - JUNHO/1989

FIGURA - 9



FONTE: IASG - JUNHO/1989

FIGURA - 10



FONTE: IASG - JUNHO/89

FIGURA - 11

SISTEMA SIDERBRÁS  
INVESTIMENTOS EM CONTROLE AMBIENTAL

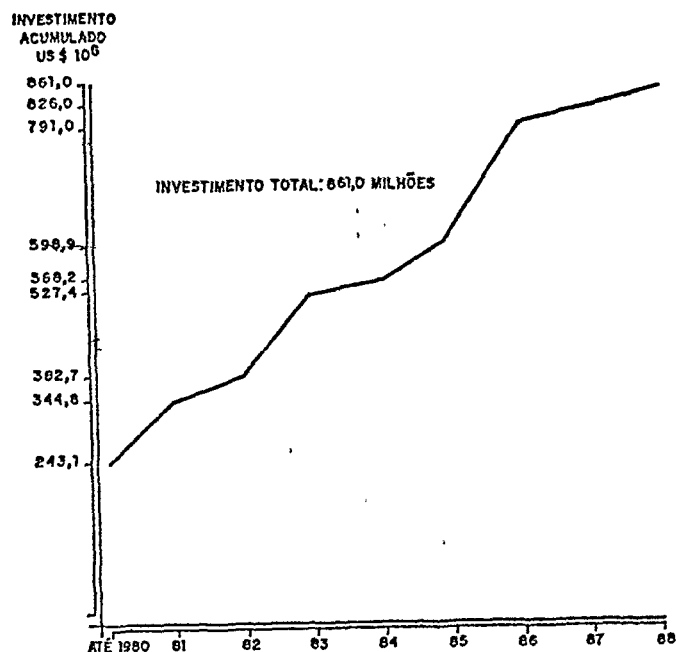
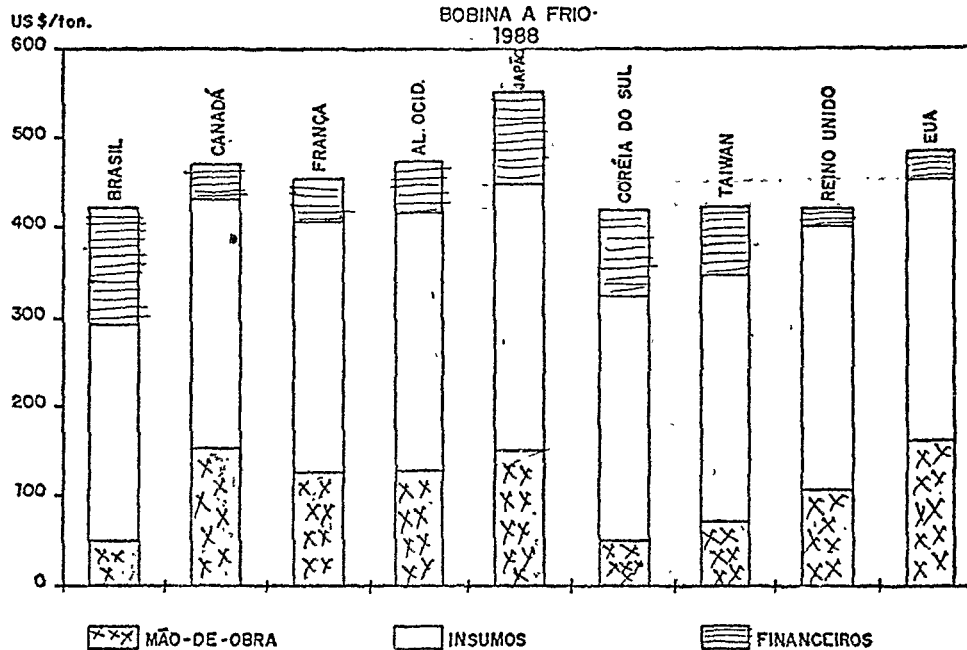


FIGURA - 12

## CUSTOS TOTAIS

BOBINA A FRIO  
1988



FONTE: IASG - JUNHO/1989



FIGURA - 13

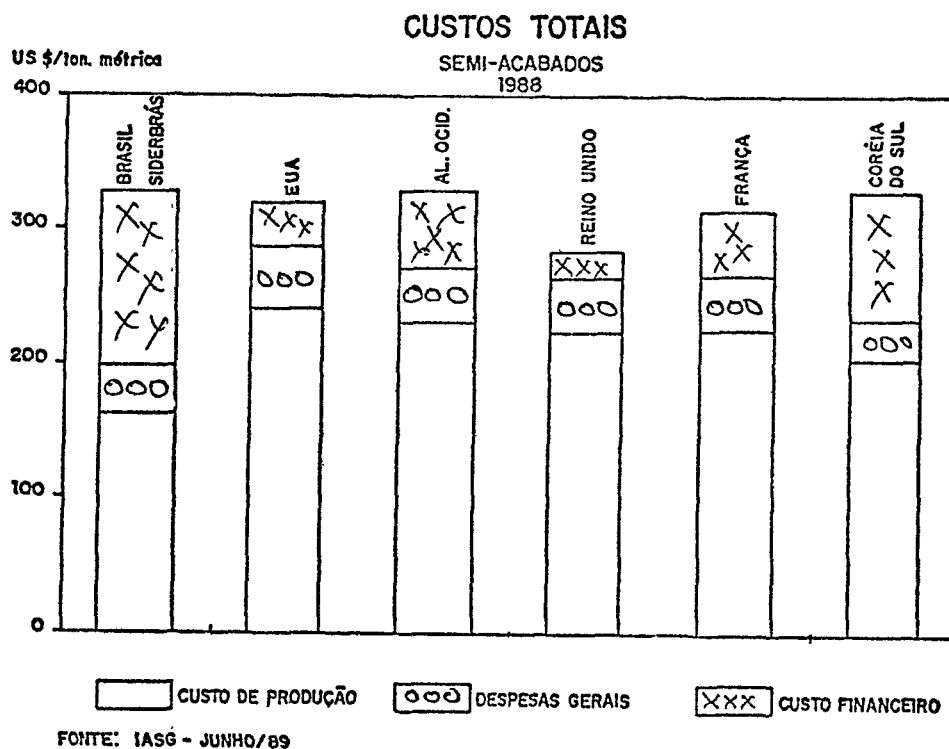


FIGURA - 14

SISTEMA SIDERBRÁS  
**EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO**  
PERÍODO: 1978 / 1988  
US\$ MILHÕES

| ANO    | ENDIVIDAMENTO TOTAL | EVOLUÇÃO % | ENDIVIDAMENTO EXTERNO | EVOLUÇÃO % |
|--------|---------------------|------------|-----------------------|------------|
| 1976   | 3.224               | 100        | 1.323                 | 100        |
| 1978   | 6.283               | 199        | 2.380                 | 180        |
| 1980   | 10.398              | 323        | 4.972                 | 376        |
| 1982   | 14.155              | 439        | 5.897                 | 448        |
| 1984   | 13.088              | 406        | 6.037                 | 456        |
| 1986   | 17.472              | 542        | 6.340                 | 479        |
| 1988   | 13.341              | 414        | 5.021                 | 380        |
| * 1989 | 14.077              | 437        | 4.607                 | 348        |

\* ATÉ 30.06.89

FIGURA - 15

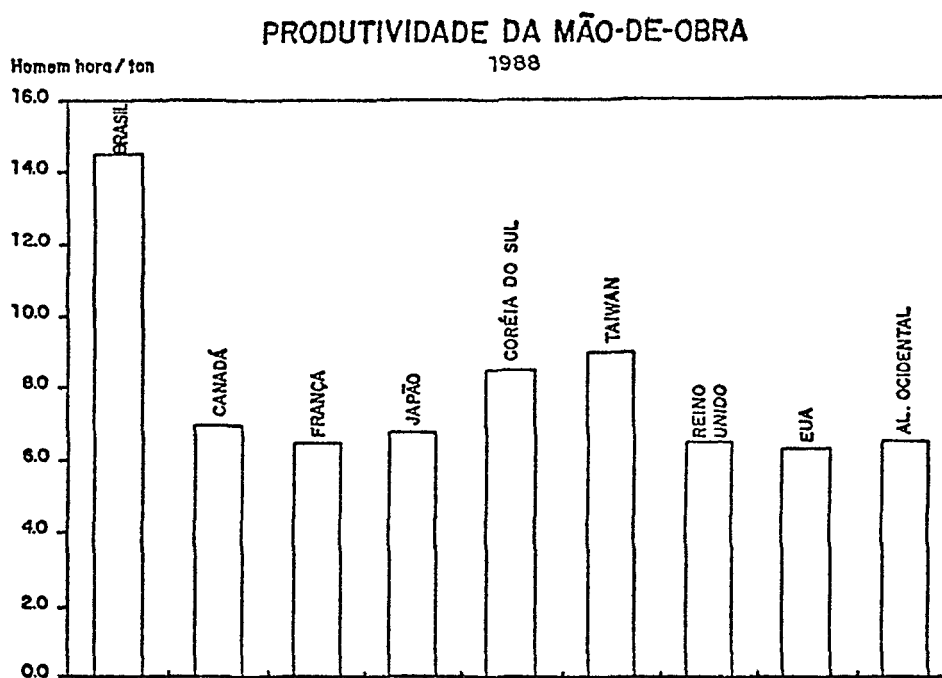


FIGURA - 16

**INVESTIMENTOS EM PESQUISA  
E DESENVOLVIMENTO  
NA SIDERURGIA**

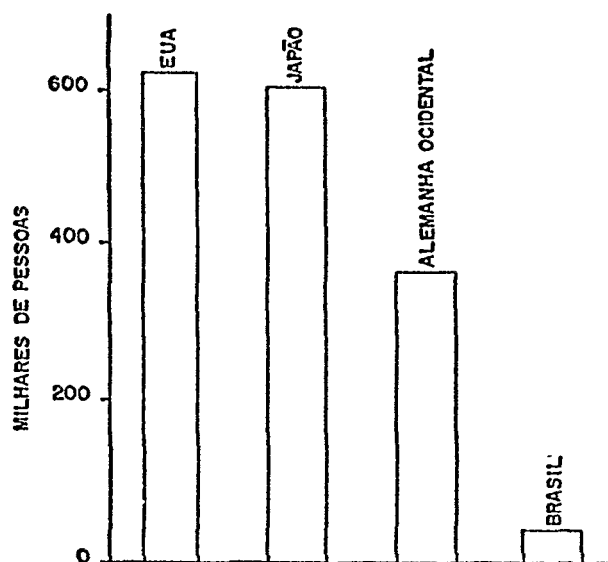


FIGURA - 17

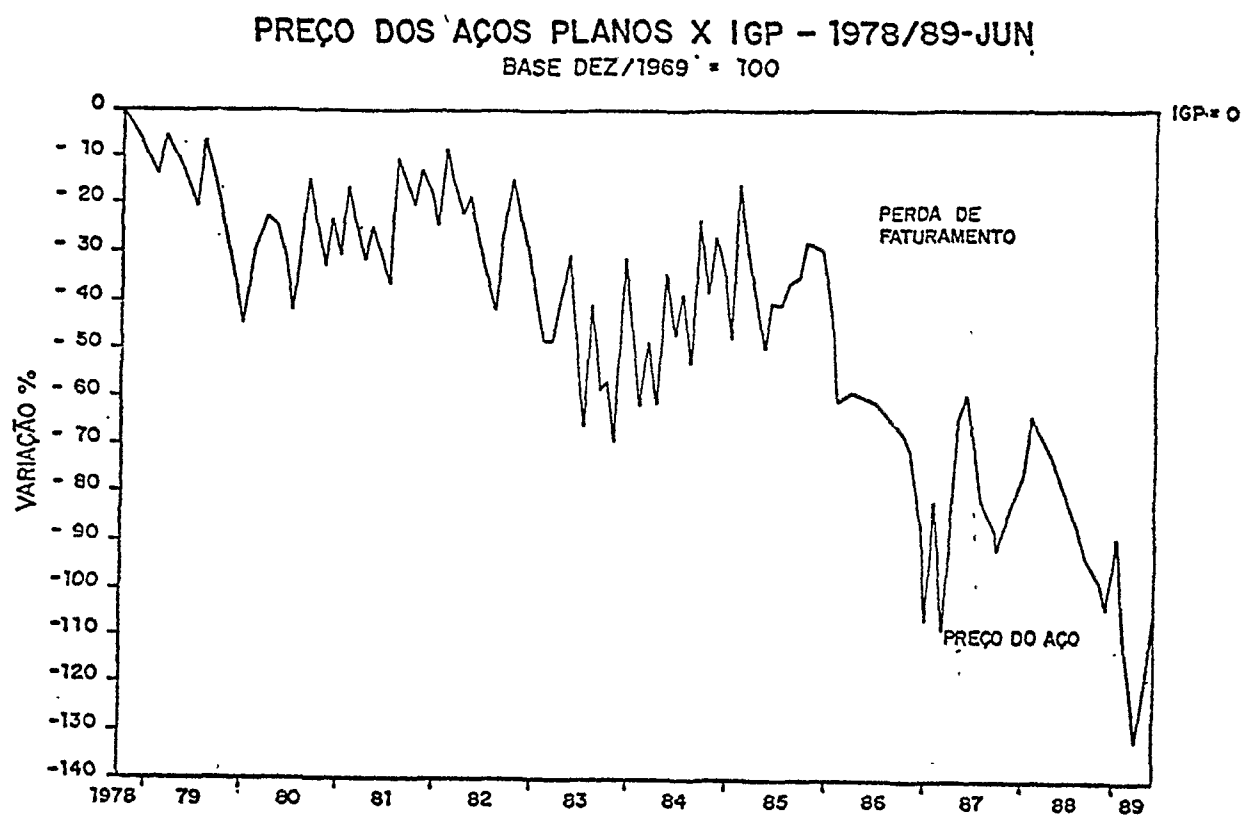


FIGURA - 18

SISTEMA SIDERBRÁS  
**ATRASOS NOS INVESTIMENTOS**

| PROJETOS | ANOS |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|----------|------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
|          | 79   | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 |
| CSN      |      |    | ●  |    |    |    |    |    | ○  |    |    |    |    |    |
| COSIPA   |      |    | ○  |    |    |    |    |    |    | ○  |    |    |    |    |
| USIMINAS | ●    |    | ○  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| CST      |      |    |    | ●  | ○  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| AÇOMINAS |      | ●  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | ○  |

DATAS DE TÉRMINO



ORIGINAL



REALIZADO

FIGURA - 19

SISTEMA SIDERBRÁS  
CUSTO DOS PROJETOS

US \$ BILHÕES

| DESCRIÇÃO                  | ORÇAMENTO ORIGINAL | ACRÉSCIMO | CUSTO TOTAL |
|----------------------------|--------------------|-----------|-------------|
| INVESTIMENTOS FIXOS        | 10,2               | 0,2       | 10,4        |
| DESP. PRÉ-OPERACIONAIS     | 0,9                | 0,7       | 1,6         |
| JUROS DURANTE A CONSTRUÇÃO | 1,1                | 3,0       | 4,1         |
| TOTAL DOS PROJETOS         | 12,2               | 3,9       | 16,1        |

FIGURA - 20

SISTEMA SIDERBRÁS  
EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

PERÍODO: 1978 / 1988

US\$ MILHÕES

| ANO    | ENDIVIDAMENTO TOTAL | EVOLUÇÃO % | ENDIVIDAMENTO EXTERNO | EVOLUÇÃO % |
|--------|---------------------|------------|-----------------------|------------|
| 1976   | 3.224               | 100        | 1.323                 | 100        |
| 1978   | 6.283               | 199        | 2.380                 | 180        |
| 1980   | 10.398              | 323        | 4.972                 | 376        |
| 1982   | 14.155              | 439        | 5.897                 | 446        |
| 1984   | 13.088              | 406        | 6.037                 | 456        |
| 1986   | 17.472              | 542        | 6.340                 | 479        |
| 1988   | 13.341              | 414        | 5.021                 | 380        |
| * 1989 | 14.077              | 437        | 4.607                 | 348        |

\* ATÉ 30.06.89

FIGURA - 21

SISTEMA SIDERBRÁS  
**PERFIL DA DÍVIDA EXTERNA**  
 SITUAÇÃO EM 30/06/89

(EM US\$ MILHÕES)

| ENDIVIDAMENTO DAS DIVERSAS MOEDAS | 1989       | 1990         | 1991         | DE 1992 A 1999 | TOTAL        | %          |
|-----------------------------------|------------|--------------|--------------|----------------|--------------|------------|
| DÓLAR AMERICANO                   | 584        | 402          | 537          | 721            | 2.244        | 49         |
| IENE                              | 230        | 460          | 418          | 653            | 1.761        | 38         |
| MARCO ALEMÃO                      | 44         | 59           | 45           | 49             | 197          | 4          |
| LIBRA                             | 17         | 34           | 32           | 35             | 118          | 3          |
| FRANCO FRANCÊS                    | 10         | 19           | 18           | 39             | 86           | 2          |
| OUTRAS                            | 23         | 54           | 49           | 75             | 201          | 4          |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>908</b> | <b>1.028</b> | <b>1.099</b> | <b>1.572</b>   | <b>4.607</b> | <b>100</b> |

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — A Presidência agradece as exposições dos dois depoentes de hoje e, para dar início as interpeleções, passa a palavra ao Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, Srs Senadores, Sr. Presidente da Eletrobrás, Sr. Presidente do Sistema Siderbrás:

A minha memória auditiva já foi muito boa, mas a proporção que o tempo passa nós vamos perdendo um pouco dessa eficiência. Então, para acompanhar essas duas aulas com rapidez o aluno fica um pouco perturbado. Mas me parece que há possibilidade de nós conversarmos a partir da Eletrobrás e concluir pela Siderbrás.

O Dr. Bhering, a quem eu sempre testemunhei um grande apreço e admiração há muito tempo, desde que comecei vida pública no Brasil, mostrou o problema do endividamento, influência do endividamento, ou melhor, a influência do Sistema Eletrobrás no endividamento global.

Eu perguntaria para S. Ex<sup>a</sup>, em primeiro lugar, se os dados que foram apresentados, que estão relacionados só com o endividamento de Itaipu via Eletrobrás, e não endividamento próprio, se poderia isso chegar a uma avaliação final de quanto a Itaipu contribuiu para o endividamento global do Brasil no crescimento. Seria a primeira pergunta.

O SR. MARIO PENNA BHERING — Senador, a maior parte dos recursos tomados por Itaipu foram via Eletrobrás. Além desses valores, Itaipu recebeu grandes financiamentos da Finame, mas em moeda local, e cerca de 1

bilhão e meio de dólares diretamente de fornecedor externo. Quer dizer, realmente, dentro do número da Eletrobrás está a maior parte da dívida de Itaipu.

A Itaipu foi financiada assim. Havia muito pouco capital. O Senador se lembra, não é? Porque o Paraguai não tinha capital. Então, toda a expansão da central — porque a linha de transmissão é de Furnas — foi feita através de aportes da Eletrobrás, do Banco do Desenvolvimento Econômico, da Finame e de recursos externos tomados por Itaipu. Externos tomados pela Eletrobrás entraram no bolo da Eletrobrás, passados por Itaipu.

Nós podemos fazer uma nota adicional esclarecedora desse número, dando os valores certos desse conjunto do endividamento de Itaipu.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas seria prematuro ou até indevido pensar num número próximo a 18 bilhões de dólares?

O SR. MARIO PENNA BHERING — Não. Vamos entender direito. O número do custo de Itaipu é expresso em dólar por uma imposição do tratado em que a moeda de referência é dólar. A maior parte do investimento de Itaipu é em cruzados. A dívida externa de Itaipu resultou de dívidas que a Eletrobrás tomou, que viraram cruzado para financiar Itaipu, e alguma dívida externa que Itaipu tomou diretamente. Itaipu não pesa na dívida brasileira com 18 bilhões de dólares. Você sabe quanto Itaipu, diretamente, deve ao exterior? Dois bilhões.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Isso é inteiramente surpreendente, porque, veja bem a

diferença entre o seu caso e o caso da Siderbrás.

O Presidente da Siderbrás mostrou exatamente o problema do endividamento sistêmico, que começou em 1976 e se agrava e vai até 1982. Eu era Líder do Governo do Presidente Figueiredo quando nós enfrentamos o primeiro choque do petróleo e, no caso dele, o segundo choque do petróleo. O primeiro foi no Governo Geisel, no qual não tive participação efetiva.

Quando vinha a mensagem anual do Presidente da República para ser lida no Congresso, então se caracterizava qual era a diretriz estratégica a tomar. Um ponto o Dr. Mário mostrou bem Caracterizava o quê? A necessidade de depender cada vez menos do petróleo. Em 1973, por exemplo, com um terço da conta do café pagávamos todo o petróleo, e isso significava 600 milhões de dólares para 800 mil barris de petróleo por dia, de importação, e de 1980 para 1981 elevamos para 11 bilhões de dólares e jogávamos todo o café, todo o minério, toda a soja, todo o açúcar e ainda não pagávamos o petróleo.

De maneira que havia uma necessidade premente, dramática, de se fugir dessa dependência brutal. E daí, surge a questão, por exemplo, do achatamento das tarifas, que foi um erro que foi conservado no início do Governo Castello Branco, inclusive com a participação, se não me engano, do meu prezado amigo. E era um erro que se caracterizava por uma frase que dizia: a mais cara das energias é aquela que não existe. E então, hoje, estamos praticamente no mesmo sistema. Voltamos ao que era.

Mas aí a diferença seria do seguinte. A partir do momento em que o Governo sentiu o efeito do segundo choque do petróleo, quando no mercado *spot* o barril chegou a ter a cotação de 40 dólares e a média foi de 34, partindo de 2, isso levou o Governo, naquela altura, a apresentar um dilema para o Congresso para a sua atividade. Ou ele parava o Brasil o que era impossível fazer, porque toda a civilização ocidental tinha sido montada sobre o petróleo. Hoje, por exemplo, se critica muito porque não se fez estrada de ferro. Mas naquela ocasião o aço era muito mais caro do que fazer uma estrada de rodagem. E então aparece a necessidade de endividamento externo para aplicar em projetos reprodutivos locais.

Ao contrário de outros países, que não podem mostrar onde aplicaram essas dívidas contraídas, nós temos projetos bem sucedidos e projetos mal sucedidos. Entre os projetos bem sucedidos, apareceu exatamente Itaipu, que, aliás, vinha de antes do choque do petróleo, porque Itaipu vinha do tempo do Presidente Médici. Lembro-me, uma vez, despachando com ele, entrou o Ministro do Exterior, pedindo uma entrevista urgente, e imediatamente, aliás, porque o Presidente Stroessner vinha ao Brasil e o Brasil tinha, ao longo das conversações com o Paraguai, alterado várias vezes o projeto original.

V. Ex.<sup>a</sup> deve estar lembrado de que o primeiro projeto nós pagávamos em cruzados, aliás, pagamos em cruzeiros, passamos a aceitar pagar em dólar. Tínhamos também a possibilidade de fornecimento dos ciclos, de 50 ciclos em vez de 60 ciclos, e nós com 60 e eles dependentes da indústria argentina com 50. Tivemos que fazer esse absurdo de fazer metade das turbinas com 50, metade das turbinas com 60 e recomprar as de 50 para transferi-las para 60 com o acréscimo do valor de custo de potência instalada.

E aí chegou o momento em que pagamos também *royalties* sobre as águas. E nessa ocasião a que me refiro, exatamente nessa, chegou mais um pleito do Paraguai: que pagássemos *royalties* também sobre as águas do rio na parte brasileira. E o Presidente Médici então voltou-se para o Ministro do Exterior e disse: "Desconvide o Presidente do Paraguai. Ele precisa ver que nós não precisamos fazer Itaipu, porque nós fazemos Xingu". O que era demasiado. Então, quando o Dr. Mario coloca o problema de que foi pouco dinheiro e nós ainda fomos atacados de imperialistas no processo de Itaipu, aparece o projeto depois.

Quer dizer, tomado o dinheiro, aplicamos o projeto reprodutivo. É muito comum o Ministro Delfim mostrar assim: "Vai tomando nota aí. Itaipu, tantos bilhões. Eletronorte, no caso de Tucuruí, tantos bilhões. Siderbrás, tantos bilhões. *Off-shore* da Petrobrás, tantos bilhões", e caracterizar como se compôs o endividamento externo.

Agora, se a maior usina hidrelétrica do mundo só aparece no endividamento externo com 2 bilhões de dólares, é alguma coisa que tenho que rever de (?).

O SR. MARIO PENNA BHERING — Não, Sr. Senador, eram 2 bilhões de dólares de dívida direta de Itaipu. Via Eletrobrás, a maior parte dessa dívida da Eletrobrás, em dólar, foi para financiar Itaipu e Tucuruí. Veja isso tudo virou cruzado. É outra coisa.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aí eu já me perco.

O SR. MARIO PENNA BHERING — Não, porque a Eletrobrás é que fornecia o dinheiro para Itaipu.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Porque, na verdade, se nós pudéssemos indicar, e esta Comissão visa a isto também, é saber por que esse endividamento se fez, então, em grande parte a estratégia de Governo seria essa. Vai buscar recursos lá fora para que o País não pare. Então, continuaríamos fazendo isso para procurarmos alternativas imediatas para a produção de energia primária e apareceu o Proálcool, apareceram os aumentos de produtividade da Petrobrás, particularmente pelas medidas tomadas pelo Presidente Geisel, que foram tão condenadas, ele quase abandonou a pesquisa continental e passou a fazer a pesquisa *Off-shore*, que é o que está nos garantindo hoje.

Então, isso foi compondo. Vamos chegar depois na Siderbrás. Com quanto a Siderbrás participa, por exemplo, para esse bolo final de endividamento? E o problema das nucleoeletrônicas. Fui Relator do projeto de uma das CPLs que tiveram consequência aqui, que foi estudar o projeto do acordo bilateral Brasil-Alemanha no tempo do Presidente Geisel. Naquela altura estava previsto que seriam 8 bilhões.

O SR. MARIO PENNA BHERING — Eram 8 usinas.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eram 8 usinas, mas como o início do cálculo era baseado em 500 dólares por quilowatt instalado e isso foi aumentando para mil, 1 mil e 200, etc., depois as 8 usinas significariam 8 bilhões de dólares. Era o que se admitia a partir até de uma primeira conferência feita pelo saudoso Senador Virgílio Távora. Essa ficou interrompida. Então, uma das perguntas também seria essa: com quanto o que acabou sendo, a aventura do projeto nuclear teria contribuído para o endividamento no campo da Eletrobrás?

O SR. MARIO PENNA BHERING — Veja bem, a Nuclebrás era separada e contínua. A dívida da Nuclebrás foi transferida para o Tesouro. Essa dívida, hoje, é da ordem de uns 3 e meio a 4 bilhões de dólares. Agora, para terminar Angra II, precisa, em moeda local, 1 bilhão de dólares.

Todas as outras, aquele plano grande, verificou-se que ele era inviável face a situação brasileira e hoje o plano existente à médio prazo é instalar duas usinas nucleares, só, outras só lá para frente. Agora Itaipu foi um êxito total — se esta luz está acesa é energia de Itaipu — está com 15 máquinas na linha. Nós

chupamos praticamente toda a energia firme de Itaipu.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Além daquela grande experiência com relação a corrente contínua, transporte a longa distância.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — O endividamento, onde é que foi esse dinheiro todo do endividamento? Ele foi em Itaipu, em Tucuruí, principalmente, e no sistema de transmissão, mas tudo via Eletrobrás. A Eletrobrás tomou e passou. Agora a Nuclebrás é um outro problema.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Nuclebrás era no caso separada, inclusive, baseado entretanto num documento da Eletrobrás.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — O que aconteceu, a Eletrobrás fez três estudos de mercado, um alto, um médio e um baixo e achou que tinha, que devia ser o médio, mas o médio só recomendava 4 usinas. O Governo decidiu tomar o alto, mas o alto era extremamente otimista, é crescimento batido a 10%, 12% ao ano, era inviável.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pelo o que nós estudamos lá o Presidente Geisel se baseou exatamente num documento chamado 90, Eletrobrás, não sei o quê, 90. Eram dois tipos de hipóteses, uma hipótese de 8% de crescimento anual, de consumo de energia primária e o outro que seria no máximo de 10%. A CPI é que tomou o dado de 8%, e que entretanto, como sabe V. Ex.<sup>a</sup> muito bem, esse consumo não se caracterizou contínuo ao longo do tempo, ao contrário. Então, dentro daquele estudo nós admitimos que a decisão do Presidente Geisel estaria correta. Para evitar demanda contida nos anos 90, nós precisaríamos ter realmente construído aquelas 8 usinas. A questão é que entre o planejamento e a execução há o muro da Casa.

Agora só uma pergunta final. Seria uma crítica, que cabe a nós como homens da Amazônia, em relação a Balbina. Considera que Balbina foi um planejamento correto?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Eu não tive nada com Balbina. Balbina é uma usina extremamente cara, em relação ao que ela produz. Ela tem o reservatório de Tucuruí e uma potência firme de 100 megawatts. Foi uma decisão não muito boa. Tucuruí foi uma decisão certa.

O SR. JARBAS PASSARINHO — O fato de não estar envolvido no problema não significa nada, porque nós não estamos colocando cada um no banco de réu, nós estamos discutindo o Brasil como um todo. Veja bem, que no período do Geisel o Sr. estava fora o tempo todo, eu estive na face oculta da lua, mas de qualquer modo acho que eu tinha que assumir determinada responsabilidade.

Passando à Siderbrás eu ouvi aqui entristecido que foi o sistema de esvaziamento, praticamente, da capacidade produtiva do sistema, pelos erros que o Presidente situou nos dois dados, um de rebaixamento de preço, igual



como aconteceu na Eletrobrás e outro com a diferença de prioridade.

Agora há um fato meio curioso, eu terminava o Ministério da Educação, viajava para cá, nos últimos dias do Governo Médici. Eu tinha lutado muito no Ministério da Educação para aumentar sempre o orçamento, conseguir um orçamento maior, eu brigava com João Veloso, e ia ao Presidente Médici. Nos últimos estava vindo do Rio junto com o Ministro da Indústria e Comércio que era o Ministro Marcos Vinícius; e como vínhamos no mesmo jatinho daqui há pouco ele me mostrou um trabalho e eu fiquei escandalizado, porque o subsídio para o ácido, Dr., era mais do que o Ministério da Educação tinha para o orçamento anual, e a explicação dada era exatamente ao contrário daquela revelada por V. Exª aqui no documento. Era justamente para proteger o preço do aço, subsidiado, evidentemente com a mesma finalidade a que se referiu, que era combater um crescimento inflação, ou reduzir a inflação que naquela altura, oxalá, fosse a mesma.

A primeira pergunta seria essa. Esse financiamento não produziu resultado? Todo esse subsídio foi insuficientemente?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — O que eu lembro de subsídio no conjunto da Siderbrás, o único que nós podemos considerar é o IPI para investimento.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu estou visando a construção civil, então é o preço do aço, para corresponder a diminuição de custo na construção civil.

O MANOEL M. DE A. MENDES — Na realidade o projeto de Tubarão teve um incentivo para exportação de 15%, esse é um caso específico, como incentivo à exportação. Agora Senador, acho que é importante observar o seguinte, todos esses investimentos previstos na fase 2, fase 3 de expansão das usinas siderúrgicas elas tinham um desenho de futura financeira que ela previa uma participação de aporte de capital do Governo que era numa relação de débito e crédito em torno de 60, 40%. Quer dizer, 60%, de endividamento e 40% de capital que provinha exatamente do Governo, quer dizer, via Siderbrás. Esses 40% é que falharam, quer dizer, o Governo deixou de aportar esses 40% de capital, então o que que fizeram? Para evitar maiores atrasos fomos buscar dinheiro lá fora para superar essa falta de aporte de capital que o Governo tinha que ter prometido nos projetos; e isso ocasionou dificuldades porque ocasionando o atraso, então o custo do projeto aumentou e nós tivemos que buscar mais dinheiro, isso ainda acrescido dos juros que chegaram a 20%...

Eu vou lhe dar um exemplo, porque conheço bem, porque vivi, fui Presidente da Aço Minas. Nós fizemos aquele projeto da Aço Minas com uma relação de 40%, 60%; 60% de financiamento, 40% de capital e previsto um orçamento de 3,4 bilhões de dólares, num projeto previsto para terminar num prazo de 5 anos. O projeto hoje não terminou ainda, já tem mais de 10 anos, ele chegou, se contar-

mos juros durante a construção, o projeto chegou a 6 bilhões e 400 milhões de dólares. Quer dizer, parte desse dinheiro teve que ser buscado lá fora também e muitas vezes buscando dinheiro lá fora eles não foram empregados diretamente na Aço Minas, foram utilizados para outros fins também que não foram projeto Aço Minas.

Então isso tudo ocasionou esse volume de dívida que acumulou-se, não só na Aço Minas; Tubarão também sofreu o mesmo caminho e foi assim que com a Cosipa e CSN. A que seguiu um caminho mais certo nesse projeto, da fase 2, fase 3, foi a Usmina, porque cumpriu um programa acelerado de implantação e ela ficou salva.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agora essa obrigação que o Governo se impôs de diminuir o custo de venda para não ter efeito inflacionário, assim como aparece na tarifa, poderia aparecer na venda do aço, seria este o caso então do subsídio, teria sido apresentado pelo Minsitro da Indústria e Comércio, na ocasião para mim, no final do Governo Médici.

Agora, a sua colocação me parece perfeita aqui, porque quando se mostra que este endividamento externo do sistema siderúrgico de 1976/82, também se mostra por outro lado que cresceu a produção. Então foi alguma coisa que se aplicou também crescendo a produção. O Brasil, me lembro na OIT em Genebra, em 1968, nós atingíamos o 10º produtor de aço do mundo e tinha direito a uma cadeira do conselho, hoje nós estamos em 6º produtor, já passamos da Itália. Então de qualquer maneira houve uma compensação.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Sem dúvida, o endividamento da Siderbrás foi um endividamento produtivo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Na sua explicação estaria contido o porquê da Companhia Siderúrgica ser deficitária ao ponto de criar aqueles problemas no Estado do Rio?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — O problema da Siderúrgica Nacional, Senador, tem duas origens principais; uma, ela é uma usina que tem um desenho de 1946, quer dizer, ela tem que ser reformulada na sua estruturação. Naquela época o Brasil não dispunha de nenhuma infra-estrutura de fornecimento de matérias-primas, de fornecimento de carvão, de engenharia, inclusive, ela teve que montar uma empresa de engenharia, ele teve que montar uma fábrica de estrutura metálica. Então ela se estruturou como uma empresa auto-suficiente.

A evolução da economia brasileira hoje pensa completamente essas necessidades, porque nós temos a Vale do Rio Doce, empresa de mineração capaz de abastecer as empresas siderúrgicas com minérios. Temos a Vale do Rio Doce, temos empresas de mineração capazes de abastecer as empresas siderúrgicas, com o minério a preços — vamos dizer — competitivos, a preços normais. Então, esses investimentos de mina de carvão, mina de ferro, de calcário, etc, não precisariam ser feitos.

Então, precisamos fazer uma certa reestruturação em todas essas atividades que não são fins da CSN, para que ela, desativando essa unidade, passando a terceiros, ela passe, então, a ter uma concentração na sua atividade fim que é produzir aço.

Então, essa reestruturação da CSN precisa ser feita, para que o gerenciamento se concentre, exatamente, em produzir aço cada vez mais barato.

O SR. JARBAS PASSARINHO — É realmente, ela é pioneira, não é?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Exatamente. Mas, isso é uma herança que ela teve — vai ter que passar agora...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Olhe para mim, veja meus cabelos e lembre o Capitão que eu era, na Academia Militar de Agulhas Negras, quando saudamos com tiros de canhões e explosão de minas, a primeira corrida de ferro-gusa de Volta Redonda.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES. É. Tudo isso é justificável, sem dúvida.

O SR. JARBAS PASSARINHO — A demonstração do maior patriotismo possível era aquele

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Exato.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Vi em Volta Redonda só uma Volta Redonda mesmo.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — É. E foi, sem dúvida, a origem da industrialização brasileira

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agora, tanto no caso da Eletrobrás como no caso da Siderbrás, o que parece interessante para nós, é a afirmativa de ambos os Presidentes da redução da dívida. A dívida está sendo reduzida. Então, está sendo reduzida. Então, está havendo capacidade de reduzi-la, paulatinamente.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Eu diria que, no caso da Siderbrás ela está sendo reduzida porque o Governo está cortando esse capital.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Está cortando o capital.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Quer dizer, num plano de saneamento que foi feito, mas não por geração interna.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Vou concluir, apenas lhe fazendo uma pergunta — dizem que não há perguntas indiscretas; há respostas comprometedoras — a Usina do Maranhão

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Qual é a pergunta?

O SR. JARBAS PASSARINHO — É só a Usina do Maranhão.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Acho que é realmente um assunto...

O SR. JARBAS PASSARINHO — É porque não tenho tempo. Depois lhe explicarei pessoalmente. O Presidente está me constringendo a ser mais breve.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Está certo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pago por isso

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Mas, eu...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Já paguei pela exportação do minério de ferro de Carajás, pelo Maranhão, porque se dizia que eu não usava o meu prestígio contra prestígio do Senador José Sarney. Quando, na verdade, o prestígio do Senador José Sarney foi junto ao Criador: antes de Sua Excelência ser Presidente conseguiu a Baía de São Marcos. E eu não consegui no Para. Então, aí é que perdi a guerra

Agora, vem a segunda, quer dizer, fica um buraco no Pará e vai fazer usina siderúrgica lá na Ponta da Madeira. Mas, ontem os jornalistas me perguntava inclusive se estaria havendo desvio de alocação de recursos previstos para a área privada, para poder fazer a usina no Maranhão.

Teria alguma coisa a dizer sobre isso?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Bom. A Usina...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Garanto, Sr. Presidente, que aqui encerro as minhas perguntas.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — A Usina do Maranhão conforme está posta para a Siderbrás, é uma usina de iniciativa privada onde a Siderbrás procurará dar todo o apoio necessário na parte de engenharia, tecnologia, e com uma discreta participação de capital nessa empresa. Consideramos que aquela região é, sem dúvida, uma região que está preparada para receber a usina siderúrgica. Ela hoje, com a ida da Vale do Rio Doce para aquela região, ela transformou a região e Tucuruí tem uma infra-estrutura capaz realmente de repetir o modelo exatamente do que ocorreu no Estado de Minas Gerais, pois naquela época existia exatamente o Porto de Tubarão e havia as minas de ferro da Vale do Rio Doce, que deram exatamente condições a que nascessem todas aquelas empresas como a CSN e outras indústrias nacionais.

Então acho que, sem dúvida, o problema agora é como conciliar, vamos dizer assim os investimentos. Só isso. Esse é o problema. Mas, sendo da iniciativa privada acho que a iniciativa privada é capaz de fazer essa avaliação, quer dizer, a força do mercado vai realmente dar essa decisão maior.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) — Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas perguntas bastante

objetivas dirigidas ao Presidente da Siderbrás, para que então, elas fossem respondidas todas em conjunto.

A primeira pergunta é sobre uma das empresas controladas por *holding*, a Aços Finos Piratini. Há uma canipanha hoje, em todo o País, em torno da questão da privatização de empresas estatais. A Aços Finos Piratini está incluída num projeto de privatização do Governo.

Pergunto a V. Sª, se a empresa é uma empresa saudável, se ela tem como empresa estatal condições de sobrevivência ou se realmente esse projeto de privatização é algo imprescindível e inadiável? Esta é a primeira pergunta. Não sei se o Sr. gostaria de responder, por parte, ou se...

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Gostaria de responder logo.

A Siderbrás tem uma orientação no sentido de fazer o seu programa de privatização. Nesse seu programa de privatização, que prefiro chamar de desestatização, porque nem sempre é de vender a empresa mas sim de uma modernização do capital ou coisa semelhante, estão contidas algumas prioridades.

A primeira prioridade é exatamente a transferência das empresas de não planos leves que foram exatamente a Cosin, a Usiba, Cofavi e Aços Piratini. Qual a razão dessa prioridade de transferir para a iniciativa privada? A razão dessa prioridade para a iniciativa privada, foi o seguinte: e que durante muitos anos essas empresas não receberam investimento para a sua atualização tecnológica. Paralelamente, as empresas privadas do mesmo ramo, se atualizaram tecnologicamente, se capacitaram gerencialmente e hoje elas realmente têm muito mais capacidade — eu diria, muito mais competência — do que o Estado em dirigir essas empresas. Essas empresas tanto a Cosin, Usiba, Cofavi e Piratini são deficitárias há mais de dez anos.

Então elas estão acumulando prejuízos há mais de dez anos. E uma das razões principais foi, sem dúvida, a falta de investimentos nessas empresas, para que elas se atualizassem tecnologicamente. Certo?

Então, achamos que essas empresas hoje podem ser transferidas para a iniciativa privada, trazendo muito mais resultados para a sociedade como um todo; porque, sem dúvida, elas passarão a dar maior número de emprego, maior lucratividade, melhor produtividade e melhores condições para os empregados assim como o crescimento na qual ela se situa.

Então essa é a prioridade, vamos dizer assim, a Siderbrás, na transferência. Hoje já desativamos a Cosin que era no Estado de São Paulo, Mogi das Cruzes, vendemos a Cofavi — transferimos o controle da Cofavi — agora em outubro devemos fazer um leilão para a Usiba e esperamos que este ano ou no começo do ano que vem possamos leiloar a Piratini. Essa é a programação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — V. Sª insistiu bastante no seu relatório a respeito da questão da política de preços, ou seja, da depreciação

do aço no Brasil, para servir a uma política global do Governo federal. A Aços Finos Piratini não teria sido vítima também dessa política de preços ou, e tão-somente, esta defasagem tecnológica?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Não. O problema do aço não-plano não pode ser assim examinado na mesma ótica do aço-plano. Normalmente, o preço do produto não-plano no Brasil, se compararmos com os preços internacionais, eles têm melhores condições internas do que externas.

Então, não podemos dar o mesmo enfoque que damos ao produto plano. No entanto, no caso da Piratini, ela com algum investimento passa a enobrecer substancialmente os seus produtos, podendo adquirir um preço muito mais alto do que o que atualmente ela tem. Quer dizer, é a questão de investimento tecnológico para enobrecer o seu produto, para conquistar um melhor nível de preços para seus produtos

O SR. JOSÉ FOGAÇA — A outra pergunta é a respeito de uma mensagem no seu relatório, quando aponta o fato de que a Siderbrás viu-se obrigada a encampar empresa cuja origem estava no setor privado. Quais são essas empresas e por quê?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — A Usiba era uma empresa privada, a Cofavi também era. Mas, por condições vamos dizer assim, difíceis também financeiramente, ela...

O SR. JOSÉ FOGAÇA — ... insolvência...

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — ... insolvência dessas empresas.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sobre a questão da política de preços, porque este é um dos pontos mais cruciais do seu relatório, que já apareceu, também, com insistência, numa exposição aqui feita pelo presidente da Petrobrás, ou seja, os preços dos serviços públicos e os preços públicos, em geral, estão sendo violentamente depreciados, de modo a servir a uma política global de controle da inflação.

Parece-me também que há uma grande pressão política, há um condicionamento político que leva a essa depreciação, ou seja, uma empresa na mão do Estado torna-se vulnerável a essa pressão. Houve um tempo em que eu era um adversário ferendo dessa transferência de empresas para o setor privado. Entretanto, gradativamente, fui verificando ser inevitável, quase que impossível vencer esse verdadeiro arcabouço de pressões políticas, pressões poderosas que vêm de interesses específicos de grupos privados, no sentido de se beneficiarem de preços subsidiados.

A conclusão a que se chega neste País é que não importa que governo tenhamos, seja um governo nacionalista, seja um governo não nacionalista, seja um governo estatizante, seja um governo não estatizante, seja um governo de esquerda, seja um governo de direita, seja um governo moderno, seja um governo atrasado, não me parece que isto dependa da natureza política da administração.

Tal é hoje o controle que setores privados têm sobre o Estado, ou seja, o Estado, hoje, é uma coisa tão privada que me parece — e esta é a conclusão a que estou chegando, depois de todos esses trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito — qualquer governo, seja ele de que natureza for, não terá condições para vencer essas pressões por uma subserviência do Estado aos interesses privados.

A trágica conclusão a que se chega é de que, talvez, a privatização acabe sendo a única maneira de impedir que o Estado seja objeto da sanha desses grupos. Ou, talvez, o País conseguir eleger um governo que venha a ter a suficiente força, a suficiente coragem, a suficiente capacidade de manter a estabilidade democrática do País para enfrentar essa questão. Agora, não estou vendo isso, ou seja, não me parece que isso seja possível.

Há coisas que surgem de forma mais gritante e que são dramáticas, são dolorosas, neste País. A Companhia Siderúrgica Nacional — CSN — foi palco de um tragédia, ainda no ano passado, com a morte de alguns operários. Tendo as informações que temos, vale dizer, vendo que a empresa está na situação em que está, em razão de fatores que são muito mais exógenos a ela do que propriamente pela sua atual situação, apesar da deficiência da sua estrutura de produção, como V. S.<sup>a</sup> aqui mostrou, mas, basicamente, porque o aço está submetido a uma política de preços deletéria em nosso País, acabamos vendo que monumentos são construídos a partir do nada, martírios são feitos a partir do nada. Ou seja, há operários, trabalhadores, líderes sindicais, pessoas lutando, morrendo por laranjas. Há um heroísmo inútil, que nasce, assim, do nada. Esta é a impressão que se tem. Porque a luta, hoje, talvez, desses operários fosse pela restauração do sistema como um todo através de uma política de preços compatível com a sua sobrevivência, muito mais do que uma questão localizada, uma questão específica ou particularizada na Companhia Siderúrgica Nacional.

Então, a questão que se coloca hoje é para mim bastante clara, bastante complexa, mas visível: se esta política global do Estado em relação às suas empresas estatais não se modificar, estaremos diante de um quadro dramático no País, nos próximos anos. Com a bancarrota da Petrobrás, com a bancarrota da Siderbrás, com a bancarrota da Eletrobrás e de outras empresas que são estrategicamente essenciais para o País.

Reporto-me, aqui, a uma passagem do seu relatório no qual fica claro, fica bem salientado o que estamos dizendo:

“O desenvolvimento da siderurgia estatal brasileira para o futuro terá, necessariamente, de passar por uma política de preços internos capaz de proporcionar cobertura dos custos.”

Esta simples mudança, esta fundamental mudança, evitaria as mortes, os heroísmos inúteis e os monumentos que, infelizmente, vemos que são construídos em cima do nada. Um monumento, hoje, deve ser erguido em

defesa do interesse coletivo, do interesse nacional.

Não vejo saída para o nosso parque industrial, estatal, no País, se não houver modificação rígida, fundamental, na remuneração desses ativos operacionais das empresas.

Se as empresas privadas, nesse setor, não conseguirem enfrentar a difícil situação, a crise que o País irá viver nos próximos anos — suponhamos que uma vez privatizadas amplas áreas do setor siderúrgico, elas não logrem obtenção dessa política de preços, a recessão econômica, as condições econômicas do País venham a determinar a crise, a insolvência e, às vezes, até o fechamento dessas empresas — estaríamos comprometendo o papel estratégico que a siderurgia tem no desenvolvimento do País. Ou isso, o comprometimento desse papel estratégico, ou, então, a formação de um oligopólio do setor siderúrgico que importaria preços. O que estaríamos assistindo, então, seria a transferência de setores fundamentais da economia para o setor privado, permitindo a manipulação e o controle de preços.

A pergunta que faço, então, a V. S.<sup>a</sup> é a seguinte: é possível que o sistema siderúrgico estatal venha a sobreviver com a continuação desta atual política?

A outra pergunta é: privatizado ou desestatizando o setor, ele conseguirá prover este papel estratégico da siderurgia no desenvolvimento nacional, ou poderemos ver comprometido este papel num futuro bastante próximo?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Eu começaria respondendo a sua primeira pergunta que diz respeito à sobrevivência da siderurgia, relacionada com essa política de preços que vem-se desenvolvendo nos últimos anos.

Tive a oportunidade de explicar — fui bem claro no meu relatório —, de dizer que realmente, hoje, um dos pontos fundamentais que levaram a siderurgia a esse patamar foi, sem dúvida, a política de preços. Ela não teve condições, capacidade de geração interna para exatamente saldar suas dívidas e fazer novos investimentos. Qualquer plano, vamos dizer assim, de expansão para o futuro em relação à siderurgia estatal, tal como é hoje, precisaria ter, pelo menos, um terço de sua geração interna na participação dos investimentos, para que ela pudesse, então, começar qualquer plano de expansão. Com esse nível de preços é impossível.

Agora, não quero dizer para V. S.<sup>a</sup> que as usinas siderúrgicas estatais brasileiras, todas, sejam uma perfeição. Temos algumas usinas com problemas estruturais. Já tive oportunidade de dizer aqui que não é só a CSN; a Cosipa tem também problemas estruturais. Como falei, além do problema de preço, a CSN tem um problema estrutural que precisa ser considerado; já tive oportunidade de mencionar.

A Cosipa é uma empresa colocada no mercado mais sofisticado do Brasil e a sua linha de produção deveria ser a mais sofisticada para atender exatamente às necessidades do

parque manufatureiro daquela região, no entanto, não é. Então, ela tem que ser adequada, a sua linha produção tem que ser adequada exatamente àquele mercado de São Paulo e precisa, então, fazer novos investimentos.

Do outro lado também, V. Ex.<sup>a</sup> viu, eu tive a oportunidade de mostrar aqui, a produtividade da mão-de-obra brasileira é muito baixa; ela é a metade da produtividade de outros países. E há um tendência muito agressiva, dos Estados Unidos principalmente, de reduzir essa produtividade cada vez mais, com a implantação de novas tecnologias, e isso vai ocorrer nos próximos 3 anos. Hoje, nos Estados Unidos, você tem uma produtividade de mais ou menos 6 toneladas homem/hora por tonelada, que possivelmente deverá passar com novas tecnologias que eles vão implantar, já começando este ano, a metade disso aí. Então, é um dos pontos também que precisam de uma consideração muito grande. Com as regulamentações que hoje a estatal tem, com a política de preços que nós temos, a geração interna, realmente nós não podemos ter o progresso que o Brasil precisa ter, inclusive espaço para participar internacionalmente, a siderurgia brasileira tem.

No meu entender, deve-se exatamente procurar, numa primeira etapa, desregulamentar a siderurgia, no sentido de dar mais autonomia gerencial a esse pessoal, para que ele possa dar uma gestão às empresas mais adequadas, com uma política de preço mais adequada. Quando falei aqui que uma das oportunidades que nós tínhamos era quebrar o monopólio do Estado em relação aos produtos planos, é porque isso criaria uma pressão nova. Hoje, por exemplo, a estatal de planos não pode ter uma comercialização por distribuição, enquanto a privada tem. Então, nós estamos criando uma atividade paralela de distribuição de aços planos que, nessas épocas de controle de preços, se torna extremamente forte, pressionando então o preço do produto plano para baixo, certo? A medida em que o Plano se divide em setor siderúrgico estatal e setor siderúrgico privado, é possível se criar também uma condição tal que as empresas estatais possam ter também uma prática de comercialização por distribuição, podendo também elevar o seu preço médio. Pelo menos essa vantagem, vejo outras como o aporte de recursos, mas no mínimo essa vantagem eu vejo na participação privada do setor siderúrgico estatal.

Não sei se respondi a todas as indagações dos Srs. Senadores.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pela ordem. Só para me desculpar. Nós temos um trabalho da Comissão de Economia como relator. Então, infelizmente, não posso ouvir o restante dos debates, me desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornéllas) — Tem a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, a pergunta principal que eu iria fazer, o Senador Jarbas

Passarinho a fez. Mas eu gostaria de aproveitar aqui a presença do Dr. Mário Bhering, lamento inicialmente não tido oportunidade de assistir à exposição que S. Ex.<sup>a</sup> fez, mas, conversando certa feita com um dos dirigentes da Eletrobrás, ele declarou aqui no Senado que o setor energético tinha um problema muito sério. Em números redondos e fictícios, poderia dizer que precisava de 3 bilhões de dólares para investimentos, tinha uma receita de 3 bilhões de dólares e tinha que pagar juros da dívida externa de 3 bilhões de dólares. Então, matematicamente, ficava difícil, fazer um planejamento adequado para o desenvolvimento do setor energético. Eu tenho dito sempre, sem favor nenhum, que na área de energia, principalmente de energia elétrica, nós temos profissionais da mais alta competência do Brasil, e V. S.<sup>a</sup> é um exemplo disso.

Eu perguntaria a V. S.<sup>a</sup>, já que nós temos no setor pessoal da mais alta competência não apenas de ordem técnica e profissional, mas também da área econômica, do sistema da Eletrobrás, deveríamos ter uma programação para o endividamento e com a projeção para o futuro das possibilidades que o setor teria de se desenvolver, pagando aqueles financiamentos. Não teria havido, durante um determinado momento, uma preocupação de buscar recursos a qualquer custo para o desenvolvimento do País como um todo, e não apenas da área do setor energético? E antecipado compras que poderiam ser feitas em épocas diferentes, e contratos que obrigavam a empresa a adquirir produtos, dos quais não precisaria naquele instante? Tem um exemplo, não da área da Eletrobrás, mas do setor energético, de empresa que comprou turbinas que até hoje não precisou usar. Ou teria havido, portanto, uma pressão para que a Eletrobrás tomasse esses recursos, sem a necessidade premente daquele instante? E quais as razões que levam também a Eletrobrás a ter que pagar juros tão altos, sem poder fazer, dentro de uma projeção, que deve ter sido feita na época, amortização desse capital? Qual a razão que levou a Eletrobrás a ficar na situação em que se encontra hoje, com as dificuldades que tem para poder fazer uma política energética que evite os problemas que estão aí à vista de todos nós? Será que V. S.<sup>a</sup> poderia me dar uma resposta sobre esse assunto?

O SR. MÁRIO PENNA BHERING — Pois não, Senador.

O Senador é um estudioso dos assuntos de energia e tem tido uma atuação extremamente positiva em alguns dos seus pronunciamentos e relatórios. Tem acompanhado esse nosso drama angustiante, de procurar manter uma expansão de um setor vital, enfrentando uma situação difícil, que resulta da depressão dos preços, que é geral, a Siderbrás e a Petrobrás têm o mesmo problema, aliada a um endividamento muito grande.

Pelo que eu pude apurar depois que voltei à Eletrobrás, o que ocorreu Senador, foi que houve um período de uns 5 anos, no fim da

década de 70, início da década de 80, em que se tomaram muitos recursos para investimento. Esses recursos foram tomados de entidades privadas; eram operações financeiras e inicialmente a juros mais baixos, mas com juros variáveis. Esse dinheiro foi utilizado dentro do setor para várias obras: Itaparica, Tucuruí principalmente, Itaipu também. Depois, quando os juros chegaram a 19%, 20%, o Brasil passou a tomar empréstimos para pagar a dívida contraída. Então, houve um período em que realmente nossa dívida foi crescendo, mas, vamos dizer, com pouco reflexo de novos investimentos. No período em que se tomaram muitos recursos, pressionado, imagino, pela situação cambial existente, considerando o que o setor elétrico tinha uma série de projetos, ele é um setor que geralmente tem uma lista de obras, como nós temos hoje, para ser feita para os próximos 10 anos, muitos desses projetos foram negociados com contrapartidas em recursos livres, que foram utilizados, a parte de dólar, a parte externa pelo Governo, para as suas necessidades cambiais. E ocorreram algumas dessas compras antecipadas. Esses equipamentos no setor da Eletrobrás estão sendo hoje montados. Porém, alguns deles estão longe de serem montados como é o caso da Usina de Xingó, conforme sabe o nobre Senador, em que as máquinas foram compradas muito antes da época em que as necessitávamos. O mesmo se deu com o caso da Nuclebrás, mas isso nada tem a ver com o problema da Eletrobrás propriamente dito, nem com algumas empresas estaduais, principalmente a Chesep. Isso agravou a situação daí para a frente, a dívida subiu muito e não fora o Governo estar fazendo exatamente o que faz hoje com a Siderbrás, tomando parte dessa dívida, sob forma de avisos, paga pelo Banco do Brasil, em que nós ficamos devendo à União, via Banco do Brasil, que tem usado esse débito para capitalizar a Eletrobrás e também a Siderbrás. Não fora isso, a situação seria muito mais séria, mas ainda temos uma dívida com os bancos do exterior, o grupo Eletrobrás, muito alta, da ordem de sete a oito bilhões de dólares. Hoje, é uma equação inviável, conforme disse o Senador sobre a declaração do Diretor Financeiro da Eletrobrás à época. Ao pagar os juros com a tarifa depreciada, não restam recursos para investir e mal estamos conseguindo equilibrar a parte operativa. Em quarenta anos de setor elétrico, nunca vi uma situação tão séria como essa. Qual é a consequência de tudo isso? É que vamos atrasando todos os cronogramas de obras. Existem obras da mais absoluta urgência, a de Xingó é uma delas; Manso, no Mato Grosso, é outra, que vamos adicionando meses e meses. Existe um cálculo de probabilidade para frente que diz: "Considerando a probabilidade do crescimento do mercado ser esse, da vazão dos rios, principalmente do São Francisco, no Nordeste, vir a ser esse, o risco de déficit, medido por um coeficiente, vai aumentando de cinco para seis, para sete, para oito. Daqui a pouco, chega-se a um risco de déficit que é quase uma certeza de racionamento.

Temos tido reuniões sucessivas com os Ministros da área econômica, mostrando essa situação. Acredito que S. Ex.<sup>a</sup> entenda a sua gravidade, mas a resposta que nos dão é no sentido de que com essa pressão da inflação querendo disparar não tem como corrigir isso a curto prazo. Trata-se de algo que vem acumulando-se há vários anos e que começou a piorar neste Governo, principalmente do Plano Bresser para cá. Estamos hoje numa situação delicada. O Senador Jose Fogaça fez um raciocínio, ou seja, de que o próprio Estado ao controlar as estatais o faz de maneira rígida por razões macro que está conduzindo essas estatais à inviabilidade. O País e todos nós perguntamos qual é a solução? Vão privatizar tudo? Sabemos que não existe capital para privatizar um setor elétrico que tem nos livros o valor de trinta, quarenta bilhões de dólares. Nem existem recursos da iniciativa privada para sair fazendo usinas, agregando três a quatro milhões de kilowatts por ano que é o que precisamos. Logo, não há outra solução no momento senão a de recuperar o valor da nossa tarifa que caiu de seis centavos para próximo de 3,8 no momento, esta com uma defasagem enorme e, em seguida, tomar essa dívida contraída há oito, ou nove anos e repassá-la para as estatais. Muitas vezes, o Governo renegocia dívidas, mas não passa toda a vantagem para a empresa, permanecendo no macro. O próximo Presidente com a colaboração das duas Casas do Congresso Nacional terá que ter uma atitude drástica, caso contrário será um período governamental que vai terminar em um racionamento de energia seriíssimo pelos anos de 1993, 1994. Se não construirmos a Usina de Xingó, não teremos alternativa para a difícil.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Fico satisfeito em ter provocado essa manifestação no Dr. Mário Penna Bhering. Quanto ao problema da energia nuclear, poder-se-ia tratar aqui mas o Senador Jarbas Passarinho já fez uma abordagem a respeito do assunto.

No caso da Siderbrás, pediria apenas duas informações. A primeira concerne à Usina Maranhão. V. S.<sup>a</sup> fez uma afirmação que me deixou satisfeito exclusivamente sobre a iniciativa privada. É fato isso? Entendi-a corretamente?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — A informação que temos é que é uma usina de iniciativa privada, com apoio tecnológico e engenharia, do grupo Siderbrás e com a participação discreta em capital, que poderia ser aportado em consequência de todo o suprimento dessa engenharia que o grupo Siderbrás vai dar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então as informações que os jornais de ontem e de hoje deram no sentido de que os recursos das privatizações serão alocados para a Usina Maranhão não têm fundamento.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Como, Ex.<sup>a</sup>?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Os jornais de ontem e de hoje publicaram que os recur-

sos provenientes da privatização dessas empresas, conforme quer fazer o Governo Federal, seriam alocados para a Usina Maranhão. Essa notícia não tem fundamento?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Não recebi ainda nenhuma informação a respeito desse assunto.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Como exemplo, V. Ex.<sup>a</sup> falou que em dezembro deveríamos ter o leilão da Usiba. Há, por acaso, um levantamento de custos e valores mínimos a serem obtidos nesse leilão? Existe uma previsão a respeito disso? Faço a pergunta, porque existem exemplos de leilões em que a União aplicou numa determinada empresa — vou dar números fictícios, porque não me recordo dos exatos — cerca de trezentos e cinquenta milhões de dólares e vendeu no leilão por dezessete milhões de dólares, financiado com recursos do próprio banco. Como será feita essa privatização? Esse leilão? Qual é o custo da Usiba previsto pela Siderbrás?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Existe um procedimento estabelecido pelo Conselho de Privatização que é aplicado ao programa de privatização.

No caso da Cosim, tentamos duas vezes o processo de privatização via leilão. Inicialmente, é contratada uma empresa para licitação nacional para fazer avaliação da empresa. Depois disso, paralelamente, fazemos uma avaliação operacional e juntam-se esses dois documentos para serem discutidos e dar uma avaliação da empresa. Há também um agente privatizador — temos utilizado o BNDES para ser o agente privatizador nessas operações. No caso da Cofavi, fizemos duas tentativas: primeiro, uma avaliação, através de uma empresa, também por concorrência, a Apraz, que fez a avaliação da empresa, entrando de entendimento com a Siderbrás e com o BNDES, foi uma avaliação satisfatória e levou-se ao leilão. Nessa avaliação não apareceu nenhum comprador. Fizemos uma segunda tentativa, uma concorrência nacional para uma empresa de avaliação, a Máxima, juntamente com o agente privatizador BNDES, e que se estabeleceram os novos níveis do valor econômico da empresa e foi levada a leilão no qual compareceram sete interessados, mas apenas um deu o lance mínimo que estava dentro das condições previstas. O mesmo sistema será adotado para a Usiba, ou seja, será feita uma avaliação através de uma empresa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Qual o valor da avaliação? Se o leilão será em dezembro, a avaliação já deve ter sido feita.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — A Usiba está em curso de avaliação pela empresa L.L. que ganhou concorrência.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Conforme disse o Deputado Luiz Salomão, hoje cedo, uma das nossas preocupações é que venhamos a vender essas empresas por um custo muito inferior às despesas feitas pela própria União e ainda com recursos da própria União. Esse tipo de privatização, realmente, é muito

benéfico para quem vai comprar, porque não aplicar seus próprios recursos, comprar por um preço bem inferior ao preço real e depois ficar como dono da empresa, é um bom negócio.

Dá eu ter feito um projeto, já aprovado pelo Senado, onde cada caso de privatização deveria ser remetido isoladamente para o exame do Congresso Nacional. Infelizmente, o projeto não teve andamento na Câmara, está parado. Nesses casos, deveríamos ter todas essas informações para darmos nossa aprovação, porque estamos sendo levados a avaliar uma medida da qual não temos conhecimento, estamos dando um cheque em branco, dentro do entendimento do próprio Congresso que é necessária a privatização mas, deveríamos ter conhecimento de cada caso, especificamente, para podermos saber o que estamos aprovando.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Seria muito confortável para nós que houvesse esse entendimento entre o Congresso e o Executivo, porque seguimos a orientação estabelecida pelo Executivo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Estou recebendo um bilhete que diz: "Quando da avaliação da Cofavi, da primeira tentativa..."

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — V. Ex.<sup>a</sup> poderia, por favor, dar informações sobre a Cofavi?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Na primeira e na segunda tentativa.

O SR. PEDRO A. B. DE CARVALHO — Na segunda tentativa a Cofavi foi avaliada por um critério normal, internacionalmente aceito de cálculo do valor presente do fluxo de caixa. Num negócio desse tipo, de venda de empresa, não se verifica, tão-somente, o valor do patrimônio líquido ou, efetivamente, tudo aquilo que se colocou ao longo dos anos na empresa. No caso da Usiba, particularmente, apenas para exemplificar, foi uma empresa que acumulou prejuízos ao longo de dez anos e esses prejuízos precisam ser cobertos com recursos do Tesouro.

No caso da Cofavi a avaliação foi feita nesse critério de valor presente do fluxo de caixa, que obviamente traduz o valor do ativo da empresa como um todo, num total de setenta milhões de dólares. Desse setenta milhões de dólares quem compra a empresa compra também os passivos. Havia um passivo ao redor de trinta e cinco milhões de dólares de dívida da empresa Cofavi para com o BNDES, basicamente, mas um saldozinho de operação 63; havia um furo de caixa constatado na oportunidade, no final da avaliação, de quinze milhões de dólares e, ainda, a necessidade de um capital de giro de mais nove milhões e trezentos ou quatrocentos mil dólares, ou seja, aproximadamente, dez milhões de dólares.

Por isso a venda do controle acionário, a venda feita pela Siderbrás da Cofavi, traduziu um total de cerca de dez milhões de dólares; o total do valor econômico menos os passivos que eram compromissos transferidos ao novo

comprador. Esse valor, realmente, traduz aquilo que é o retorno do capital investido. Uma empresa privada que esteja interessada em aplicar o seu capital, em investir, só o fará no momento que aquele capital lhe dê uma razoável segurança de um retorno também razoável do seu investimento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — E no caso da primeira tentativa, qual foi o preço?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — No caso da primeira tentativa, posso dizer o valor; na oportunidade, foi de cerca de setenta e seis milhões de dólares o valor calculado, só que esses valores não são comparáveis. É importante lembrar que nessa primeira tentativa, de setembro do ano passado, a empresa tinha recebido recursos de saneamento por parte do próprio BNDESPAR, entretanto, uma série de fatos ocorreram, principalmente, a partir de uma greve em agosto de 1988, que gerou um furo inicial de caixa da ordem de quatro milhões de dólares, dos quais a Siderbrás não tinha condições orçamentárias para cobrir. Exatamente naquele período em que os custos financeiros começaram a crescer de forma estripiada no mercado. Quer dizer, a empresa teve que buscar esses quatro milhões de dólares no mercado, a curto prazo, nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e até junho e julho, quando houve a privatização.

Adicionalmente, o valor da empresa se deteriorou rapidamente, não só por esse motivo mas, também, pelo fato de que no mercado interno metade da produção da empresa era vendida para o mercado interno e a quase totalidade das vendas do mercado interno eram destinadas, exatamente, às obras de transmissão da Eletrobrás.

Com a crise da Eletrobrás, com a sustação dos investimentos da mesma com seus fornecedores etc., as vendas da Cofavi, que eram para o mercado interno e atingiam cerca de 12, 13 até 15 mil toneladas/mês de aço, houve meses em que a Cofavi chegou a vender para o mercado interno mil e quinhentos a duas mil toneladas.

Esses fatos somados levaram a essa deterioração rápida, acelerada portanto, do valor econômico da empresa. Se não tivéssemos vendido a Cofavi nesse leilão do dia 12 de julho, não teríamos outra alternativa, senão solicitar à Presidência, à Diretoria da Siderbrás e ao Ministério a liquidação da empresa, pura e simplesmente o fechamento da empresa, porque ela iria exigir pelos cálculos da empresa de consultoria, no mínimo, cinquenta milhões de dólares nos próximos três anos o que seria desembolso adicional da sociedade para manter a empresa em um estado ainda de penúria, que não poderia atualizar-se tecnologicamente, para enfrentar a concorrência privada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex.<sup>a</sup> poderia me informar, tomando ainda por base esse exemplo, qual o capital próprio da empresa aplicado para compra? Qual o financiamento?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — O valor de venda, de acordo com os critérios estabelecidos e publicados em edital, o vencedor do leilão paga a vista 30% do valor de venda e obtém um financiamento de 70%.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Bom negócio! Sr. Presidente, fico por aqui e satisfeito. Tenho muitas informações que acho o Sr. Relator poderá aproveitar.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Com a palavra o Deputado Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI — Gostaria de dirigir as minhas indagações ao Presidente da Siderbrás. Li o seu relatório a esta Comissão, mas não encontrei ali, expresso, qual o valor da dívida externa, do setor siderúrgico, atual.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Na figura 14, V. Ex<sup>a</sup> tem: "Evolução do Endividamento consolidado do Sistema Siderbrás, um endividamento total de quatorze bilhões, setenta e sete milhões de dólares" em 1979, e o endividamento externo de quatro bilhões e seiscentos e sete milhões de dólares.

O SR. GASTONE RIGHI — Então, atualizada a dívida hoje é de...

O SR. PEDRO A. B. DE CARVALHO — Quatro bilhões e seiscentos.

O SR. GASTONE RIGHI — Começou as minhas indagações. Não tinha esse quadro porque não detinha a informação.

Ao longo da sua exposição V. S<sup>a</sup> cita escândalos várias razões que levam ou levaram o setor siderúrgico a essa posição difícil de hoje. A maior parte dessas razões repousariam em fatos pretéritos de razões passadas. Uma delas, com muita insistência é da baixa produtividade da mão-de-obra, outra os altos custos financeiros.

No entanto, não vislumbro na sua exposição uma causa que me parece manifesta. O setor siderúrgico exporta dois bilhões de dólares anuais, produz cerca de cinco bilhões de dólares. Isso significa que a sua exportação correspondente a mais ou menos 40%.

Principalmente nos últimos cinco anos acentou-se um irrealismo cambial. O Governo, fraudando a realidade econômica nacional, a situação financeira impõe um câmbio fictício. Temos o câmbio paralelo e o fictício. Esse paralelo já atingiu 150% ou mais, se situa aí numa média de cinco anos em 70%.

Isto equivale dizer que 2 bilhões de dólares exportados pelo setor siderúrgico sofrem uma defasagem real de 70% ou seja, as siderúrgicas exportam e recebem a dólar de 2,60, quando o seu valor real é de 4,70. Isto evidentemente é uma defasagem. O que entra nos cofres da siderúrgica que exporta não são os dólares, os dólares entram nos cofres do Banco Central e o Banco Central dá às siderúrgicas o correspondente ao câmbio oficial, nisso as siderúrgicas estão perdendo cerca de 70%, na média e hoje em dia, daquilo que exportam.

Esta primeira constatação ao verificar que V. S<sup>a</sup> não faz referência em sua exposição ao

fato é que me surpreende porque essa teria que ser a primeira denúncia.

Nossas siderúrgicas exportadoras concorrem com as siderúrgicas dos demais países desenvolvidos com uma perda de 70% do valor real; e o que é mais grave, essa situação fictícia cambial. Para os exportadores comuns eles têm defesa, porque eles subfaturam e vão buscar os dólares no paralelo, lá fora, e outra vez externam esses dólares pelo câmbio paralelo aqui dentro. Portanto, se defendem, ou quando importam fazem operação inversa superfaturando e, portanto, remetendo dólares ao câmbio oficial com esse mesmo lucro de 70%.

Mas, as empresas estatais, suponho, não podem usar dos mesmos mecanismos que acabam fazendo com que o País perca substância.

Ora, uma exportação de 2 bilhões de dólares e um prejuízo de 70% nisso, é de entender que em cerca de 3 ou 4 anos o setor siderúrgico teria pago a sua dívida externa se houvesse a verdade cambial.

Surpreendeu-me, portanto que isso não fosse apontado; e, mais me surpreende também que seus custos financeiros se referiam apenas a dívida externa. Ora, nós temos uma autêntica ciranda financeira implantada no País com juros de exportação, juros onzenários ao nível de 35%, 40% ao mês ou mais, e estes juros devem estar também subjulgando as nossas siderúrgicas e se não impõem a elas um custo mais elevado por ouro lado, lhes impõem a impossibilidade de poderem se valer de empréstimos bancários internos dado a alta de juros que torna não factível uma operação em condições de normalidade para um setor que tem os seus preços sob controle.

Eu desejaria confirmar se esta omissão de V. S<sup>a</sup> foi intencional ou se estaria subentendido no seu arrazoado que eu, talvez lendo com alguma superficialidade, não tenha percebido a sua intenção subjacente.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Me perdoo se não fui claro na minha exposição.

Quando expliquei que a dívida externa da Siderbrás não está baseada na alta produtividade do sistema, pelo contrário, ela tem uma alta eficiência que compete internacionalmente. Os custos dos produtos Siderúrgicos do sistema da Siderbrás hoje são dos mais baixos, conforme tive a ocasião de mostrar aí.

A origem da dívida externa da Siderbrás, como tentei explicar, se deu em duas origens: aquela que na estruturação dos recursos financeiros dos projetos não ocorreram como originalmente foi estabelecido e os aportes de capital previsto pelo governo não foram realizados e, então, tivemos que buscar recursos lá fora para suprir essas necessidades; e isso com o adicional de atrasos de obra por falta de recursos, então, o somatório disso é que ocasionou esse exagero da dívida externa dos projetos.

Esses os dois aspectos fundamentais da dívida externa.

O SR. GASTONE RIGHI — Mas, a minha pergunta não foi essa, a minha pergunta foi referente ao artificialismo cambial.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Vou chegar lá. Eu queria explicar primeiro a origem da dívida externa.

Em segundo lugar, em relação à dívida total do sistema, o que tem deteriorado exageradamente o sistema Siderbrás não é a exportação, pelo contrário, é o preço interno do produto.

Hoje, se o preço de exportação nos dá uma vantagem de 30 a 35% em relação ao preço interno. Hoje é melhor exportar, mesmo com essas considerações que V. Ex<sup>a</sup> fez, do que vender no mercado interno.

O SR. GASTONE RIGHI — O problema dos juros internos, e se V. S<sup>a</sup> confirma a perda dos 70% a possibilidade de maior competitividade...

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Os juros internos são a conseqüência da deficiência de caixa, do fluxo de caixa, estamos com um capital de giro muito baixo, exatamente pela deteriorização dos preços internos, os preços internos foram comprimidos durante 10 anos, as empresas ficaram em situação difícil e algumas delas têm buscado realmente recursos para capital de giro com o custo alto, mas isso não é o normal. Normalmente não vamos ao mercado para buscar recursos para o capital de giro, não deveríamos buscar, não fosse esse problema que estamos passando momentaneamente, principalmente algumas das empresas.

O SR. GASTONE RIGHI — Bom, Sr. Presidente, eu não fiquei satisfeito com as respostas. Eu penso no entanto que talvez seja um problema de deficiência de comunicação.

Mas, passo à segunda parte das minhas indagações.

Se alguém está exportando, ainda que V. S<sup>a</sup> diga: não, mais é suficiente. Tudo bem. Mas, se está perdendo 70% do valor real, podendo com esses 70% suprir ou pagar a sua dívida externa, é claro que aí tem uma causa inextricável de deterioração da situação econômica.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — V. Ex<sup>a</sup> diz eu teria que receber pelo paralelo?

O SR. GASTONE RIGHI — Não, pelo paralelo mas pelo câmbio real, deveria haver um câmbio real.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Mas, temos impedimentos legais e eu não poderia adotar isso.

O SR. GASTONE RIGHI — Nós estamos ouvindo um técnico — claro, pode não depender de V. S<sup>a</sup> — um administrador da coisa pública. Nós queremos aurir dele informações que possam orientar até no sentido de fixar uma política econômica que dê viabilidade ao sistema econômico.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — A nossa preocupação está concentrada no mercado doméstico, no preço do mercado



doméstico, porque o de lá de fora remunera muito melhor do que o do mercado doméstico.

O SR. GASTONE RIGHI — V. S<sup>a</sup> se referiu muito a falta de produtividade da nossa mão-de-obra em vários pontos e até na sua dissecação.

Não seria mais lógico que V. S<sup>a</sup> se referisse a falta de automação, de mecanização e modernização de nossas usinas como responsáveis por essa baixa produtividade? Mais ainda. Quando se fez apropriação desta maior ou menor produtividade se levou em conta a massa salarial que se paga ou apenas as horas de trabalho?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Nós consideramos só a produtividade.

O SR. GASTONE RIGHI — Sim, em relação a horas de trabalho, não a valor de salários?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Homens/hora por toneladas de aço.

O SR. GASTONE RIGHI — Homens/hora, muito bem. Isso me leva a uma consideração, não sei se V. S<sup>a</sup> me acompanha no raciocínio, que a grande causa da falta de produtividade de mão-de-obra no Brasil é a ausência da automação, mecanização, modernização das nossas usinas, até usinas modernas como a COSIPA ainda se carregam caminhões a mão; deixam-se peças de aço expostas, sem ter onde abrigá-las e acabam virando sucata. Evidentemente, tudo isso acaba concorrendo para uma baixa produtividade, muito mais do que a efetiva baixa produtividade da mão-de-obra. Mas, considerar a produtividade em relação a mão-de-obra apenas pelas horas de trabalho não me parece o método mais correto tem que ser levado em conta também o nível salarial que paga, quer dizer, em termos do custo do produto quanto ali está inserido.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Não me referi a custo de mão-de-obra, mas apenas a produtividade.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que novos investimentos poderiam melhorar a produtividade, sem dúvida nenhuma. Mas, num País como o nosso...

O SR. GASTONE RIGHI — Mas é que a insistência de se falar em baixa produtividade de mão-de-obra acaba carregando à classe trabalhadora uma responsabilidade que realmente não tem, seja nas operações dos portos, seja nas operações das usinas, o que está faltando, às vezes, é uma melhor administração, é até o nível de maior seriedade administrativa, nível de modernidade, de mecanização, e até o baixo salário muito mais responsável por essa falta de fungibilidade do que realmente a eficiência, eu diria, da classe trabalhadora e de mão-de-obra.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Eu não fiz uma crítica. Eu constatei um fato do que é preciso a Siderbrás ter em mente, se ela quer continuar participando do mercado internacional de aço. Fiz uma constatação, não uma crítica.

O SR. GASTONE RIGHI — Sim, mas a constatação visa completá-la...

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Mas que é muito preocupante.

O SR. GASTONE RIGHI — Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Salomão.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — Sr. Presidente, Srs. convidados, Srs. membros da comissão, na última sessão, em que aqui estive com os presidentes da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce, tivemos oportunidade de verificar que aquelas não eram empresas problema para a dívida externa, e sim soluções para a questão da dívida externa. Hoje, temos dois grupos de empresas, dois sistemas, como modernamente se chama, que realmente têm sido tachados de vilões da dívida externa, porque são os setores produtivos estatais que carregam os maiores débitos consolidados. Nesse particular, há uma reportagem no *Jornal do Brasil* de ontem, para a qual eu pediria a confirmação do Presidente Mário Bhering, porque ele se referiu aqui exclusivamente às dívidas da Eletrobrás, deixando de fora, como esclareceu, a Nuclebrás, que foi herdada, Itaipu, que não estava dentro desse valor de oito bilhões de dólares, mas sobretudo a dívida das empresas estaduais. Nessa reportagem, o total do setor elétrico é apontado em 30 bilhões de dólares, que é mais ou menos o número que estou acostumado a ouvir em outros pronunciamentos, inclusive de V. S<sup>a</sup>, em Comissões da Câmara em outras oportunidades.

A Siderbrás, por força de um processo de pagamento compulsório, à custa de muito sacrifício, reduziu o seu endividamento para 4,6 bilhões de dólares. Porém, foi dito aqui pelo Presidente Moacélio — e isso também consta de outros trabalhos sobre os quais tive oportunidade de me pronunciar — sobre o que representaram as transferências de renda do setor siderúrgico para o setor privado. O número dele é de 18 bilhões de dólares. O Dr. Sebastião Soares, do BNDES, em documento publicado pelo Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro, chega ao número de 12 bilhões de dólares. Enfim, é possível estimar isso com maior ou menor precisão.

Mas creio que essa sessão nos serviu, Sr. Presidente e Srs. membros da Comissão, para duas outras interpretações daquilo que aqui foi dito pelos ex-Ministros Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, que talvez tenham sido aqueles contemporâneos da fase de mais acelerado endividamento do País. Eles justificaram o endividamento com base em dois ou três argumentos: primeiro e o segundo choque do petróleo; segundo, a elevação dos preços das commodities que o Brasil importava, que aconteceu em simultâneo com o choque do petróleo, enfim, toda a questão da compensação da balança comercial e os programas de substituição de importações e de expansão da produção de energia.

Ora, essa argumentação é naturalmente uma meia verdade. Na sessão de hoje, o Senador Jarbas Passarinho, sem negar essas pseudocausas fundamentais, reforçou, ou pelo menos abriu uma outra perspectiva, que foi o que ele chama de erro de política tarifária e de fixação de preços públicos, referindo-se naturalmente à política de preços aplicada à siderurgia há mais de dez anos, a partir da gestão de Delfim Netto, e da política de tarifas de energia elétrica, que tem um prazo, que não começou tão longe, mas foi talvez mais intenso num passado recente.

Quero aproveitar esta reunião para, utilizando os argumentos desses dois ilustres poetas desta manhã, colocar o dedo na ferida na questão dessa transferência de renda, que mostra que os verdadeiros titulares da dívida externa contabilizada nos livros da Eletrobrás, das suas subsidiárias, das empresas do grupo Siderbrás, na verdade os titulares são os setores que se beneficiaram desses subsídios. É a indústria de bens de capital, no caso da Siderbrás, é a indústria naval, é a indústria automobilística, é a indústria de bens de consumo durável, que compram chapas de aço da CSN, da Usiminas, da Cosipa, a preços vis, a preços inferiores ao do aço não plano, o que é um verdadeiro escândalo. O que se fez com as empresas estatais do aço não plano é essa barbaridade, que não tem nenhuma justificativa econômica. Vejam, Srs. membros da Comissão, o aço não plano, o ferro da construção demanda instalações de muito menor densidade de capital. As suas laminações e seus fornos são equipamentos muito menos pesados, muito menos caros em termos de investimento, de ônus, de encargos de capital, do que uma grande siderúrgica de aço plano, que tem linhas de laminação brutalmente caras, que têm todos os altos-fornos também de investimentos altamente elevados. Não obstante isso, o preço da bobina quente, que é o produto mais barato da siderurgia de aços planos, é inferior ao do ferro de construção, que deveria custar muito menos que a bobina quente. Isso revela que, na verdade, houve uma política deliberada, porque não é possível que o Governo, essas autoridades econômicas que estiveram administrando preços, fossem cegas ao ponto de não observarem as necessidades da siderurgia estatal e fossem razoavelmente benevolentes com a siderurgia de aços não planos, que é uma siderurgia privada. Isso serve para ilustrar que o Grupo Siderbrás como o Grupo Eletrobrás, na verdade sub-rogaram uma dívida que não lhes pertence. Essa dívida não beneficiou o setor, porque esse setor, na verdade, transferiu renda de uma maneira brutal. O caso do grupo Eletrobrás, temos que nos recordar das verdadeiras sandices que foram aqui praticadas no subsídio das tarifas de energia elétrica, seja para a produção de alumínio, seja para a eletrotermia, seja para a indústria química e eletroquímica, que se beneficiaram brutalmente desses subsídios embutidos nos preços e nas tarifas públicas.

Todos nós compreendemos que um setor que está em expansão ou que necessita ex-

pandir-se, para não jugular o desenvolvimento nacional, tem várias alternativas de financiar essa expansão seja através da geração interna de recursos, quer dizer, o lucro das empresas, a sua depreciação, que era a praxe natural de qualquer projeto seguramente desenvolvido, e o financiamento externo, porque quem está bancando a geração interna de recursos para financiar a expansão é o consumidor do presente. Quem vai arcar com os ônus da parcela dos investimentos financiada por terceiros pelos bancos, são os consumidores do futuro. O que tínhamos era uma tentativa de dividir isso de uma maneira mais ou menos equânime, mas na medida em que essas empresas tiveram gerações de recursos negativas, tinham deficiências de recursos e tomaram financiamento não apenas para financiar os seus projetos de investimento, mas também para tapar os seus déficits, para tapar os seus buracos de caixa, para financiar esse subsídio, o que na verdade tivemos foi uma nítida transferência, em que essas empresas serviram apenas como veículos de passagem. De modo que me parece que uma das conclusões que esta Comissão não poderá deixar de chegar, em relação ao endividamento das empresas estatais nesses setores, é de que, na verdade, ele se deu em função dos subsídios transferidos para o setor privado, no qual há uma presença importante das multinacionais, sobretudo na indústria de bens de consumo durável e também na indústria naval e na de bens de capital.

Outro aspecto que também ficou evidenciado nesta sessão, ainda que não a partir dos depoimentos, mas sim dos questionamentos dos Senadores Jarbas Passarinho e Jutahy Magalhães, é com respeito ao aventurismo das políticas governamentais, do qual se destaca o programa nuclear, mas que, evidentemente, se fez acompanhar de várias negociações. Toda essa compra antecipada de equipamentos foi denunciada pelos técnicos do setor, e, por acaso, como sou oriundo do setor elétrico, cansei de ser informado sobre essas práticas de compras antecipadas de equipamento. O que é mais grave é que essa política absolutamente predatória do setor público continua sendo praticada, continua sendo estendida, inclusive agora, ao sistema Petrobrás, como tivemos oportunidade de assistir na semana passada no depoimento do Sr. Presidente Carlos AntAnna.

Sr. Presidente, penso que esses dois depoimentos serviram para evidenciar e oficializar esse aspecto clamoroso da dívida externa brasileira, na medida em que ela se deu através disto que temos chamado de perdas internacionais ou de sangrias do setor público em favor de determinados grupos econômicos do nosso País.

Isso me suscita uma série de questões dirigidas ao Presidente Mário Bhering e depois ao Presidente Moacélio Mendes. Primeiro é que não houve ainda um dimensionamento adequado de qual foi a transferência de renda do setor elétrico e das empresas deste setor para os consumidores de grandes golpes de energia, notadamente na eletrotermia, eletro-

metalurgia, eletroquímica e particularmente no alumínio.

Ontem viajava do Rio para Brasília e encontrei dois companheiros de engenharia que se dirigiam para a Albrás, onde são funcionários. E nos contavam essa verdadeira piada de que o do projeto Albrás Alunorte só foi desenvolvido o projeto Albrás. Então, estamos importando alumina, porque a Alunorte não foi para adiante, está parada sua construção, estamos importando alumina — nós que somos, talvez, a maior reserva conhecida de bauxita que poderíamos de produzir alumina em grande escala e exportá-la, não o estamos fazendo — estamos importando alumina, empregando a energia de Tucuruí, que hoje não é subsidiada, mas já o foi brutalmente, para exportar energia em bloco para os consumidores internacionais. Isto foi que interessou aos japoneses, nossos sócios: que o Governo fizesse Tucuruí; participaram da construção da Albrás, mas descumpriram todos os seus compromissos em relação à produção de alumina na Alunorte.

Esta é uma questão que eu indagaria ao Dr. Mário Bhering: qual foi, nestes 10 últimos anos, a transferência de renda no setor elétrico através da compressão das suas tarifas, sobretudo no ramo industrial. Em segundo lugar, eu indagaria de S. S<sup>a</sup> que vem lutando com essa questão há bastante tempo, se, além do combate à inflação, que é o *leitmotiv* que os Ministros da Fazenda e do Planejamento utilizam para conter os reajustes tarifários, poderia identificar os outros adversários de uma política de realismo tarifário, porque é inadmissível que um Governo que quer praticar uma política econômica austera, monetarista e rigorosamente ortodoxa se considere coerente na medida em que pratica uma política tarifária tão defasada, tão desproporcionada. Em terceiro lugar, se S. S<sup>a</sup> é capaz de identificar que parcela desse endividamento externo serviu para financiar o custeio do setor — aparentemente nada —, mas para alavancar divisas, no momento desnecessárias para o Grupo Eletrobrás, mas que foram tomadas para satisfazer às necessidades do balanço de pagamento.

Ao Presidente da Siderbrás eu diria que a sua conversão para o processo de privatização, pelo que entendi, em seu depoimento oral, e não pelo que está escrito, que ele identifica outros méritos, é de, na verdade, através da privatização de uma siderúrgica de aços planos, ter um sócio privado que vá garantir o realismo dos preços, porque, na verdade, acho que todos sabemos, não há a menor condição de nenhum grupo brasileiro privatizar qualquer das estatais de aços planos.

Surpreendem-me e é incompreensível para mim que o Governo resolva privatizar exatamente a Usiminas, empresa mais eficiente, mais moderna, considerada paradigma das estatais de aços planos e que é objeto dessa iniciativa governamental de privatizar. Sabemos que só os japoneses podem fazê-lo. Pergunto a S. Ex<sup>a</sup> se a vontade de privatizar a Usiminas está ligada à salvação da CSN, Cosipa, Tubarão, Açominas, etc, que passariam

a ter o mesmo preço, o guarda-chuva da Usiminas, que certamente não continuaria a ser esbulhada se lá estivesse um sócio privado, a meu ver, japonês. Isto em relação à privatização das empresas de aços planos. Em relação à privatização das empresas de aços não planos, eu gostaria que ele nos dissesse se está sendo desprezado todo o esforço de desenvolvimento tecnológico de duas empresas até certo ponto emblemáticas no setor: a Alziba e Aços Finos Piratini. São empresas que tinham que ser pensadas não apenas como empreendimentos industriais comerciais, mas como esforços tecnológicos que foram feitos, até eventualmente com equívocos, mas no sentido de aproveitar o carvão do Rio Grande do Sul, no caso do Piratini, e o gás natural da Bahia. Houve erros de projetos, desatualização tecnológica, mas, de fato, essas empresas visavam um aproveitamento de recursos naturais desses dois importantes Estados da Federação. Eu gostaria de saber se isto está sendo levado em conta. Ademais, se as autoridades da Siderbrás percebem que o processo de privatização está acelerando a cartelização do setor de aços não planos. Quer dizer, estamos retirando o Estado dessas empresas, não me parece que seja estrategicamente essencial que o Estado brasileiro produza aços não planos, acho relevante, mas nitidamente está havendo uma concentração de capitais no setor, e eu gostaria que S. S<sup>a</sup> nos desse alguns índices de evolução da concentração do capital no setor de aços não planos, que está sendo estimulado por essa privatização, ou melhor, está sendo financiado, como bem abordou o Senador Jutahy Magalhães, porque isto se faz a preços muito modestos, muito discutíveis, na medida em que uma avaliação, que a metodologia correta de fazer atualização do fluxo de caixa, etc, todos sabemos que os critérios para isso, até a taxa de juros que vai ser utilizada como desconto vai afetar profundamente o valor econômico de uma tal empresa.

Na medida em que isso é financiado com pagamento à vista de 30% e 70% financiado pelo BNDES, na verdade, é o próprio Estado brasileiro financiando a cartelização do setor.

Já falamos da distorção de o aço não plano ser superior ao aço plano, apesar do seu maior custo, e eu só queria, quanto ao aspecto de que o capital privado está interessado em comprar *filet mignon* a preço de costela ou a ponta de agulha, como se diz na terra do Senador José Fogaça, mas eu queria lançar aqui um repto, não caberia fazer apostas substanciais, mas creio que na próxima legislatura, Senador Jutahy Magalhães, estaremos aqui discutindo a estatização da Usimar, uma usina lá do Maranhão, porque evidentemente vai passar-se com ela tudo o que se passou com a Usipa, com a Piratini, com a Cofave, com a própria Cosipa e com a Açominas, que originalmente eram projetos privados, e que todas caíram na rede do Estado, não porque o Estado cobiasse ser um grande produtor de aço, mas porque o Estado brasileiro acabou, como bem disse o Senador José Fogaça, socorren-

do, salvando os empresários que se lançaram num setor que em todo o mundo tem uma forte presença estatal, sobretudo em se tratando de aço planos, porque é um setor de altos investimentos, de baixa rentabilidade, com retorno muito lento e que, por conseguinte, jamais atraiu os interesses privados para empreenderem nesse campo. E toda vez que o fizeram acabaram pedindo socorro, pedindo a sua hospitalização.

De modo que quero aqui, sem bancar a pitonisa, antever, pra um breve espaço de tempo, a estatização da Usiminas para poder socorrer os grupos privados, que até o presente momento não foram identificados, se o Presidente puder nos dizer quem serão, ficaremos muito satisfeitos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Com a palavra o Dr. Mário Bhering.

O SR. MARIO PENNA BHERING — Pois não. Há vários dados solicitados pelo Sr. Relator com os quais depois farei um levantamento muito mais exato. No entanto, algumas indagações, em ordem de grandeza, poderiam ser esclarecidas.

Com relação à dívida do grupo Eletrobrás que está indicado aqui atingindo, neste momento, 8 bilhões de dólares, eu disse que esse valor não inclui os chamados avisos que foram pagos pelo Banco do Brasil, mas que devemos ao Banco do Brasil. Esperamos, entretanto, que o Banco do Brasil e o Tesouro capitalizem esses avisos. Somando os dois dá uns 14 bilhões. Quer dizer, se se coloca o aviso ou não, dá 14 bilhões. A isto teria que ser somada a dívida externa da Itaipu, que é da ordem de uns dois, o que daria uns dezesseis bilhões de dólares, dívida do setor Eletrobrás-Itaipu. Não tenho dados exatos da dívida das estaduais. Poderíamos pesquisar isto para sabermos quanto as estaduais estão devendo. E há a dívida da Nuclebrás que é outra coisa complicada. A Nuclebrás tomou esse dinheiro não só para fazer usina; fez uma fábrica que o Deputado conhece bem; investiu em enriquecimento de urânio e, então, do total que a Nuclebrás se endividou, quanto seria alocável para o setor elétrico neste momento? O número trinta me parece um tanto alto. O próprio Senador Jarbas Passarinho tinha uma noção de que a dívida de Itaipu era da ordem de dezoito bilhões de dólares; não é isto (risos) A CESP deve ter muita dívida. (risos)

Vou verificar exatamente quanto é, somando a CESP, a Cemig e a Copel.

Quanto à questão de o quanto foi transferido para a indústria de autoconsumo, requer alguns cálculos mais exatos, mas eu poderia dizer ao Deputado que a perda este ano, setorial, é da ordem de 2.7 a 3 bilhões de dólares, de tarifa baixa. A indústria representa a metade, ou seja, um e meio bilhões foram perdidos. Nem toda a indústria está pagando tarifa baixa. Uma parte importante da indústria está pagando isto. Podemos levantar isto com mais exatidão, somando o alumínio, ferro-liga, eletroquímica, e tudo isso representa uma perda pon-

derável e uma transferência para esse tipo de consumidor.

Esse é o concurso dos adversários que temos, claro, numa elevação de tarifas que sai do lucro deles. Então, o Governo segura a tarifa por razões inflacionárias, e esses fazem lobby contra. Vou levantar exatamente quanto significará essa transferência, que é um número ponderável, provavelmente, um número da ordem de quinhentos a seiscentos milhões de dólares ano. Isto, em muitos anos, representa uma grande diferença. Podemos também calcular exatamente...

A questão da dívida é a seguinte: quando o Governo se endividou, ele transferiu a moeda local para dentro do setor. Isso não saiu. Agora, o que ele utilizou foram os dólares para pagar a sua dívida. O que houve naquela ocasião, até onde pudemos apurar, foi compra antecipada e sobrepreço, em muitos casos. Esses sobrepreços foram combatidos pelas empresas, como há o caso célebre da CHESF, das máquinas de Xingó, em que a CHESF simplesmente não aceitou aquela compra, sem concorrência, por aquele preço, reclamou, o preço baixou, e houve muitos casos desse tipo.

Em todo caso, posso fazer uma nota para o Sr. Relator detalhando alguns desses pontos. Creio que eram esses pontos.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — O primeiro ponto colocado aqui foi quanto ao problema da Usiminas.

O modelo de desestatização da Usiminas ainda não foi, digamos assim, definido. Se isto viesse a depender somente da Siderbrás, nós diríamos que estamos defendendo o modelo de democratização do capital, e de maneira gradativa. Já tomamos algumas providências nesse sentido e estamos fazendo uma reavaliação do ativo da Usiminas para, depois dessa reavaliação, então, começarmos a abrir o capital da Usiminas, fazendo um lançamento de debêntures conversível em capital, checando o mercado de capitais quanto à aceitação disto, para, depois, gradativamente, passarmos a um processo de lançamento de ações na bolsa. Esta seria, digamos assim, a proposta da Siderbrás. Isto está sendo analisado com muita cautela, por se tratar, realmente, de empresa que merece toda consideração, quer dizer, é a empresa paradigma do Sistema Siderbrás. Há dois ou três anos ela realmente já demonstra resultados positivos. Este ano espera-se resultado muito auspicioso da Usiminas. Portanto, a Siderbrás tem um cuidado todo especial em relação à desestatização da Usiminas. Mas consideramos, digamos assim, de certa maneira, um aspecto positivo nessa democratização de capital, porque achamos que então daríamos mais transparência à empresa, à sociedade; daria também uma autonomia gerencial maior a essa empresa. Poderíamos então, talvez, seguir os mesmos modelos de algumas empresas estatais, por exemplo, na comercialização de produtos por distribuição, o que hoje não podemos. Digamos, então, uma flexibilidade maior na obtenção de preços melhores.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente, há dois aspectos: como é que se pretende democratizar o capital da Usiminas e, eventualmente, até entender esse modelo para as outras estatais do aço, da maneira como essas empresas estão sendo denegridas na opinião pública. Acho que isso aí é um suicídio que está sendo cometido, quer dizer, as empresas são arrazadas pela imprensa, com matérias oriundas do próprio Governo, e depois ainda se pretendem vender debêntures conversíveis em ações dessas empresas? Só se for para a Volkswagen, que é a grande compradora.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Não é o caso da Usiminas?

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — Também. Entra todo mundo. Sei que está estendido a todas as estatais, e às do aço, em particular.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Em nosso conceito, achamos que a Usiminas tem uma imagem muito receptiva, inclusive com os resultados que puderam ser obtidos este ano e no ano passado. Mas, como lhe falei, estamos cautelosos nesse processo. Inclusive estamos com uma quantia ainda moderada, exatamente para checar o mercado, como lhe falei.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — E outra coisa é essa estória da distribuição, quer dizer, as estatais do aço, no desespero, os administradores públicos estão apelando para todas as soluções. Uma, quer sócio privado, para poder obter o guarda-chuva de bons preços; segundo, quer adotar forma mafiosa de distribuição. A distribuição do aço não plano é um verdadeiro crime contra o consumidor, quer dizer, o sujeito vende da usina para o distribuidor, que é ele mesmo, a transportadora que é dele mesmo, e com isto o aço chega ao consumidor pelo dobro do preço. Isso aí é achaque.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Achamos que seria moderador; pelo contrário, evitaria isto aí. É o nosso pensamento. Ela passaria a ser um moderador do preço.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — O segundo ponto que o Sr. colocou aqui foi se as usinas de aço não-plano, se as características tecnológicas, tanto da Usipa, como da Piratini, se são fatores importantes. Acho que sim, foi muito importante. Ela colaborou, trouxe uma contribuição muito grande ao desenvolvimento tecnológico, e poderia ter tido efeito muito maior se tivéssemos tido capacidade de melhor investimento, de aprimorar essa tecnologia, porque, hoje, por exemplo, a Usipa está totalmente defasada em relação a isto.

Então, realmente, se essas empresas tivessem situação financeira saudável, não estariam nessa posição. Pelo processo tecnológico que começamos naquela época, ela já deveria estar muito mais atualizada. Mas acho que isto foi uma contribuição muito grande, e, ao privatizá-la, entendo que ela tomará um rumo muito mais avançado.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — No que concerne à concentração de capital dos não-plano, os que o Sr. colocou, vejo realmente com preocupação, mais no setor de aços especiais. No que concerne a aços de planos comuns, não vejo por que tanta preocupação.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — Quanto o Grupo Gerdau tem hoje no setor?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Hoje, a produção da Gerdau deve estar em torno de um milhão e oitocentas ou dois milhões de toneladas. Mas ela difere muito da produção, por exemplo, da Belgo-Mineira e da Mendes Júnior. Então, isso aí, entre eles, se diversificaram em termos de linha de produção. Não vejo com muita preocupação uma caracterização nesse grupo, mas vejo mais no setor de aços especiais.

Esta é a minha opinião.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — A questão do preço do aço plano e do não-plano, qual a sua opinião?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Qual a pergunta?

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — A política de preços dirigida para os aços não-planos privados e a política de preços para os aços públicos.

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Como tive oportunidade de dizer, realmente a política de preços não-planos está deteriorando, há mais de dez anos, as empresas do sistema. Chegamos a uma avaliação, que mostrei aqui, de 18 bilhões de dólares. Em relação à de não-planos acho que o processo não é o mesmo porque, realmente, se nós compararmos os preços internacionais, os preços internacionais dos produtos não-plano lá fora são piores do que internos. Então eu acho que...

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — Como é que se explica isso?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — A explicação eu não sei, é a política nacional. Não é a Siderbrás que dá essa política.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — Sobre a Usimar, o Sr. Pode adiantar quem são os empresários?

O SR. MANOEL M. DE A. MENDES — Não, mas acho que está aqui o Diretor da Usimar que também é Diretor da Siderbrás, que poderia dar essa resposta.

O SR. FERNANDO MACIPIRA — Gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado, que a Usimar, a partir da aprovação do seu projeto de viabilidade ou seja, a resolução do então Conselho de Siderurgia Nacional foi para que ela se tornasse, através do processo, uma empresa privada. Ela foi constituída, incorporada pelo Estado do Maranhão, para que não se desse o pior. A partir dessa etapa a Usimar sempre

foi conduzida para se tornar, para ser uma empresa privada. E é em função disso que essa privatização está chegando, que esta privatização, ou seja, que a assunção do controle acionário por capitais privados está em vias de se processar.

Poderia dizer a V. Ex<sup>a</sup>, que no que diz respeito ao seu temor de que ela venha a ser internada, em termos hospitalares, para o setor público, esse perigo não existe. Pense nisso. A Usimar, ao ser — e aliás é bom que se frise — é um projeto de 1973, que naquela época foi conduzido através de uma associação da Vale do Rio Doce, com a inicialmente era prevista para 15 milhões de toneladas, com a gestão do Governo do Estado do Maranhão, de Epitácio Cafeteira, passou-se a trabalhar novamente a implantação da Usimar, como um usina de 3 milhões de toneladas. E, ao registrarmos, então, que para isso seriam necessário aporte de um total de 3 milhões e meio a 4 milhões de dólares, nós não tínhamos condições de implantar o empreendimento. E, por determinação do Governador Cafeteira, partimos para examinar, em profundidade, a hipótese de implantarmos essa empresa com uma inversão, ou seja, utilizando chapas produzidas no País, transformá-las em bobinas à quente, para começar a implantação do empreendimento. E os estudos realizados provaram que mesmo que tivéssemos dinheiro suficiente para fazer sistema integrado o bom senso aconselhava aquela decisão de começar pela laminação. Por quê? Pela explanação de V. Ex<sup>a</sup>, cheguei à conclusão de que V. Ex<sup>a</sup> alertava para o setor, e, como se deve saber, que uma siderúrgica, basicamente, é composta de dois segmentos: metalurgia e laminação.

Ora, hoje, existem os recursos substanciais a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu e de que um forno pequeno são em quase sua totalidade necessários à parte metalúrgica. Continua, após, com uma parte de laminação. A menor porção de capital necessário para implantação é destinada à laminação. E, nós constatamos que hoje há uma verdadeira revolução tecnológica se processando no ramo metalúrgico. E, que, dentro de, no máximo, de três ou cinco anos, qualquer um dos processos metalúrgicos em desenvolvimento, quando aprovados e em produção de escala, requererão inversões equivalentes às necessárias para a laminação.

Então, isto, faz com que, a Usimar seja um empreendimento verdadeiramente atrativo do setor privado. Por isso é que estamos sendo assediados por vários grupos privados para participar do empreendimento, porque é efetivamente atrativo, porque ele não requer aquele capital substancial para empregar num setor de baixa rentabilidade que é a produção metalúrgica.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — Dadas essas explicações, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e quero dizer que vejo com a maior simpatia que o Estado do Maranhão ingresse na produção

siderúrgica. Mas, na verdade, a Usimar é uma Lamimar. Vai ser uma laminação.

O SR. FERNANDO MACIPIRA — Não, ela apenas inverteu o seu processo.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — Pois é. Mas na verdade ela vai ser uma laminação, inicialmente.

O SR. FERNANDO MACIPIRA — Exato. Esse é o fim. Porque significa agregar às exportações brasileiras 200 milhões de dólares anuais.

O SR. RELATOR (Luiz Salomão) — Revela que ainda tem gente de bom senso neste Governo, apesar dos pesares.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — A Presidência agradece as contribuições, as informações que foram aqui trazidas pelos Dr. Mário Bhering, Presidente da Eletrobrás e o Dr. Marcelo M. A. Mendes, Presidente da Siderbrás.

Com esta reunião de hoje concluímos um ciclo de duas reuniões em que ouvimos as empresas estatais. No caso, na quinta-feira, passada, a Petrobras e a Vale do Rio Doce, hoje, a Siderbrás e a Eletrobrás. Essas reuniões trouxeram contribuições muito importantes, sobretudo porque, embora a nossa preocupação imediata seja a questão da dívida externa, ficou muito patente, particularmente nos debates de hoje, assim como nos de quinta-feira, particularmente na parte dos debates, uma forte inter-relação entre a questão da dívida e outras política com as quais se entrelaçam, particularmente a questão orçamentária e a questão da privatização. Na questão orçamentária é preciso ter em vista nova sistemática, nova mecânica de elaboração orçamentária do País, implementada a partir da nova Constituição, que tem, este ano, o seu primeiro experimento, mas isso está diretamente relacionado com a questão tarifária, seja vis-à-vis a política de controle de preços, vis-à-vis a transferência de rendas intersetorial.

De outro lado, na questão da privatização, tem o monopólio e, outras vezes, a política de preços, em relação à área dos planos e à área dos não-planos. Eu me permito, neste final de reunião, chamar a atenção para o aspecto regional, a grande defasagem do Projeto Xingó, não obstante as turbinas adquiridas há tanto tempo, onerando-se em termos de custo. Mas, sem dúvida alguma, quando o Nordeste, já no ano passado, experimentou o racionamento de energia, com consequências bastante trágicas, temos que em toda política do setor energético tenha se refletido nesse tipo de atraso.

Convoco reunião para amanhã, às 9 horas e 30 minutos, quando teremos o Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas e o Senador Roberto Campos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 30 minutos.)

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

*(Inclusas as despesas de correio via terrestre)*

### **SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)**

|                              |                    |
|------------------------------|--------------------|
| <b>Semestral .....</b>       | <b>NCz\$ 17,04</b> |
| <b>Exemplar avulso .....</b> | <b>NCz\$ 0,11</b>  |

### **SEÇÃO II (Senado Federal)**

|                              |                    |
|------------------------------|--------------------|
| <b>Semestral .....</b>       | <b>NCz\$ 17,04</b> |
| <b>Exemplar avulso .....</b> | <b>NCz\$ 0,11</b>  |

**Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do**

### **CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF  
CEP: 70160.**

**Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.**

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS**

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: NCz\$ 0,11**